



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-  
AMERICANOS (PPG IELA)**

**HISTORIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA:  
UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO COLÉGIO  
CATARATAS DO IGUAÇU.**

**AILTON MACHADO DA CRUZ**

Foz do Iguaçu,  
2017





**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-  
AMERICANOS (PPG IELA)**

**HISTORIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA:  
UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO COLÉGIO CATARATAS DO  
IGUAÇU.**

**AILTON MACHADO DA CRUZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Latino-Americanos.

Orientadora: Dra. Angela Maria de Souza.

Foz do Iguaçu  
2017

Catálogo elaborado pela Divisão de Apoio ao Usuário da Biblioteca Latino-Americana  
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

Cruz, Ailton Machado da.

História da cultura afro-brasileira: uma análise da implementação da lei 10.639/03 no Colégio Cataratas do Iguaçu / Ailton Machado da Cruz. - Foz do Iguaçu, 2017. 105 f: il.

Orientadora: Angela Maria de Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana.  
Instituto Latino-Americano de arte, cultura e história.

Programa de pós-graduação interdisciplinar em estudos LatinoAmericanos,  
2017.

1. Cultura afro-brasileira - estudo e ensino. 2. Cultura afro-brasileira - legislação. 3. Inclusão social. I. Souza, Angela Maria de. II. Título.

AILTON MACHADO DA CRUZ

**HISTORIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA:**  
UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO COLÉGIO CATARATAS DO  
IGUAÇU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Latino-Americanos.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Dra. Angela Maria de Souza  
UNILA

---

Prof. Dr. Waldemir Rosa  
UNILA

---

Prof. Dra. Silvana Aparecida de Souza  
UNIOESTE

Foz do Iguaçu, 10 de abril de 2017.

Dedico este trabalho à minha esposa Janice. Com você tenho me sentido mais confiante e feliz na vivência diária.

À memória de meu pai Angelo, seus ensinamentos e presença significou segurança e certeza de seguir o caminho da retidão.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha professora orientadora não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade, profissionalismo, paciência e seus sábios encaminhamentos para esta produção.

Aos meus pais, especialmente, a meu pai Angelo (em memória), minha mãe Zilda, pelo amor e carinho que tiveram, que mesmo com todo sacrifício me impulsionaram aos estudos, mas, principalmente, pelo exemplo que foram como pessoas, ensinando-me o respeito ao próximo, dando exemplos consistentes de dignidade e serenidade em conduzir a nossa existência de forma sábia e honesta.

À minha amada esposa Janice, pelo incentivo, paciência, carinho, e apoio incondicional durante a realização deste trabalho, ainda à dedicação, confiança e companheirismo em todos os momentos. E, acima de tudo por ser esta pessoa amiga, capaz de me trazer paz a cada dia de minha existência.

De forma especial aos meus irmãos que chegaram primeiro a este mundo e contribuíram para com a unidade familiar onde nos apoiamos mutuamente, aprendemos de forma conjunta com os irmãos mais experientes a viver em unidade.

À toda UNILA, representada por seus funcionários e professores que ajudaram na construção da representatividade desta Universidade para a América Latina, de forma especial aos professores que diretamente contribuíram para a construção deste trabalho, assim também ao Newton, secretário do IEELA, e o coordenador do programa pessoas que se empenham na realização de um excelente trabalho público dentro da instituição.

Aos profissionais da educação, em especial a comunidade escolar do Colégio Cataratas do Iguaçu, pela ampla colaboração para o desenvolvimento desta pesquisa, o mesmo se estende a comunidade escolar do Colégio Arnaldo Busatto que me oportunizaram espaço para realização do estágio definido pelo programa de mestrado.

Aos amigas e amigos do curso os quais estiveram junto nesta caminhada, os amigos também professores da rede estadual, e amigos em geral que contribuíram diretamente ou indiretamente para o sucesso deste trabalho.

*"A eles e a elas, e a todos e todas que, na América Latina, na América central, no Caribe, na África, tombaram na briga justa, minha homenagem respeitosa e amorosa nessa pedagogia da esperança em que revivo a pedagogia do oprimido.*  
**– Paulo Freire**

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar um estudo sobre a implementação da Lei 10.639/03 no processo de inclusão das relações étnico-raciais na escola pública. Esta pesquisa foi realizada junto a Equipe Multidisciplinar e entre estudantes do 3º ano do Colégio Cataratas do Iguaçu. O estudo evidencia as situações discriminatórias que alunos negros ainda vivenciam no processo educativo. Diante disso, procura-se colaborar com estudos pertinentes ao que se refere à educação inclusiva, assim contribuindo no entendimento das relações étnico-raciais. O trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro aborda o conceito de diáspora negra na América Latina, história da escravização no Brasil e as articulações e movimentos de resistência. O segundo traz uma discussão sobre as relações da educação das relações étnico-raciais. E no terceiro apresenta-se os resultados da pesquisa realizada no Colégio Cataratas. Como metodologia para a investigação optou-se em uma abordagem qualitativa, compreendendo que esta metodologia propicia uma aproximação diferenciada sobre o tema. Foram realizadas entrevistas individuais, rodas de conversas com integrantes da Equipe Multidisciplinar e com os alunos partícipes da pesquisa.

**Palavras-chave:** Educação das Relação Étnico-raciais. Implementação da Lei 10.639/03. Inclusão social.

## ABSTRACT

The present study aims to present a study on the implementation of Law 10639/03 in the process of inclusion of ethnic-racial relations in the public school. This research was carried out with the Multidisciplinary Team and among students of the 3rd year of the Iguazu Falls College. The study shows the discriminatory situations that black and Afro-descendant students still experience in the educational process. Therefore, we seek to collaborate with studies relevant to inclusive education, thus contributing to the understanding of ethnic-racial relations. The work is divided into three chapters: the first deals with the concept of the black diaspora in Latin America, the history of enslavement in Brazil and the articulations and movements of resistance. The second brings a discussion on the relations of education of ethnic-racial relations. And in the third one the results of the research realized in the College Cataratas are presented. As a methodology for the research, we opted for a qualitative approach, understanding that this methodology provides a differentiated approach on the theme. Individual interviews were conducted, conversational wheels with members of the Multidisciplinary Team and the students who participated in the research.

**Key words:** Ethnic-racial relations education. Implementation of Law 10.639 / 03. Social inclusion.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
CEE	Conselho Estadual de Educação
CELEM	Centro de Línguas Estrangeiras Modernas
EM	Equipe Multidisciplinar
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FNB	Frente Negra Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IELA	Programa de Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NRE	Núcleo Regionais de Educação
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SUED	Superintendência da Educação
UHC	União dos Homens de Cor
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1 O COLÉGIO ESTADUAL CATARATAS DO IGUAÇU E O CONTEXTO DA PESQUISA.....	20
1.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E SUAS FUNÇÕES.....	21
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO 1 – DIÁSPORA NEGRA NO BRASIL.....</b>	<b>31</b>
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DA ESCRAVIZAÇÃO.....	31
3.2 ARTICULAÇÃO E DEFESA CONTRA O SISTEMA HEGEMÔNICO ESCRAVAGISTA: MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA.....	37
3.3 NEGLIGÊNCIA SOCIAL APÓS ABOLIÇÃO: ESPAÇOS EDUCACIONAIS.....	44
<b>CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....</b>	<b>53</b>
4.1 – EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA.....	59
<b>CAPÍTULO 3 – ESPAÇOS EDUCACIONAIS: EM BUSCA DO CAMINHO PARA A INCLUSÃO.....</b>	<b>67</b>
<b>4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>94</b>
<b>5 - REFERÊNCIAS.....</b>	<b>97</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A escola, como um espaço onde encontram-se diferentes grupos oportuniza uma relação entre todos, contudo essa heterogeneidade produz conflitos constantes no ambiente escolar. É nesse contexto que se apresenta a educação das relações étnico-raciais, que na atualidade tem objetivos relacionados a Lei 10639/03 de romper com a situação de racismo presentes no ambiente escolar, esta lei introduz a obrigatoriedade de trabalhar a história e cultura afro-brasileira dentro dos espaços educativos, ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. A Lei objetiva a implementação de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares de forma transversal.

Essas ações conjuntas propiciam a possibilidade de desmitificação e transformação desta realidade, e para tanto, a formação continuada dos professores é fundamental para subsidiar o trabalho docente. Como apontam Gomes e Silva (2011), deve priorizar-se a importância da formação continuada dos professores, para que o profissional esteja apto a discutir questões étnicas e divergências existentes no contexto educacional, não priorizando unicamente questões conteudistas. Pois, os desafios encontrados na educação contemporânea tem explicitado uma série de conflitos que até então eram velados.

Nas escolas tem-se intensificado os debates referentes às questões étnico-raciais e que são demandas antigas que os movimentos sociais, especialmente Movimento Negro alertam para a necessidade de discussão e inclusão. Enfrentamentos que começaram de forma tímida, mas que vem se tornando consistente, pois estas necessidades são demandadas pelos próprios alunos que trazem estes temas que são apontados pelas demandas sociais de suas comunidades entre outros espaços. As autoras Gomes e Silva (2011, p.14) pontuam essa necessidade, exemplificando da seguinte maneira:

Questões, até pouco tempo, não levadas seriamente em conta, mas que as pesquisas e os debates de caráter pedagógico relativos à construção das identidades, valores, ética, religião, relações de gênero, de raça, de trabalho têm mostrado serem relevantes dimensões na atuação profissional dos/as professores/as. É nesse ponto que a diversidade étnico-cultural começa a ser reconhecida como uma questão (mais do que uma temática) que precisa ser articulada à formação de professores/as e às práticas educativas escolares e não escolares.

Portanto, conforme as autoras na atualidade não é possível refutar o diálogo sobre essas temáticas étnico-raciais, sendo indispensável que os professores estejam

preparados para o diálogo sobre o assunto, sendo conhecedores sobre as diversas questões sociais que permeiam o espaço escolar, de tal modo a reflexionar e mediar o antagonismo na sociedade. No entanto, para entender e discutir sobre as questões referentes à educação étnico-racial faz-se necessário identificar e problematizar a obrigação social da educação.

Nesta perspectiva versa a intencionalidade quanto à pesquisa com as questões étnico-raciais, enquanto educador é possível perceber muitas questões similares na vivência social. Na qualidade de estudante nas escolas públicas, iniciei os estudos em 1983, desde as séries iniciais na escola Estadual Jonh Kennedy uma escola rural situada a oito quilômetros de Jesuítas<sup>1</sup>, minha cidade natal.

Para cursar o ensino médio éramos obrigados ir para a cidade, pois ainda residindo na área rural às dificuldades de acesso a escolarização eram existentes para muitos na mesma condição. Com toda esta realidade social, em muitas aulas de história, em que os livros didáticos apresentavam situações onde os escravizados eram castigados, acorrentados, na sala de aula os alunos de pele clara diziam a nós negros, “*estão vendo onde é o seu lugar*”. Nunca houve em toda a minha formação no ensino público uma intervenção do professor para problematizar este tipo de situação vivenciada por nós, estudantes negros. Em alguns casos eram percebidos sorrisos sorrateiros e discretos. Durante as aulas as piadas pejorativas relacionadas aos cabelos, cor de pele eram constante e se estendiam aos intervalos, nas aulas de educação física e na trajetória para casa.

No período de minha escolarização a evasão escolar era um dos problemas vivenciados no processo educativo, mas era muito maior entre os alunos negros, e que mesmo após a ampliação dos debates permanece na atualidade. Assim, vivenciando de forma intrínseca as implicações de muitos dos materiais didáticos assim como as relações dentro de sala de aula, os quais reproduziam as representações negativas do negro e a manutenção do preconceito de forma convencional dentro da instituição pública de ensino.

Em 1998 na graduação cursei Ciências/Biologia pela Universidade privada UNIPAR<sup>2</sup> de Umuarama, a mais de cem quilômetros da cidade onde morava, que apesar da distância era a mais próxima. Havia ainda uma ajuda de custo do ônibus pago pela

---

<sup>1</sup> Município localizado na região oeste do estado do Paraná. Sua população estimada segundo o censo de 2010 foi de 9.832 habitantes.

<sup>2</sup> Universidade Paranaense é uma universidade brasileira no Paraná, criada na década de 1970, possui campi em Toledo, Paranaíba, Umuarama, Cascavel, Francisco Beltrão, Cianorte e Guaíra.

prefeitura, uma bolsa auxílio fornecida pela Copacol Cooperativa Agrícola que comprava as produções agrícolas de todos os produtores da região, também contei com o programa FIES<sup>3</sup>, que subsidiava parte das mensalidades e este financiamento paguei em longo prazo depois da conclusão do curso.

Em 2001, foi o início das minhas atividades na docência como professor de escolas públicas, atuando no ensino fundamental e médio na cidade de Foz do Iguaçu, onde ministrava as disciplinas de Ciências e Biologia.

Como professor de escolas públicas envolvido diretamente com a prática docente, debatendo dentro das aulas de ciências/biologia questões de raça, a qual é imposta de forma hierárquica, justificando a inferiorização de determinados grupos raciais, procurava romper com a lógica racista e discriminatória presente nas escolas, ressaltando a importância do continente africano, sua diversidade e sua dimensão geográfica. Para tanto, buscava nos debates disponíveis que pudessem trazer uma formação crítica sobre os temas, os quais não foram abordados na formação universitária. A busca pelo debate e formação continuada sobre as relações étnicas proporcionou-me a participação em vários encontros<sup>4</sup> desde 2001. Estes, a maioria disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), sendo voltados para educadores e comunidade escolar, propiciando assim uma reflexão crítica das questões étnico-raciais e da história e cultura negra nas escolas públicas.

Em 2013, fiz parte da Equipe Multidisciplinar (EM) do Colégio Estadual Cataratas do Iguaçu, onde em 2014 fui coordenador da mesma, tendo a oportunidade de participar de um curso de extensão voltado para a formação docente, disponibilizado pela SEED através do Núcleo Regional de Educação (NRE), de Foz do Iguaçu, realizado pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Sequencialmente surge a oportunidade de desenvolver uma pesquisa a qual contribuiu com a formação deste tema, participando da seleção do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos (IELA) 2015, na UNILA. Iniciando os

---

<sup>3</sup> O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação (MEC) destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

<sup>4</sup> Inclusão e Diversidade no Plano de Trabalho Docente – SEED (2007)  
 I Simpósio de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Quilombola – SEED (2009)  
 VI Fórum Permanente da Educação e Diversidade Étnico-racial do Paraná. – SEED (2009)  
 VIII Encontro de Educadoras/es Negras e Negros do Paraná – SEED (2011)  
 Jornada Pedagógica em Gênero Diversidade Sexual e Igualdade Racial na Escola – UNIOESTE (2011)  
 X Encontro de Educadores Negros do Paraná – SEED (2013)  
 Curso de Aperfeiçoamento em Educação para as Relações Étnico-raciais – UNILA (2014)

trabalhos no mesmo ano, com o objetivo de refletir e pesquisar sobre a história e cultura afro-brasileira com um recorte proposto a partir da implementação Lei 10.639/03, assim contribuindo com discussões sobre a valorização e necessidade da educação étnico-racial no espaço escolar no qual atuo como docente.

A pesquisa teve como cenário a cidade de Foz do Iguaçu, a qual está situada em uma região de fronteira Brasil, Argentina e Paraguai. A cidade é um destino turístico que recebe milhares de visitantes vindo de todo o mundo, fator que impulsiona a economia da região.

Um dos atrativos da cidade é a facilidade de compras de produtos com preços reduzidos no país vizinho, em Ciudad del Este, no Paraguai. Essa atividade traz para a cidade um grande fluxo de compristas que utilizam este como meio de trabalho, e com isso garantem a cidade uma notável movimentação na economia da região.

Outro aspecto considerável na cidade são os atrativos turísticos, sendo a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, que foi construída através de uma concessão entre o Brasil e Paraguai, iniciando suas atividades operacionais em 1984. A gigante construção impressiona no seu tamanho e produção, também trouxe significativos avanços na área econômica, pois devido a sua construção centenas de famílias migraram para a cidade, ampliando assim o número de habitantes da época, o que no auge da construção contavam-se quarenta mil operários. Além do que é considerada uma das sete maravilhas da engenharia, sendo a maior hidrelétrica do mundo até o ano de 2006, possui importância econômica significativa para a cidade, já que paga royalties para o município desde 1985. Ainda há vários investimentos em diversas áreas e programas que objetivam diminuir os impactos ambientais que a Usina causou ao meio ambiente e comunidades lindeiras, também confere o título de importe atrativo turístico para a cidade.

Outro ponto turístico são as Cataratas do Iguaçu, que foi eleita como uma das sete maravilhas naturais do mundo. Esta confere uma beleza ímpar que condiciona a cidade um dos lugares mais visitados do país. Esta maravilha natural esta situada no Parque Nacional do Iguaçu<sup>5</sup> e que tem em suas proximidades o Parque das Aves, oportunizando o visitante que se dirige às Cataratas a possibilidade de conhecer os dois

---

<sup>5</sup> O Parque Nacional do Iguaçu foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.035, de 10 de janeiro de 1939, durante o governo do então presidente da República, Getúlio Vargas. Apesar de não ter sido tombado como patrimônio nacional, é protegido como Parque Nacional, por sua característica predominantemente paisagística e ecológica. O parque é dirigido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão federal responsável pela gestão das unidades de conservação do Brasil. Localiza-se a 637 quilômetros da capital do Estado, Curitiba, na região da fronteira. Em 28 de novembro de 1986, o parque foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, pela Unesco.

pontos turísticos.

Porém, essa imensa valorização do turismo na cidade deixa de lado a realidade vivenciada por parte da população marginalizada socialmente. Existe uma grande crítica no sentido de apresentar um corredor turístico descontextualizado em relação às condições sociais da cidade de Foz do Iguaçu. A criação do referido corredor turístico é idealizado com a intenção de esconder dos visitantes da cidade as condições de pobreza das várias comunidades (as ditas favelas). Uma política municipal foi desenvolvida afastando estas comunidades da proximidade do que é conhecido como corredor turístico, construindo instalações para estas comunidades nas regiões periféricas da cidade, longe dos corredores turísticos, para passar uma sensação de inexistência de comunidades marginalizadas nesta cidade.

A cidade de Foz do Iguaçu atualmente é a sétima em número populacional do Estado do Paraná, com uma população estimada de 221.377 habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) 2010. Segundo o mesmo órgão, quanto à classificação dos habitantes por raça/cor mais de 35% da população se autodeclara negra, que é a junção de pretos e pardos, como demonstrado na tabela abaixo. Este aspecto reforça ainda mais a importância de trabalharmos a Implementação da Lei 10.639/03, dada suas características étnico-raciais.

Raça ou cor	Número total	Homens	Mulheres	Com renda menor que 1 salário mínimo	Alfabetizados
Branca	162.593	77.630	84.963	24.498	141.478
Preta	9.170	4.094	4.266	2.196	7.866
Amarela	3.550	1.726	1.824	512	3.209
Parda	80.366	39.746	40.620	16.524	68.482
Indígena	406	210	196	115	339
Não declarado	3	2	1	-	3
Total	256.088	124.218	131.870	43.845	221.377

Dados populacionais de Foz do Iguaçu - IBGE (2010)

A partir destes dados observa-se que Foz do Iguaçu possui uma população negra (preta: 9.190 habitantes e pardas: 80.366 habitantes) bastante expressiva, chegando próximos a 90 mil habitantes. Este contexto populacional impulsiona a necessidade de

discussão permanente no contexto escolar a partir de sua diversidade étnico-racial.

## 1.1 O COLÉGIO ESTADUAL CATARATAS DO IGUAÇU E O CONTEXTO DA PESQUISA

O Colégio Estadual Cataratas do Iguaçu, localizado no bairro Três Bandeiras foi criado pela Resolução n.º 180 de 23 de jan. 2002, do Parecer n.º 2976/2001, é mantido pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED). O reconhecimento do curso de Ensino Médio foi aprovado pelo ato n.º 1507/2010, o curso do Ensino Fundamental encontra-se em tramitação, conforme ato administrativo n.º 194/2009 que aprova o Regimento Escolar.

Em 2015, o Colégio matriculou 1.210 alunos, sendo 548 no Ensino Fundamental, 374 no Ensino Médio e 92 no CELEM<sup>6</sup>. Subdivididos em 873 alunos nos períodos diurnos, em 22 turmas e 337 alunos no período noturno, em 11 turmas (das quais, 4 são do CELEM).

Dentre os dados sobre a capacidade física, o Colégio Estadual Cataratas do Iguaçu está distribuído em três grandes blocos, sendo duas quadras poliesportivas (uma com arquibancada construída com recursos próprios da escola, e uma quadra coberta construída pela SEED-PR, três pavilhões (salas de aulas, sala dos professores, direção, supervisão, secretária, biblioteca, banheiros, laboratórios) e uma casa do caseiro onde mora um soldado da (PM) que é uma política estadual que objetiva garantir melhor segurança da instituição.

Os outros três colégios estaduais próximos, Arnaldo Busatto, Almiro Sartori e Ayrton Senna não eram suficientes para atender a demanda escolar da região, o que explica a razão dos colégios estarem funcionando em três turnos e muitos alunos se deslocavam para escolas do centro da cidade, tendo assim, que utilizar transporte coletivo. Com a construção do Colégio Cataratas do Iguaçu, este problema do número de alunos nos colégios vizinhos foi minimizado, assim como o deslocamento de alunos da comunidade para outros colégios de comunidades próximas e centro. A comunidade escolar é constituída principalmente pelos moradores dos bairros Três Bandeiras, Plaza, Aurora, Jardim Nacional, dentre outros.

Quanto a localização geográfica da unidade, destaca-se por ser um bairro

---

<sup>6</sup> CELEM - O Centro de Línguas Estrangeiras Modernas, é uma oferta extracurricular e gratuita de ensino de Línguas Estrangeiras nas escolas da Rede Pública do Estado do Paraná, destinado a alunos, professores, funcionários e à comunidade.

relativamente longe do centro, o que obriga a comunidade local a se deslocar diariamente para trabalhar, principalmente para o Centro, Vila Portes e Ciudad del Este (Paraguai), pois os postos de trabalhos para a comunidade são na área do comércio, exportação e serviço em geral. Já à formação acadêmica dos moradores é bastante diversificada, nota-se que a busca pelo conhecimento tem aumentado nos últimos anos segundo dados disponibilizados pelo PPP do colégio, é comum pais e responsáveis pelos alunos estarem retornando aos estudos, pois na maioria das famílias os responsáveis atuam como profissionais liberais, comerciantes, pequenos empresários, funcionários públicos e trabalhadores no mercado informal.

Neste sentido, o colégio não é apenas uma fonte de informações e escolarização, sobretudo, condiciona um caminho de interação social, tem a participação da comunidade com o colégio, através da APMF<sup>7</sup>. Também dispõe do CELEM, que é um programa destinado à comunidade que objetiva ensinar Espanhol e Inglês para todos na comunidade de forma gratuita. O colégio encontra facilidade para atender a comunidade devido a sua localização privilegiada e o comprometimento dos professores e funcionários que são na maioria moradores da mesma.

O colégio conta com a atuação da EM - Equipe Multidisciplinar (que é um elemento desta pesquisa), ampliando o debate social dos diferentes grupos que são parte integrante desta comunidade escolar.

## 1.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E SUAS FUNÇÕES

As Equipes Multidisciplinares são instâncias colegiadas do trabalho escolar oficialmente legitimada pelo Artigo 26A da LDB, Lei n.º 9394/96, pela Deliberação n.º 04/06 CEE/PR, pela Instrução n.º 017/06 SUED/SEED, pela Resolução n.º 3399/10 SUED/SEED e a Instrução n.º 010/10 SUED/SEED, foi criada para trabalhar de forma interdisciplinar e transdisciplinar estabelecendo conexões entre todos os professores/as da escola, instâncias colegiadas e comunidade escolar. Com o objetivo de transitar no universo das disciplinas rompendo com as barreiras disciplinares abordando com

---

<sup>7</sup> Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), e similares (pessoa jurídica de direito privado), é um órgão de representação dos pais e profissionais do estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros, sendo constituído por prazo indeterminado. Esse elo de ligação constante entre pais, professores e funcionários com a comunidade, prima também pela busca de soluções equilibradas para os problemas coletivos do cotidiano escolar, dando suporte à direção e à equipe, visando o bem-estar e a formação integral dos estudantes. Disponibilizado pelo Projeto Político Pedagógico da instituição.

responsabilidade as questões étnico-raciais, para efetivação consistente da Lei N.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Subsequente, a Lei 11.645/2008 altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/03, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”.

A finalidade da Equipe Multidisciplinar é formar grupo de professores que tenham dedicação à implementação da Lei, articulando-se através de reuniões permanentes durante o ano letivo para discutir, formular e implantar um plano de ação que deve ser trabalhado durante cada ano, envolvendo além da equipe todos os professores da instituição e comunidade escolar, tendo os integrantes da equipe a função de auxiliar os demais professores nas implementações das atividades. No sentido de ampliar o alcance desse trabalho é realizado como Curso de Extensão sobre as relações étnico-raciais, pela Universidade Federal da Integração Latina Americana – UNILA, voltado para a formação de docentes coordenadores das EM dos colégios que fazem parte do NRE - Foz do Iguaçu.

Considerando que uma das propostas do plano de ação elaborado pelas EM é o reconhecimento e valorização étnico-racial e analisando as Diretrizes Curriculares para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio, Paraná (2008), destaca-se o fato de que cabe ao professor “[...] discorrer acerca de problemas contemporâneos que representam carências sociais concretas” [...]. Sendo assim, os professores devem estar articulados e capacitados para entender quais as carências presentes nas escolas, ou seja, refletir sobre as condições de inserção social dos negros/afrodescendentes dentro do espaço escolar, bem como intervir de maneira positiva para diminuir as desigualdades que atingem as minorias étnicas. As escolas têm como obrigação promover o debate de igualdade de direitos entre os diferentes grupos inseridos dentro das escolas públicas.

Segundo o GEMAA<sup>8</sup> (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa) as

---

<sup>8</sup> É um núcleo de pesquisa criado em 2008 com o intuito de produzir estudos sobre ação afirmativa a partir de uma variedade de abordagens metodológicas, possui inscrição no CNPq e sede no IESP – UERJ. Disponível em: <http://gemma.iesp.uerj.br/>

ações afirmativas<sup>9</sup> que são medidas temporárias determinadas pelo estado com o propósito de eliminar desigualdades historicamente vivenciadas, proporcionando igualdade de direito provocadas pela discriminação dos grupos étnicos procurando garantir que as diferenças étnicas sejam transformadas a partir das reflexões contextualizadas com intencionalidade de valorização e inclusão dos grupos que historicamente foram excluídos e explorados de diversas formas.

É de suma importância reconhecer os significativos avanços dos movimentos que durante o século XX criaram meios e articulações, com um viés político de lutar por direitos para os diferentes grupos étnicos. Entre estes grupos pode-se citar a Revolta da Chibata<sup>10</sup>, que foi um importante movimento social ocorrido em 1910, a Frente Negra Brasil (FNB)<sup>11</sup> criado em 1931, de forma subsequente foi criado União dos Homens de Cor (UHC)<sup>12</sup> esta criado em 1943, com o mesmo objetivo estrutural de conseguir direitos até então não alcançados. Porém, existem diversos outros movimentos organizados que tiveram importantes contribuições na luta contra a desigualdade social.

O discurso étnico-racial é alicerçado pelas produções de diversos materiais bibliográficos produzidos por escritores negros, podemos destacar Munanga<sup>13</sup> e suas obras, “O Negro no Brasil de hoje” (2006), e “Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira” (1998), a autora Jeruse Romão<sup>14</sup> e Nilma Lino Gomes<sup>15</sup>, autores que têm contribuído de forma expressiva na formação dos professores

<sup>9</sup> São políticas focais que alocam em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão sócio-econômica no passado e no presente, com o objetivo de aumentar a participação de minoria no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou reconhecimento cultural. Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/o-que-sao-aco-es-afirmativas/>

<sup>10</sup> Foi um levante de cunho social, realizado em subdivisões da Marinha, sediadas no Rio de Janeiro. O objetivo era por fim às punições físicas a que eram submetidos os marinheiros, como as chicotadas e o aprisionamento em celas destinadas ao isolamento. A rebelião contou com cerca de 2400 marinheiros. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/Chibata.pdf>

<sup>11</sup> Este movimento tinha como objetivo reivindicar direitos sociais e políticos iguais para todos. A Frente Negra Brasileira foi criada em 1931. A agremiação se espalhou por várias regiões, mas teve vida curta. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=2913&lang=en>.

<sup>12</sup> Foi uma associação fundada em 1943, a fim de defender os interesses dos negros, inserida num movimento nacional em torno da denúncia e desmantelamento do racismo. Com cinco anos de sua criação espalhou-se por onze estados da Federação. Disponível em: SILVA, Joselina da. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. *Estud. Afro-asiát.* [online]. 2003, vol.25, n.2, pp.215-235.

<sup>13</sup> Kabengele Munanga é antropólogo e professor brasileiro-congolês, atentando-se à questão do racismo na sociedade brasileira.

<sup>14</sup> Jeruse Maria Romão é professora graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina, área de atuação educação, atuando nos seguintes temas: educação; teatro experimental do negro, ensino profissional, currículos e políticas educacionais. É autora de diversas publicações sobre as referidas temáticas.

<sup>15</sup> Nilma Lino Gomes, professora Pedagoga pela Universidade Federal de Minas Gerais, Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, suas áreas de investigação: diversidade,

que não tiveram essa reflexão durante suas formações nas Universidades. Assim, tais abordagens apresentadas com a realidade histórica do negro associada às articulações dos diversos grupos organizados por negros em busca de alcançar igualdade de direitos, somado com os aspectos de legislações que favorecem essas lutas, tem auxiliado nas lutas dos grupos étnicos.

A efetivação de discussões que permeiam a história e cultura afro-brasileira provém da necessidade da construção de uma sociedade democrática que possa incluir os grupos étnico-raciais em uma mesma lógica de igualdade e respeito. E assim, discutir como a Lei 10.639/03 tem contribuído para esta perspectiva de igualdade de direitos na sociedade, bem como os avanços após a promulgação da mesma, sendo consideradas e valorizadas as diferenças, sobretudo, dos negros. Abordando assim, sua cultura e os reflexos sobre a vida dos negros e afro-brasileiros, rompendo com estigmas, preconceitos e discriminação que ainda existem, ao mesmo tempo em que se busca garantir a cidadania e igualdade racial.

As implicações racistas e a discriminação muitas vezes são negadas sistematicamente e a intencionalidade deste trabalho é discutir sobre estes temas da própria comunidade escolar do Colégio Cataratas do Iguaçu, mais propriamente com uma turma de ensino médio e a EM, podendo trazer outras percepções a estes estudantes sobre a realidade vivenciada socialmente na sua comunidade escolar. Portanto é indispensável que a educação trabalhe de forma efetiva na valorização desta população.

Assim sendo, a justificativa deste trabalho pauta-se na necessidade em abordar e estudar efetivamente a temática da história e cultura afro-brasileira junto à educação básica, enfatizando a perspectiva da Lei 10.639/03. Para tanto, houve a necessidade de entender a relação entre teoria e práxis, aprofundando-se na pesquisa relacionada à história e cultura afro-brasileira, correlacionando diretamente com grupos de estudos da educação pública da rede estadual do Paraná, mais propriamente no município de Foz do Iguaçu.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como a educação das relações étnico-raciais tem sido direcionada nas instituições públicas após a implantação da Lei 10.639/03, delimitando a pesquisa no Colégio Estadual Cataratas do Iguaçu, acompanhando o trabalho desempenhado pela instancia colegiada denominada Equipe

Multidisciplinar juntamente com um grupo de estudantes do terceiro ano do ensino médio.

Assim, esta pesquisa possui como objetivos específicos identificar os resultados da implementação da lei 10.639/03 e suas efetivas funcionalidades. Apontar as situações de inferiorização étnico-raciais vivenciadas pelos estudantes afrodescendentes. E verificar como está sendo abordados, pelos professores e estudantes, os conflitos étnicos nesta instituição pública, bem como a efetividade do plano de ação apresentado pela Equipe Multidisciplinar da referida instituição.

No decorrer do primeiro capítulo será abordado conceito de diáspora negra na América Latina, de forma específica no Brasil com a história e a constituição da maior e mais duradoura forma de resistência dos negros e seus descendentes, apresentando os quilombos, os quais têm suas origens no Brasil praticamente com a chegada destes negros em terras brasileiras, a exemplo do Quilombo dos Palmares, que traz ainda referências sobre seu líder Zumbi do Palmares e o significado da Semana da Consciência Negra para os movimentos que lutam em prol de igualdade.

O segundo capítulo versa sobre as questões étnico-raciais em um contexto escolar na contemporaneidade, como se constroem as invisibilizações dos negros em um contexto social mais abrangente em correlação com os apagamentos históricos desses povos.

O terceiro capítulo é destinado à construção e estruturação dos dados da pesquisa de campo, que objetivou captar e instrumentalizar dados coletados durante o desenvolvimento deste trabalho. Buscando observar no exercício da prática docente como tem ocorrido o enfrentamento étnico-racial no espaço escolar, o entendimento dos alunos em relação à temática e o desempenho da EM na mediação desses conflitos. E ainda, as ações observadas durante a Semana da Consciência Negra, o desenvolvimento das atividades com produção de registros fotográficos e análise do envolvimento de toda a comunidade escolar e sua funcionalidade para a visibilização dos negros/ afrodescendentes em favor da valorização da história e cultura negra objetivando a superação das diferenças étnico-raciais.

## **2 METODOLOGIA**

Conforme mencionado na introdução deste trabalho, o propósito para este estudo

deve-se à aproximação do pesquisador com a educação étnico-racial. Nesse ponto, verificou-se a necessidade da reflexão e aprofundamento sobre essa temática. Deve-se considerar que neste contexto que os negros lutaram e resistiram ao processo de escravização, as suas lutas e formas de resistência foram transformando-se durante todo o período histórico que culminou com a articulação de novos instrumentos de luta nos últimos anos, sendo ressaltados avanços significativos em busca de reconhecimento e valorização de história e cultura afro-brasileira, alcançando resultados nas articulações políticas que culminaram com os encaminhamentos direcionados a educação.

De acordo com Demo (2001, p. 34), a pesquisa faz-se necessária, pois segundo o autor:

A pesquisa é fundamental para descobrir e criar. É o processo de pesquisa que, na descoberta, questionando o saber vigente, acerta relações novas no dado e estabelece conhecimento novo. É a pesquisa que, na criação, questionando a situação vigente, sugere, pede, força o surgimento de alternativas.

Desse modo, este instrumento de trabalho propicia uma aproximação entre o pesquisador e os grupos pesquisados, assim também condiciona ambos a conhecerem e refletirem sobre a temática abordada nesta pesquisa. Como toda interação é importante que os resultados possam intervir positivamente e que assim possam discutir abertamente e de forma ampla a respeito da pesquisa, pois, trata-se da realidade vivenciada pelo grupo, bem como os seus resultados e, mais importante, que discutam com o pesquisador quais as possibilidades de melhorias desta realidade.

Foi escolhido o Colégio Cataratas do Iguaçu e optou-se por pesquisar dois grupos e analisar a efetivação do ensino de História e cultura afro-brasileira, tendo como referência a Lei 10.639/03 que legitima as lutas dos negros em prol da ocupação de todos os espaços sociais, priorizando a educação e inclusão social, bem como a minimização do preconceito e o racismo ainda existente.

A metodologia empregada foi a pesquisa-ação, através de grupo focal objetivando obter dados da realidade vivenciada pelos envolvidos. Esse tipo de pesquisa é definido pela autora Gondim (2003, p.152) da seguinte forma:

[...] o propósito é o da orientação prática centrada no entendimento específico da linguagem do grupo, nas suas formas de comunicação, preferências compartilhadas e no impacto de estratégias, programas, propagandas e produtos nas pessoas. A ênfase aqui recai na análise intergrupala.

Assim, permitindo uma ampla e diversificada análise de dados captados de diversas formas sendo: entrevistas individuais, com uma conversação mais intrínseca com o educando/a, observando no questionamento a aproximação dele/a com o assunto;

rodas de conversas, com a participação dos grupos pesquisados, nesse momento os participantes tem a oportunidade de explicar suas ideias, alguns relatos de casos vivenciado sobre o tema em questão, propiciando aos participantes o entendimento de vários pontos de vista; utilizou-se também um questionário como instrumento dessa pesquisa, com o intuito de obter dados de vários partícipes, observando a perspectiva de cada um com o assunto.

Dada à característica dessa temática que associada diretamente as questões étnico-raciais, esta metodologia proporcionou melhor oportunidade na conclusão eficiente, pois, a flexibilidade é uma das principais características deste procedimento, que somado aos instrumentos acima mencionado o grupo focal permite que o pesquisador aproprie-se de informações que podem ser observadas durante a realização da pesquisa, levando a averiguar os objetivos pré-estabelecidos. Ainda somando-se a utilização de entrevista individual para complementar e explicitar pontos específicos para otimizar a compreensão da realidade vivenciada pelos grupos aqui investigados dão maior compreensão como descreve a autora, “a utilização de grupos focais em sequência às entrevistas individuais, por exemplo, facilita a avaliação do confronto de opiniões, já que se tem maior clareza do que as pessoas isoladamente pensam sobre um tema específico” (GONDIM 2003, p.153).

As técnicas dos grupos focais já são utilizadas há várias décadas, sua aplicação se equipara aos métodos de pesquisa ditos tradicionais, permitindo uma junção de atividades complementares que podem ser somadas para melhor conclusão da atividade de pesquisa, concedendo assim dados complacentes à realidade, de forma a serem melhores assimilados pelos leitores.

Nesse sentido, a autora faz a seguinte consideração:

A metodologia de pesquisa apoiada na técnica dos grupos focais considera os produtos gerados pelas discussões grupais como dados capazes de formular teorias, testar hipóteses e aprofundar o conhecimento sobre um tema específico. Neste caso, sem sombra de dúvida, torna-se necessário envidar esforços no sentido de compreender como o processo de discussão ocorre para que se avaliem suas reais limitações e possibilidades. (GONDIM 2003, p.158)

À vista disso, ao utilizar a metáfora de um tripé correlacionando os elementos que estão intimamente ligados nesta pesquisa: os estudantes, a EM e o pesquisador, tornam-se fundamental um entrosamento entre os envolvidos devendo estar engajados com a prioridade desta pesquisa. Ainda, é importante nesse método que as atividades a serem desenvolvidas sejam esclarecidas previamente, dando aos envolvidos a oportunidade de perceberem sua importância na interação do processo. A autora explicita que “para

aqueles que optam pela abordagem qualitativa os critérios são a compreensão de uma realidade particular, a autorreflexão e a ação emancipatória” (GONDIM 2003, p.150).

Compreendendo a finalidade do grupo focal, foram selecionados dois grupos como elemento principal da pesquisa: a EM e um grupo de estudantes do 3º ano A do ensino médio da referida instituição, somando a uma ampla forma complementar a coleta de dados que se expande em acompanhamento destes durante o ano de 2016 e a utilização de entrevista individual aos alunos, professores/as e integrantes da escolar.

O trabalho com esses estudantes foi realizado de forma complementar ao estágio<sup>16</sup>, o mesmo grupo fez parte das atividades relativas ao estágio que é uma exigência do programa de mestrado IELA, o mesmo ocorreu nos meses de abril a maio de 2016. Sequencialmente, a pesquisa com esse grupo teve continuidade no segundo semestre de 2016, sendo ministradas quatro aulas durante cada mês totalizando dezesseis.

Durante essas aulas, foram mediadas discussões sobre a valorização da história e cultura afro-brasileira, também foi explicitado para os alunos as funções da EM no colégio, bem como em cada escola do estado do Paraná, com reflexões dos impactos positivos das referidas leis e que são referências para as EMs e de todos os professores em geral.

Para explanação do tema utilizou-se o vídeo de MC Soffia – Menina Pretinha e recursos de Power Point descrevendo a história da colonização e condições de exclusão social dos grupos étnicos, abordando as questões objetivadas pelas leis, abordando a função e necessidade da Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08, sua obrigatoriedade bem como contextualização de sua criação. Foi disponibilizado previamente para o grupo, um leitura de Rita Laura Segato<sup>17</sup> (2006), denominado “**Cotas: por que reagimos**”, para que os estudantes partícipes do estágio pudessem ter um embasamento teórico crítico sobre as relações étnico-raciais, contextualizando com as necessidades contemporâneas junto aos novos desafios sobre a temática. Para a última das três aulas realizou-se um diálogo aberto entre o grupo de alunos integrantes do estágio, lembrando que as atividades foram

---

<sup>16</sup> O estágio supervisionado consistia em uma carga horária pré-determinada de 60 horas definido pelo Programa de Mestrado IELA. Com isso, estiveram envolvidos em dois colégios, sendo eles, Colégio Estadual Cataratas Iguaçu e Colégio Estadual Dr. Arnaldo Busatto. As atividades aconteceram durante o primeiro semestre de 2016 e contou com participação de cinco turmas do ensino médio entre ambos os colégios, (incluindo a turma do 3º A do Colégio Cataratas, que é foco desta pesquisa).

<sup>17</sup> Antropóloga argentina, PhD no Departamento de Antropologia Social da Queens University of Belfast desde 1984, é professora da Universidade de Brasília desde 1985 e pesquisadora 1A do CNPq desde 1998, tem sido destaque tanto no meio político como acadêmico por suas contribuições no campo dos Direitos Humanos.

organizadas e conduzidas possibilitando uma maior interlocução sobre o tema pesquisado.

As premissas das discussões que permeiam a história e cultura afro-brasileira provêm de que é necessária a construção de uma perspectiva de igualdade de direitos ao acesso de todos os grupos étnicos à escola pública, sendo consideradas e valorizadas as diferenças étnico-raciais comuns nas escolas públicas brasileiras.

Com a realização do estágio iniciou-se o trabalho com os estudantes do 3º A do Colégio Cataratas, um total de dezesseis aulas, as quais foram divididas em quatro aulas ao mês, para melhor aproximação entre os alunos e a temática abordada, objetivando que eles adquirissem o conhecimento acerca do discurso da inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira de forma crítica e contextualizada.

Da Equipe Multidisciplinar participaram dezesseis integrantes, estes são onze professores de diversas disciplinas (Geografia, Ciências Matemática, Português Pedagogo, Educação Física, Biologia e Inglês), quatro agentes educacionais e um estudante. Foi feito um acompanhamento das atividades desde o primeiro semestre de 2016 com a participação em reuniões estabelecidas dentro do cronograma da equipe, para conhecer a realidade de todos os pesquisados, bem como a elaboração conjunta do instrumento de coleta de dados e participação das atividades programadas neste período.

Com isso, o trabalho em conjunto com a EM colaborou com a reflexão, efetivação da abordagem da temática, envolvendo a comunidade escolar, oportunizando que este trabalho obtivesse sucesso na comunidade escolar. É importante considerar que esta pesquisa trouxe a possibilidade de conhecimento, oportunizando e explicitando as realidades observadas e pesquisadas com os grupos.

Segundo Demo (2001, p. 39):

Pesquisar, assim, é sempre também dialogar, no sentido específico de produzir conhecimento do outro para si, e de si para o outro, dentro de contexto comunicativo nunca de todo devassável e que sempre pode ir a pique. Pesquisa passa a ser, ao mesmo tempo, método de comunicação, pois é mister construir de modo conveniente a comunicação cabível e adequada e conteúdo da comunicação, se for produtiva. Quem pesquisa tem o que comunicar. Quem não pesquisa apenas reproduz ou apenas escuta. Quem pesquisa é capaz de produzir instrumentos e procedimentos de comunicação. Quem não pesquisa assiste a comunicação dos outros.

Ademais, a pesquisa bibliográfica foi parte fundamental na realização deste trabalho, fornecendo embasamento teórico sobre a temática. Para Marconi e Lakatos (2001, p. 71), “A pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros,

pesquisas, monografias, teses, dissertações, internet etc., até meios de comunicações orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filme e televisão”, sendo assim, é fundamental para a pesquisa o conhecimento do contexto histórico e os trabalhos já desenvolvidos que estão correlacionados, assim oportunizando maior efetividade em definir e alcançar os objetivos desta pesquisa.

Apresentando o passo inicial para o processo de reconhecimento das diferenças étnico-raciais, que deve ser efetivado a partir da formação e escolarização do cidadão, sendo discutido de forma intensa, clara e investigativa às contribuições políticas, sociais e econômicas da população negra ao longo da construção histórica do Brasil.

## **CAPÍTULO 1 - DIÁSPORA NEGRA NO BRASIL**

### **3.1 CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DA ESCRAVIZAÇÃO**

Neste capítulo discutiremos a formação da diáspora negra na América Latina, fruto do processo de escravização da população africana, mais detalhadamente no Brasil. Segundo o autor Hall (2013, p.31) o termo diáspora é utilizado para descrever um fenômeno sociocultural da dispersão do povo africano para outros continentes, no entanto a origem do termo diáspora antecede a questão diaspórica dos africanos, a primeira vez que o termo foi utilizado no Egito para denominar povos que eram originários de outras regiões.

O termo diáspora não é utilizado somente para descrever situações específicas de escravização. Neste sentido, o termo e as próprias condições de diáspora atribuído à África e seus descendentes foi algo que ocorreu num determinado momento da história da humanidade, para representar ações posteriores que originaram o processo de escravização. Como aponta Hall (2013, p. 34,35):

[...] no interior das relações de poder radicalmente assimétricas. É a lógica disjuntiva que a colonização e modernidade ocidental introduziram no mundo e sua entrada na história que constituíram o mundo, após 1492, como um empreendimento profundamente desigual, mas “global” [...].

Deve-se ressaltar que o continente africano é gigantesco, com enormes diversidades formadas por vários países, porém, muitas vezes descrito como um país e não um continente. Contrariando esta visão Munanga (2009, p.13) propõe em uma de suas obras: “esqueceu-se de que se trata de um continente com 56 países; uma superfície de 30 milhões de quilômetros quadrado e uma população de cerca de 600 milhões de habitantes”. A escravização criou uma forma de minimizar a importância do continente africano, bem como suas representações positivas. Historicamente foi vinculada uma imagem do continente africano que visa uma diminuição, desligado de sua relevância, suas construções e o próprio desenvolvimento oriundo do continente.

Para entender como ocorreu o processo da diáspora negra vamos voltar o olhar para as relações entre África e América Latina, utilizando como base os trabalhos realizados pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura -

UNESCO<sup>18</sup>, os quais priorizam o resgate da história da África a partir da perspectiva dos próprios africanos, contrariando a lógica da colonização, utilizando especificamente a perspectiva do historiador Harris (2010) na concepção da dispersão do povo africano.

A relação de chegada dos primeiros africanos a Europa não tem dados concretos devido à falta de documentação. A partir do século XIII os primeiros portugueses começaram explorar o continente africano, com isso também as imigrações forçadas desses africanos, o tráfico negreiro continuaria até a época moderna. Em 1468 a Coroa Portuguesa então institui um sistema de contrato em relação ao comércio de escravizados de uma parte da África, especificamente no Sul do Rio Senegal. E como justificativa para a crescente demanda da escravização iniciou-se uma tentativa de cristianização no continente africano, fato que contribuiria para disseminação de estigmas de inferioridade e selvageria empregados aos africanos.

No século XVI houve algumas mudanças no monopólio da comercialização dos escravizados, Portugal passou para os espanhóis, no mesmo século, Espanha transfere para os holandeses, no início do século XVII essa prática de monopolização chega às mãos dos franceses, pouco mais de uma década, a Inglaterra torna-se a maior mercadora de escravizados do mundo, maior parte dos escravizados eram enviados à zona urbana. Porém, ainda no século XV a França começa a explorar outras regiões da África. Foi durante esse século que nas Américas a escravização começa a espalhar-se, com o desenvolvimento colonial pelos portugueses, no Brasil, os holandeses nas Guianas, coordenavam atividades agrícolas de produção, ficando restrito a algumas regiões da América Latina como Caribe, América Central e do Sul.

No século XVI as colônias inglesas da América do Norte institucionalizaram a escravização em seus territórios, modelo trazido pelos holandeses, o que até esse momento não era comum, pois, se antes os negros não eram tidos como escravizados nessa região, a partir daí passaram a ser inferiorizados, tudo que lhe era comum passou a ser estigmatizada, sua cor de pele, crenças e feições físicas. Com a escravização já instituída nessa região, no século seguinte, nas últimas décadas os ingleses e franceses solidificaram sua hegemonia no território caribenho, criando meios de tornar cativos os negros. Segundo o autor Harris (2010) essa prática ocorreu por revoltas e conspirações

---

<sup>18</sup> Em 1964, a UNESCO deu início a tarefa de contar a história da África com a perspectiva dos próprios africanos, reconstruindo o olhar do estrangeiro. A “Coleção História Geral da África” é composta por oito volumes, sendo inicialmente editada nos idiomas inglês, francês e árabe. No Brasil, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), viabilizaram a edição completa em português da Coleção, considerada até hoje a principal obra de referência sobre o assunto.

dos escravizados, e esses passaram a servir de modelo para os escravizados da América do Norte.

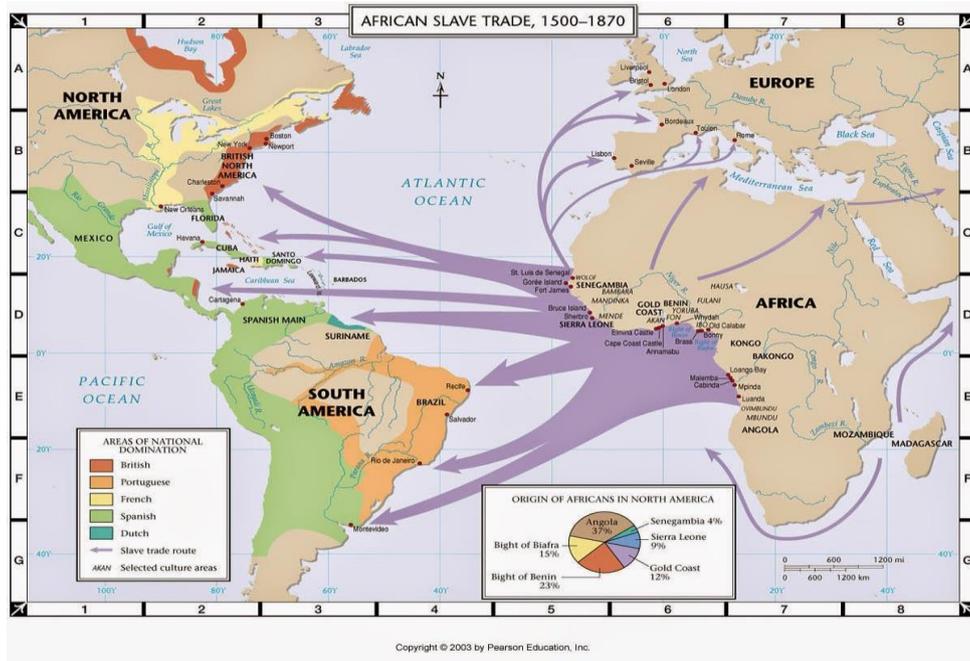
Ao explorar a história da inserção dos negros na América, podemos observar que tal ação se deu com a expansão marítimo-comercial, essa de grande importância para o desenvolvimento do capitalismo. A exploração ocorreu em vários lugares, tendo como principal atividade a extração mineral como uma das captações de recursos mais lucrativa e imediata, outras fontes de recursos também foram exploradas com intuito de aumentar os lucros.

O autor Césaire (1978, p. 25) em uma de suas obras define a relação entre os escravos e os escravizadores, concluindo que:

Entre colonizador e colonizado, só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violência, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas.  
Nenhum contacto humano, mas relações de dominação e de submissão que transformam o homem colonizador em criado, ajudante, comitê, chicote e o homem indígena em instrumento de produção.

Na América-Latina colonizada por portugueses, espanhóis, franceses e holandeses a disseminação da escravização africana chegou um pouco mais tarde em relação à Europa, pois esta já utilizava esse modelo de mão-de-obra, os escravizados desempenhavam todos os tipos de tarefas produtivas. Com o avanço de países pertencentes à América-Latina, a exploração de recursos aumentava, como a extração de ouro na região do México e prata na região do Peru, e para tais práticas fazia-se necessária o aumento de mão-de-obra.

O modelo utilizado então por vários países passou a ser mais comum agora também na América-Latina como demonstrado na imagem abaixo. O mapa demonstra a relação África América-Latina, observando as regiões da África que eram exploradas e o destino desses escravizados. No mapa a seguir a imagem indica as principais rotas do comércio escravo relação África/América-Latina.



Fonte: Página da web. Disponível em: <https://papodehomem.com.br/senzalas-campos-de-concentracao/>.

Para falarmos sobre escravização dos negros precisamos entender como ocorria o processo até a chegada desses ao continente europeu. Nesse aspecto, o autor Miller (1997, p.11) descreve o contexto histórico da escravização como sendo uma necessidade de mão-de-obra resultante do crescimento econômico da época.

[...] muito do significado histórico dos anos mais remotos da escravidão, do comércio de escravos e desliza-se para além do que é característico de suas fases mais remotas: as profundas alterações na organização da terra, produção de mercadorias, mobilização de mão-de-obra e o comércio de escravos, tudo efetivamente ocorrendo ao longo do século XV até o século XVIII na Europa, África e nas Américas. [...] Para assinalar a crescente, trabalhosa e sinuosa montagem dos numerosos elementos dispersos por detrás de agregados aparentemente estáticos do comércio de escravos no Atlântico e da escravidão nos engenhos, concentro-me nos seus aspectos econômicos. O tráfico e a escravidão eram, afinal, emprego e negócio para as pessoas envolvidas, e algumas delas tinham recursos econômicos significativos em jogo.

A necessidade de recursos juntamente com a intencionalidade de crescimento das nações no referido momento, deram conta da apropriação da escravização como uma forma de crescimento emergente, a qual foi amplamente utilizada em praticamente toda América-Latina. Estes eram explorados no próprio território, capturados por mercadores de outros países, posteriormente encarcerados nos porões dos navios e inseridos nas inter-relações que os conduziam a outros lugares negociados como mercadoria. Entregues a uma viagem imposta como objeto de troca experimentaram momentos lastimáveis, a precariedade, violência da captura e transporte em condições sub-humanas ceifaram a vida de milhares durante a viagem.

Munanga e Gomes (2006, p.27) enfatizam as condições de escravização, desde o momento de sua captura até sua chegada em outros países:

Foram milhões de homens e mulheres arrancadas de suas raízes que morreram nas guerras de captura na própria África, nas longas caminhadas para os litorais de embarque, nas condições de confinamento, falta de comida e higiene nos armazéns humanos construídos nos portos de embarque de carga humana, na travessia, enfim nas condições de trabalho e de vida reservadas a eles nos países de destinos que ajudaram a construir e a desenvolver.

Para Munanga (2009) e Hall (2013) o processo de comercialização desses escravizados aconteceu em um modelo parecido a outros países da América-Latina, uma vez que o processo de tentativa de escravizar os índios não aconteceu de forma tão promissora. Logo, passaram a comercialização de mão-de-obra escravizada no continente Africano.

As rotas de transporte bem como todo o processo de comércio estavam pautadas na lucratividade do negócio, assim as rotas e o ponto geográfico mais próximo diminuiriam a distância e o tempo e conseqüentemente aumentariam a lucratividade. Neste sentido, toda a estruturação do tráfico destes escravizados eram analisada e idealizada da melhor forma para aumentar o lucro.

Assim, a comercialização de mão de obra escrava trouxe para esses países a solução imediata para produção e ascensão capitalista na época. Sobre a comercialização os autores Munanga e Gomes (2006, p. 17), mencionam:

Não se sabe com exatidão a data da deportação dos primeiros africanos para o Brasil. Alguns autores indicam que os africanos foram deportados a partir da primeira metade do século XVI; outros na segunda metade. A única certeza que temos é a de que começaram a chegar no século XVI, com a produção de açúcar que se constituiu na primeira atividade rentável e a partir da qual teve início a construção da base econômica do país.

Para os autores Munanga e Gomes (2006, p.20) a construção do Brasil tem suas bases no período da escravização:

No plano econômico, os negros serviram como força de trabalho, fornecendo a mão de obra necessária às lavouras de cana-de-açúcar, algodão, café e à mineração. Uma mão de obra escravizada – sem remuneração –, tratada de maneira desumana e submetida a condições de vida muito precárias. Foi graças a esse trabalho gratuito do negro escravizado que foram produzidas as riquezas que ajudaram na construção do Brasil colonial e na construção da base econômica do país.

Os escravizados foram responsáveis pela maior parte da construção das bases econômicas do país. Suas atuações em diversos setores produtivos da época, envolvendo principalmente na lavoura canavieira, na mineração, com competência para realização destas atividades produtivas. Através do mercantilismo as escravizações no

Brasil duraram mais de três séculos. A escravização tinha a função de atender a produção com a rentabilidade e lucro para a coroa portuguesa.

Com a chegada dos negros ao Brasil observa-se que não encontrou-se somente os colonizadores portugueses, mas uma vasta quantidade de etnias de grupos indígenas, os quais pouco são mencionados na história descrita pelo colonizador. Os índios igualmente foram escravizados e eram tratados pelo colonizador de forma inferior, pois, ao chegarem ao Brasil os exploradores atuaram como invasores, pois tomavam as terras indígenas.

Assim destacam os autores Munanga e Gomes (2006, p. 16):

Para conseguir a mão-de-obra necessária, os colonizadores recorreram a um procedimento chamado escravidão, destituindo populações indígenas de todos os seus direitos sobre a terra de seus ancestrais e de seus direitos humanos, transformando-os em força animal de trabalho. Sendo escravizados, os índios eram obrigados a trabalhar gratuitamente sem remuneração. Encontrando – se em seus territórios que melhor conheciam e dominavam, eles tentaram resistir a escravidão, buscando esconderijo nas áreas das matas virgens de difícil acesso aos invasores. Foram encurralados e caçados por invasores armados com fuzil à pólvora e cães treinados. As doenças venéreas, gripes e outras endemias trazidas pelos europeus contribuíram também para piorar o quadro demográfico das populações que à chegada dos primeiros portugueses, no século XV, contavam-se milhões e que hoje não chegam aos duzentos mil.

Os indígenas eram vistos como inoportunos para o avanço pretendido pelos recém-chegados ao Brasil, com isso havia um apoio constante do colonizador para diminuir o número populacional e as propriedades das sociedades indígenas, utilizando-se dessa justificativa para minimizar suas comunidades a pequenos redutos aos quais não lhes davam condições de sobreviver de acordo com seus costumes.

Os quase 350 anos que duraram a escravização foram marcados por intensas lutas e resistências e o longo período de vivência escravocrata marcou os escravizados, sendo estes marcados por estigmas e a todo tipo de violências, entre as quais podem ser elencadas a violência física, moral e social. Munanga (2009, p.90) descreve como a escravidão se instala na sociedade.

Essa classe distinta, chamada escrava, deve se renovar de forma contínua e institucional, de tal modo que as funções que a ela destinadas possam ser garantidas de maneira permanente e que as relações de exploração e a classe exploradora (dos senhores) que delas se beneficiam possam também se reconstituir regular e continuamente.

Assim sendo, o processo de escravização engloba um processo contínuo, criando pela parte opressora uma série de justificativa para tal ato. Além do que, nas relações sociais esse modelo sempre foi entendido como uma relação habitual para a massa opressora. No caso da escravização dos negros esse modelo nunca foi aceito pelo grupo,

esses mantinham ativas diversas formas de resistência, com articulações no intuito de conquistar sua liberdade.

### 3.2 ARTICULAÇÃO E DEFESA CONTRA O SISTEMA HEGEMÔNICO ESCRAVAGISTA: MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

A resistência à escravização ocorreu durante todo o processo vivenciado pelos escravizados e algumas revoltas tiveram maior destaque à luta contra esse sistema, podendo ser citada a Revolução Haitiana como um fator crucial na história dos africanos na América-Latina e Caribe.

O autor Harris (2010) aponta que as revoltas ocorram sobretudo nas regiões com maior número de escravizados, sendo elas Guiana Britânica, Jamaica, Brasil, Haiti e Cuba. Porém, podemos classificar as revoltas de Santo Domingo<sup>19</sup> no Haiti como as que provocaram grandes preocupações nas populações brancas de outros países, onde a população africana alforriada começa a lutar pela liberdade, igualdade e fraternidade, o lema da Revolução Francesa, país colonizador.

No século XVI e XVII, México, Panamá, Colômbia, Venezuela, Peru e Cuba presenciaram importantes revoltas. No Brasil as lutas articuladas como forma de resistência ao sistema também teve grupos organizados com considerável relevância em prol de sua liberdade. Esses grupos eram constituídos por fugitivos, que se articulavam para sobreviver após as fugas. Desse modo, foram criadas as comunidades quilombolas, os mesmos existiam em meio à mata que por ser na época inexplorada permitiam maiores condições de sobrevivência (HARRIS 2010).

De acordo com a história da colonização retratada pelos autores Munanga e Gomes (2006) observam-se que juntamente aos negros que eram fugitivos havia também uma pequena proporção legalmente libertos, em virtude do longo período que durou a escravização, pois, juntos a esses grupos se sentiam melhor representados e acumulavam forças para os enfrentamentos necessários.

---

<sup>19</sup> São Domingos é uma colônia francesa que foi palco de uma longa e sangrenta guerra pela independência do Haiti ocorrida no ano de 1791. Disponível em: GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti Estud. av. vol.18 no.50 São Paulo Jan./Apr. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000100025](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100025)

Em determinados períodos havia vários “negros”<sup>20</sup> que compraram sua liberdade, mesmo assim optavam em viver nos quilombos, os mesmos eram montados como um acampamento provisório e poderiam mudar-se rapidamente, evitando a captura e mortes em confronto extremamente desproporcionais.

Munanga e Gomes (2006 p.71) apresentam similaridades entre os quilombos brasileiros e os originários do continente Africano.

Existem muitas semelhanças entre o quilombo africano e o brasileiro, formados mais ou menos na mesma época. Sendo assim, os quilombos brasileiros podem ser considerados como uma inspiração africana, reconstruída pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra forma de vida, de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os tipos de oprimidos.

No Brasil o mais conhecido e maior deles, tanto em tamanho e existência é o Quilombo de Palmares, com tempo estimado de um século existência. As maiorias dos quilombos menores existiam no anonimato e escondidos, quando descoberto, mudavam sua localização existindo em outras regiões ou fundindo-se a outros quilombos da região. Estes integrantes dos quilombos optaram pelo combate resistindo à força para manter sua posição frente aos ataques, a força física, as astúcias do seu principal líder, organizando estratégias de defesa que lhes proporcionaram várias vitórias, frente aos seus oponentes que visavam sua destruição, pois sua existência e permanência afrontava diretamente todo sistema escravista.

Quanto às particularidades do Quilombo dos Palmares destaca-se sua dimensão, tanto geográfica quanto ao número de habitantes, mas o ponto de maior destaque é sem dúvidas a condição organizacional interna, a qual instituiu um conjunto de normas e regras próprias profundas e articuladas para sua organização na formação e a resistência consistente durante um longo período. A estimativa de números de integrante do Quilombo de Palmares de acordo com historiadores é de cerca de trinta mil pessoas, no entanto a definição de número exato é impossível, devido à falta de documentação que apontem esses números com exatidão. O quilombo contava com articulações organizadas para conseguir instrumentos em prol de sua luta pela permanência de sua existência.

Sobre as principais atividades praticadas dentro do Quilombo dos Palmares Munanga e Gomes (2006 p. 77) descrevem:

Além da agricultura, cujo principal alimento produzido era o milho, colhido duas vezes por ano, plantavam-se, em Palmares, mandioca, feijão, batata-doce, cana-

<sup>20</sup> A Carta de Alforria era um documento outorgado a um escravo por seu proprietário. O documento declarava a liberdade, onde o proprietário abdicava dos seus direitos de posse sobre o escravo, a partir daí o ex-escravo era chamado de negro forro. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/escravidaio-no-brasil/carta-de-alforria/>.

de-açúcar, banana e legumes diversos. Outro produto importante era a pindoba, uma espécie de palmeira. De seu fruto se extraía óleo para iluminação e da amêndoa se produzia um azeite muito fino e também manteiga. As folhas cobriam as casas e eram usadas para fazer cesto, cordas e outros utensílios. Os palmarinos aproveitavam a riqueza e fertilidade da terra e dos seus produtos tanto nos afazeres da sua vida cotidiana como na manutenção de sua segurança e na produção de alimentos.

A qualidade de seu principal lidere, Zumbi sendo o sucessor Ganga-Zumba<sup>21</sup>, cujo nome “Zumbi” significa título militar de “chefe da guerra”, como era conhecido e temido, sua articulação e supremacia em resistir e vencer os combates contra mercenários e bandeirantes.

Ao relatar a origem do principal líder de Palmares os autores Munanga e Gomes (2006, p.83) citam:

Numa delas, um menino nascido em palmares foi capturado ainda recém-nascido junto com outros negros adultos por Brás da Rocha, que atacou o quilombo em 1655, Brás o entregou, como era do contrato, ao chefe de coluna e este resolveu fazer um presente ao padre português Antônio Melo, do distrito de porto Calvo. O padre o batizou e deu-lhe o nome de Francisco e logo se afeiçoou àquela criança. Padre Melo achava Francisco uma criança inteligente e lhe ensinou português, latim e religião.

Ao completar quinze anos foge para Palmares onde num processo comum de reafirmação e pertencimento passa a ser conhecido por Zumbi. A troca de nome era algo bastante comum na época: quando os negros africanos chegavam ao Brasil eram batizados com um nome cristão. Mesmo com este batismo obrigatório era comum nas senzalas manterem seus nomes de origem, assim quando saiam das condições de escravizados havia uma denominação de acordo com seus pertencimentos. Após o recebimento de seu novo nome, Zumbi torna-se sobrinho de Ganga Zumba, de acordo com as tradições africanas e as representações familiares historicamente cultuadas, esse procedimento ocorria de forma comum, praticamente todos os escravizados quando chegavam em território brasileiro eram batizados com nomes cristãos, mas de forma secreta nas senzalas eles continuavam a utilizar os seus nomes de pertencimentos, mantendo ligação com suas origens de pertencimento.

Quando Zumbi se reintegra ao quilombo encontra em Palmares uma população gigantesca, conforme mostram os autores Munanga e Gomes (2006, p.83):

Palmares era um conjunto de povoados, com uma extensão de mais de seis mil quilômetros quadrados, [...] Eram trinta mil quilombolas, governados por Ganga Zumba, um negro que chegou a Palmares no tempo em que Pernambuco estava sob o domínio holandês.

---

<sup>21</sup> Ganga Zumba ou Grande filho do Senhor, foi o primeiro líder do Quilombo dos Palmares, governando entre 1670 e 1678 ano de sua morte. Foi o antecessor de seu sobrinho Zumbi.

No final da guerra com os holandeses<sup>22</sup> a economia e produção de açúcar voltaram a crescer, também se tornou mais caro comprar pessoas escravizadas, com isso, aumentaram os esforços em destruir os quilombos existentes, bem como a intenção em recapturar negros fugitivos.

Estas revoltas conduziam a aumentos nas limitações dos escravizados juntamente com uma série de medidas impositivas como toque de recolher, vigilância constante mesmo nas horas de lazer. Conforme descreve Reis (2012) “o juiz pediu autorização ao governo para que seus agentes atirassem para matar em qualquer escravo suspeito que resistisse a ordem de prisão”. Isto, para tentar reprimir e impedir levantes posteriores com a intenção de ampliar a violência, aumentando a brutalidade para propiciar o amedrontamento apostando na morte brutal de alguns dos líderes rebeldes, o que iria por fim nas atividades de resistências.

A situação de violência vivenciada na época é descrita por Reis (2012, p. 422):

A cidade parecia um estado de sítio, segundo Parkinson, que completou: “Passou-se uma noite sem sono com armas em punho. Nem sombra de rebelde apareceu, e ao amanhecer cento e vinte e cinco mil almas ficaram gratificadas de ver que tinha agido sob medo”. Não obstante o cálculo exagerado do número de almas em pânico, este depoimento dá uma medida do medo após o movimento.

Esses conflitos não acabavam durante a própria luta, os acontecimentos posteriores em virtude da insatisfação das referidas revoltas eram pequenos quando comparados com as retaliações praticadas por estes cruéis exércitos, matavam e feriam.

Na maior parte do período de escravização os opositores ao sistema escravista eram unicamente os próprios escravizados, durante o longo período de resistências e lutas constantes deste grupo foram progressivamente ampliando apoiadores que não estavam em condições de escravizados. Os primeiros foram os próprios negros alforriados durante o processo, os negros e mulatos que nasceram “livres”, de forma subsequente uma série de grupos distintos começaram e entender que a escravização precisava acabar.

Quanto ao reconhecimento do Quilombo dos Palmares, podemos citar o dia da “Consciência Negra no Brasil”, que está instituído no dia 20 de novembro, o dia da morte de Zumbi em 1695. O dia da consciência Negra é um marco legal com representatividade

---

<sup>22</sup>

A guerra ocorreu após o domínio da Espanha em Portugal. A Holanda, em busca de açúcar, resolveu enviar suas expedições para invadirem o Nordeste do Brasil, no período colonial. Em 1654, após muitos confrontos, finalmente os colonos portugueses (apoiados por Portugal e Inglaterra) conseguiram expulsar os holandeses do território brasileiro. Disponível em: <https://tokdehistoria.com.br/2016/04/16/a-guerra-brasilica-contra-os-holandeses/>

no cenário Nacional, o reconhecimento deste dia é determinante para consolidar os povos negros numa perspectiva positiva e consistente. Toda a simbologia deste dia para a comunidade negra se expressa nas lutas travadas pelos próprios negros. De acordo com as autoras Silva e Barbosa (1997, p.21-22) o reconhecimento dessa data é um importante avanço do Movimento Negro:

O povo negro afirma o dia 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra – como aquele que deve ser comemorado pela população negra, pela escola e pela nossa sociedade. Elege-se Zumbi como um dos líderes negros que há de ser lembrado, reconta-se a história dos diversos quilombos espalhados pelo país e das muitas revoltas organizadas pelos negros.

Posto o reconhecimento de Zumbi e a importância de seus feitos são muito importantes, para toda a comunidade negra, também há a necessidade de reconhecer que este líder representa centenas e milhares de outros negros que lutaram e morreram em prol da liberdade. Em reconhecimento a sua importância histórica em todo o seu processo de resistência, o pleno reconhecimento de Zumbi só ocorreu século depois de sua morte.

A importância dos quilombos para a representatividade dos negros e seus interesses na luta por reconhecimento de direitos são fundamentais, sendo estes movimentos contínuos e interligados, as lutas tem evoluído contrariando a ideologia que tentou minimizar a importância dos quilombos nos avanços alcançados pelos negros, e que ainda projeta a ideia de que estes atos organizados foram isolados no passado, como apontado pelo autor Anjos (2004, p.2):

A história brasileira tem se referido aos quilombos sempre no passado, como se estes não fizessem mais parte da vida do país. Não podemos perder de vista que esse aparente desaparecimento das populações negras, principalmente dos livros didáticos, faz parte da estratégia do branqueamento da população brasileira.

A tentativa constante de negação da cultura afro-brasileira, com relação a sua importância na construção do país, reforça a invisibilização desta população, utilizando de estratégia condenáveis através da política de branqueamento populacional. Para Anjos (2004, p11) “a questão dos remanescentes de quilombos no território brasileiro não pode ser retratada com ações episódicas, pontuais e nem envolvida por conflitos de atribuições institucionais”. Em sua trajetória como pesquisador dos direitos quilombolas o autor faz esses apontamentos que preconizam ações resolutivas na questão de reconhecimento dessas comunidades.

Percebe-se que o estado ainda precisa evoluir com uma política séria e coerente com as necessidades das comunidades quilombolas e a regularização das terras é fator crucial nesse quesito, no entanto observa-se que predomina a burocracia sistêmica que

tem o objetivo cabal de procrastinar o direito de posse destas propriedades, legitimando o desconforto e inviabilizando ações que podem contribuir na melhoria de condições dessas comunidades.

Juntamente ao reconhecimento das comunidades quilombolas e garantia de direito desses territórios, há ainda uma série de ações subsequentes que devem ser analisadas, tais como as políticas de inclusão social em todos os níveis sociais, destacando as políticas educacionais e ações progressivas que possam colaborar para ascender socialmente os negros e seus descendentes em todos os espaços sociais. Anjos (2004, p.4) descreve que:

A situação das comunidades descendentes de quilombos no Brasil tem apresentado um tratamento caracterizado por ações episódicas e fragmentárias, fato que compromete uma política definida para o equacionamento do seu problema estrutural, ou seja, o reconhecimento dentro do sistema brasileiro e a titulação das áreas ocupadas.

Naturalmente a proporção numérica de comunidades quilombolas são grandes, pois é proporcional à grande quantidade de pessoas exploradas no regime escravocrata, assim nas regiões onde concentrava-se maior fluxo de pessoas nestas condições intensificavam-se os números de comunidades, nessa lógica há uma continuidade no que se refere ao reconhecimento, mas somam-se as reivindicações nos aspectos políticos que é fundamentalmente para homologar e oficializar as conquistas tanto do passado como no presente.

O autor Anjos (2007, p. 347) aponta que as comunidades quilombolas são importantes para os movimentos de resistência:

As comunidades descendentes de antigos quilombos emergiram e estão presentes nesse momento histórico, apresentando uma visibilidade no movimento do campesinato brasileiro e dentro das demandas das políticas afirmativas e de reparação social do país e, principalmente, nos revelam que não foram poucos os sítios quilombolas formados durante a escravidão no território brasileiro. Esse processo ocorre dentro de um contexto de luta política, sobretudo de conquistas e reivindicações [...].

A existência dos quilombos desde o período colonial foi importante para os movimentos negros, existindo em várias partes do território brasileiro, alguns se mantiveram mesmo após a lei áurea de 1888, lutando por direitos de igualdade e inclusão social. Além do que, as lutas contra a hegemonia social transcendem as formações quilombolas, cada atitude isolada contribuiu e continua a contribuir para a

igualdade racial, fazendo com que a consistência dos movimentos alcance maior reconhecimento social da necessidade de transformar a realidade histórica.

No demonstrativo a seguir podem-se observar as titulações das terras quilombolas no Brasil, segundo a comissão Pró-Índio de São Paulo<sup>23</sup> são mais de 1500 processos em andamento no Incra, e cerca de 92% das famílias quilombolas aguardam pela titulação das terras, atualmente apenas 165 terras foram regularizadas, dessas, 37 estão parcialmente incluídas nesse processo.

Mapa 3.



Fonte: Imagem da web disponível em: <http://www.cpis.org.br/terras/>

É fundamental explicitar esta realidade e discutir dentro dos espaços escolares estes dados, apontando para a sociedade a necessidade de compreensão do tema. Caracterizando que as lutas ocorrem de forma articulada, com demandas nos espaços políticos e sociais, exemplificando a colaboração na produção de materiais bibliográficos, onde há um vasto número de escritores comprometidos com a realidade vivenciada por esse grupo étnico, abordando a temática com responsabilidade, motivada pelo ideal da igualdade.

<sup>23</sup>

Comissão Pró-Índio de São Paulo desde 1978 atua junto aos índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais culturais e políticos, contribuindo com o fortalecimento da democracia e o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas. Disponível em: <http://www.cpis.org.br/>.

### 3.3 NEGLIGÊNCIA SOCIAL APÓS ABOLIÇÃO: ESPAÇOS EDUCACIONAIS

Em todo processo de abolição a sempre houve um enorme palco de lutas entre diferentes grupos, a favor e contra abolição, em todos os casos sempre com um início tímido com pouco apoio às articulações políticas. Em cada espaço entende-se que a abolição por si só não foi o fim das injustiças, senão uma nova forma de luta.

Os movimentos de resistência condicionaram a abolição. Por conseguinte, após o abolicionismo os conflitos e a resistência continuaram a persistir, porém assumindo uma característica diferente, que tem como objetivo a luta por igualdade de direitos, e assim ocupar os espaços em proporção similar a densidade demográfica conforme referenciado pelas autoras Silva e Barbosa (1997, p.18):

A partir de 1888, com a abolição da escravatura, os conflitos continuam e a resistência negra assume outras características dentro do processo de urbanização e industrialização da sociedade brasileira. Se a exclusão escravista não se justifica, agora por causa de um preceito legal, a inclusão não poderia acontecer, pois os negros representavam uma massa de ex-escravos e mesmo com a proclamação da república não foram “automaticamente” considerados cidadãos. A luta pela cidadania perpassa toda nossa experiência republicana.

A partir do abolicionismo, socialmente criou-se uma forma diferenciada de representar este grupo, estando essa ligada ao passado escravizador. A representação cultural, e aceitação pela sociedade continuam a ser replicada, a negação da cidadania à população negra é um gerador da desigualdade social perpetuada até a atualidade.

Para Nascimento (2002, p.30) após o abolicionismo a massa capitalista não reconheceu o negro como integrante do nacionalismo brasileiro, uma situação que trouxe como consequência a invisibilização do povo negro. O autor salienta como era a relação da sociedade para com o negro:

Uma possível tomada do poder pelos negros foi sempre um pesadelo perturbando o sono tranquilo das classes dominantes e governantes do país, durante todo o decorrer de nossa história. Por isso tornou-se um aspecto básico na concepção de uma técnica e de uma estratégia para o esmagamento e desaparecimento completo do negro do mapa demográfico.

A inferiorização dos negros e seus descendentes, é constante e intensa. Esses atos eram praticados por toda a sociedade naquele momento, significando uma humilhação para a população negra. Consequentemente as situações experimentadas por esta população durante o período evoluiu para a construção de estigmas e o próprio racismo que se estenderam às representações de modo unilateral, incluindo toda a população negra e seus descendentes, que passaram a ser compreendidos sob a lógica

generalizante e racista. Para tanto, tal concepção de inferiorização fora elaborada a partir de aspectos negativos, referenciando o racismo como uma destas práticas, conceituado pelos autores Munanga e Gomes (2006, p. 179) como sendo:

[...] um comportamento, uma ação resultante da aversão por vezes, do ódio, em relação as pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meios de sinais, tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato de olho etc. Ele é resultado da crença de que existe raça ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira. Exemplo disso são as teorias raciais que serviram para justificar a escravidão no século XIX, a exclusão dos negros e a discriminação racial.

Segundo os autores essa prática não se manifesta de forma isolada, assim, quanto mais for negado à existência do racismo, seja pela sociedade ou pelo poder público, o mesmo se propagará de forma sorrateira dificultando sua erradicação.

Ainda de acordo com os autores, “o preconceito é um julgamento negativo e prévio que os membros de uma raça, de uma etnia, de um grupo, de religião ou mesmo de indivíduos constroem em relação ao outro” (MUNANGA e GOMES, 2006). Eles descrevem que ninguém nasce preconceituoso, mas aprende-se a sê-lo socialmente, à medida que essas atitudes de caráter negativas, podem atingir profundamente determinado grupo.

Bento (1999) afirma que “[...] quando se tem preconceito em relação a determinado grupo de pessoas, costuma-se construir uma imagem negativa sobre esse grupo [...]”. Nesse sentido, é lamentável que a sociedade replique estas práticas negativas, diminuindo determinado grupo e outro ficando em vantagem.

Para superar tais contextos, é necessário desconstruir a concepção transmitida pelo colonizador através dos anos, a reversão dos estigmas postos sobre a população negra e, para isso, conhecer sua história e cultura é determinante. É importante que os educadores se preocupem em trabalhar com a história e a cultura negra, sendo importante forma de desmistificar estereótipos.

A compreensão e o conhecimento de que as diferenças são particularidades de cada grupo ou etnia e que essas não podem servir ao propósito de hierarquização, onde determinados grupos sejam postos em condições desprivilegiadas em relação a outros, são pontos apresentados por Gomes e Silva (2011, p.47), que abordam as diferenças construídas no contexto social, principalmente, no que se refere às características construídas nacionalmente sobre os negros e seus descendentes:

Raça, etnia e nacionalidade são concepções que estão relacionadas com a produção de sentidos e critérios de pertencimento que se constituem como importantes suportes dos processos pelos quais se constroem fronteiras entre aqueles/as que pertencem e aqueles/as que não pertencem a determinados

grupos/populações. Essas fronteiras não apenas relacionam, aproximam, separam e/ou diferenciam grupos entre si, mas que é mais importante de ser frisado, é que elas agem de forma a posicionar socialmente os grupos representados, numa operação em que características de diversas ordens são transformadas em privilégios, vantagens, desigualdades e desvantagens sociais.

É fundamental explicitar a responsabilidade do Estado quando, na realidade o que ocorreu socialmente após a abolição especificamente com os negros e seus descendentes não foi sua libertação, a abolição da escravização se transformou entre outras coisas em situações de preconceitos raciais e exclusão social. A omissão do Estado nesse processo se caracteriza desde a forma como a abolição ocorreu, pela realidade vivenciada pelos ex-escravos, não houve nenhum interesse em integrá-los a sociedade, além da discriminação pela cor, estes somaram-se à população mais pobre configurando-se os indesejados dos novos tempos, os abandonados da República.

Nesse momento aumentou o número de “desocupados”, mendigos, crianças abandonadas nas ruas, fatores que conseqüentemente aumentaram também a violência. Munanga (2006, p.180) aponta que “as práticas discriminatória sistemática fomentada pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos”. Era expressivo ainda o número de trabalhadores temporários, no entanto, não tinha condições de competir com os imigrantes<sup>24</sup> que estavam chegando ao país, pois estes contavam com pleno apoio do estado brasileiro que propiciava favorecimentos direcionados pelas políticas de branqueamentos com distribuição de terras e auxílios técnicos e de infraestruturas.

Para Nascimento (2002, p.29) as condições dos negros sempre foram violentas em todos os períodos, os genocídios e a exploração têm-se mantidos de diferentes formas:

Sob a lógica desse processo, os negros do Brasil só tem uma opção: desaparecer. Seja aniquilados pela força compulsória da miscigenação e da assimilação, ou através da ação direta da morte pura e simples. É assombroso comprovar que uma dinâmica fatal de erradicação vem ceifando vidas negras, ininterruptamente, a quatro séculos. E que, apesar dessa espada sinistra suspensa sobre sua cabeça, o negro jamais desfaleceu, nunca perdeu a esperança e a energia, sempre esteve alerta a menor chance de recuperar os fios rompidos de sua própria história: começar e recomeçar o esforço de dignificar seu ser, enriquecer sua cultura original, elevando-a a um nível de verdadeira instituição nacional.

É nesse sentido que se observa a forma como foram invisibilizados, deixados sem condições de inserção social, não havia oportunidade de trabalho, saúde e educação para

<sup>24</sup>

Nas primeiras décadas do século XIX, imigrantes brancos de vários países, principalmente da Europa, receberam forte incentivo e apoio do governo brasileiro para migrarem para o Brasil onde receberam e compraram terras e começaram a plantar e vender suas produções. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/historia/imigracao/>.

eles. Havia sim regras sociais que os impediam de frequentar os espaços públicos. Estas ações já eram praticadas há tempos se observada à conduta que a monarquia instituiu na desvalorização dos negros referenciando a Constituição de 1824<sup>25</sup> restringiu a escolarização somente aos cidadãos brasileiros, e nesse quesito, a população negra estava impedida de participar do sistema de ensino, pois, a maioria dos escravos era de origem africana.

E também a Lei nº 601<sup>26</sup> de setembro de 1850, que tratava do fim da apropriação de terras por meio do trabalho no território brasileiro, as terras já ocupadas seriam submetidas ao Estado, expressamente evidenciava que os escravizados, negros libertos e população indígena estavam impedidos de obter posse dessas terras através do trabalho. Mais uma vez o estado oprime, já que a Lei previa subsídios à vinda de colonos do exterior, desvalorizando ainda mais o trabalho dos negros.

Percebe-se então como o Estado agia com relação à população negra e escravizada, que a desassistência não ocorrera somente após o abolicionismo. Assim, a oficialização da abolição trazia sensação de vitória, mas também toda uma série de dúvidas e incertezas, pois a população negra não detinha terras para o cultivo e subsistência ou garantias de trabalho para que pudesse prover seu sustento.

A intencionalidade dos abolicionistas que objetiva a integração dos negros de forma plena não se tornou realidade, estes negros e seus remanescentes foram deixados num mundo dominado por brancos sem nenhuma indenização ou vantagens que pudesse favorecer estes indivíduos. Com esta dura realidade um grande número de pessoas se dirigiram para as cidades, onde encontraram poucos empregos em condições de total exploração, assim predominou para estes negros o desemprego, a humilhação social e uma vida marginalizada.

Todos os momentos históricos dos quais o negro fez parte no cenário brasileiro as dificuldades enfrentadas por estes em sua trajetória pelo país, os negros são os maiores prejudicados. No período da Ditadura Militar não foi diferente, o poder no momento preocupava-se com as ações organizadas pelos movimentos negros em movimentos de dentro e de fora do Brasil. A Ditadura Militar criou um monitoramento específico utilizando

---

<sup>25</sup> Carta de Lei de 25 de março de 1824. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm).

<sup>26</sup> A lei dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. (BRASIL, 1850).

indivíduos infiltrados em meio ao movimento, para monitorar as articulações do recém-criado Movimento Negro Brasileiro na década de setenta, os negros lutaram em conjunto com a sociedade brasileira para superar o regime Militar instituído, mas suas ações e seus esforços não estão reconhecidos pela sociedade.

Moura (1989) em sua obra “História do negro brasileiro” descreve que em vários estados brasileiros existiam movimentos organizados que estavam mobilizados em conscientizar a população, visando formar uma consciência dos valores da raça negra, trabalhando nas favelas, nas escolas, em conjuntos habitacionais, nos bairros e locais de trabalho.

A partir das reflexões de Almada (2009), observam-se as seguintes ponderações sobre a participação do negro na época de ditadura militar. Entre tantos nomes de grande importância para o Movimento Negro no período pós-ditadura militar, está Abdias Nascimento (1914 – 2011). Foi na época da ditadura de 1920 que este grande idealizador se juntou a Frente Negra Brasileira na década de 1930, trabalhando com o intuito de integração do negro brasileiro a sociedade, realizou protestos evidenciando o racismo velado existente no Brasil.

No contexto das desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira, e a consolidação dos movimentos de resistência nessa luta, nos permitem acompanhar a trajetória da inserção do negro no país, indicadores sociais refletem uma sociedade que negligenciou e que ainda o subestima em diversas áreas sociais evidenciando como as desigualdades estão presentes em todos os espaços da sociedade.

Destaque entre os movimentos de resistência o Teatro Experimental do Negro (TEN) 1944 - 1961, localizado no Rio de Janeiro, idealizado por Abdias Nascimento. O TEN surgiu com propósito de valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio da educação e arte, trazendo um novo olhar para a dramaturgia. Disponibilizava a seus membros cursos de alfabetização e iniciação à cultura, além do que o TEN foi pensado e construído para ser uma organização teatral jamais vista em território nacional, promovendo a comunidade negra a dar visibilidade à cultura desse grupo, formou-se um grupo construído por operários, empregadas domésticos, moradores de favelas, pessoas sem profissão e alguns funcionários públicos. O TEN habilitou o grupo teatral a ver criticamente os espaços destinados aos negros no Brasil, entre os grandes feitos destaca-se a estreia no teatro municipal do Rio de Janeiro em 1945, onde nunca tinha estado um negro, nem como interprete nem como público, dentro desse histórico de sucesso e inovação o TEN conseguiu introduzir os negros no cenário teatral e incentivar a

representatividade negra em várias ações positivas, como destaque ao grupo Brasileiro que atuou por quase uma década em toda a Europa.

Mesmo com todo sucesso e representatividade as dificuldades financeiras levaram ao fim do TEN no ano de 1961, mesmo com essa curta duração o TEN é o responsável por inaugurar o teatro moderno brasileiro introduzindo uma nova perspectiva de inclusão social e conteúdos dramaturgicos priorizando grandes escritores brasileiros.

Quanto à representatividade do negro na área da educação também não difere dos outros espaços sociais onde foram negligenciados. A invisibilidade vivenciada pela população negra utiliza-se de mecanismos diferenciados para perpetuação dos estigmas, de acordo com Munanga (2006, p.180):

Essas práticas racistas manifestam-se também, nos livros didáticos, tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história do povo negro no Brasil. Manifestam-se ainda nos meios de comunicação de massa (propaganda, publicidade, novelas), que insistem em retratar o negro e outros grupos étnico-raciais que vivem uma história de discriminação, de maneira indevida e equivocada.

Nos livros didáticos a referencia que era feita ao negro era de subalternos, jamais mencionados de forma positiva, deixando um vácuo sobre sua contribuição desde o período da colonização. Este questionamento sobre a importância do negro nos materiais didáticos, também foi defendida pelos movimentos negros, essa visão passa a ser mudada, de forma parcial após muito questionada.

Com a aprovação da Lei 10.639/03, que em seu parecer visa a objetivação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a finalidade de garantir o direito a igualdade entre todas as pessoas, com resguardado direito a história e cultura a todos brasileiros, essa perspectiva da representação do negro nos livros didáticos intensifica-se, com o propósito de transmitir a representação positiva desse grupo marginalizado pela sociedade, ressaltando a cultura negra e valorização de sua história. A referida lei foi idealizada para minimizar essas ações discriminatórias, ampliando o direito dos negros à participação em todos os níveis de escolarização, bem como em outros espaços sociais como cidadão de direito.

Baseado nas considerações de Maringoni (2011), o campo educacional foi um dos espaços que mais demonstrou a desigualdade racial existente no país. No entanto, é importante voltarmos um pouco no tempo para entender esse processo de escolarização do negro. O fim do sistema escravista veio com preocupações das autoridades com a possibilidade do rompimento desse regime e que começasse a trazer desdobramentos e consequências com a emancipação dos negros. No entanto para o autor, nesse momento

a educação pensada era de caráter disciplinatório, a qual viria como uma estratégia na transição de modelo de trabalho, visando assegurar que o fim do regime escravista ocorresse de maneira progressiva. Sendo assim, passou-se a entender que a educação dessa camada livre era imprescindível, mas com a exigência de educar para o trabalho, apostando na escola como um espaço disciplinador para o negro que acabara de conquistar sua liberdade, inculcando o ideal do amor pelo trabalho (MARINGONI, 2011).

Estes espaços sempre foram ocupados pela classe dominante, os negros foram minoria no acesso à escolarização, considerando as dificuldades tanto no acesso quanto na permanência nas instituições de ensino, esta realidade sempre foi muito presente para os negros, visto às dificuldades de ingressar nestes espaços. Pode-se dizer que a escolarização deste grupo sempre foi deficitária, quanto maior o grau de escolarização maior o distanciamento dos negros a escolarização. Munanga (2009, p.194) demonstra como foi o acesso dos jovens negros às universidades.

A realidade do ensino superior, apesar de pequena diferença absoluta entre as raças, é desoladora. Em 1999, 89% dos jovens brancos entre 18 e 25 anos não haviam ingressado na universidade. Os jovens negros nessa mesma faixa de idade, por sua vez, praticamente não dispõem do direito ao acesso ao ensino superior, na medida em que 98% deles não ingressaram na universidade.

Foram e são sólidas as lutas dos negros em busca de sua ascensão social e ao direito de frequentar os espaços educacionais. Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE em 2015, observou-se um aumento crescente deste grupo em todos os níveis educacional, com aproximadamente 25% dos jovens brancos entre 18 a 24 anos de idade estudando e 12% dos jovens negros na mesma faixa etária estudando. Na educação a atuação frente à situação social da população negra, oportunizou a criar uma nova forma de compreender e minimizar as ações acometidas contra a população negra, considerando-a como parte importante na constituição do Brasil, sem dúvidas a transformação dentro do cenário educacional pode trazer uma mudança na perspectiva a médio e longo prazo, para que as gerações posteriores possam ver as comunidades negras de uma forma diferenciada.

Nesse sentido, em 2004 houve ainda a consolidação e o direcionamento para efetivação da Educação das Relações Étnico-Raciais que são balizadas pelo Ministério da educação, vinculadas às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Estas novas diretrizes trazem ênfase específicas nos meios políticos de reparação e

reconhecimento com a finalidade de valorização da comunidade negra que ocupa massivamente as escolas públicas brasileiras.

Para a efetivação da Educação das Relações Étnico-Raciais e o devido reconhecimento desta comunidade, as ações do Ministério da Educação (MEC) por meio de publicações subsequentes orientam para as ações que objetivam estas perspectivas, para viabilizar as mudanças nesse cenário com discussão consistente, intencionados em tornar estas atividades permanentes e indispensáveis para todos os professores de diferentes esferas educacionais.

As mudanças são possíveis, já são observadas por alguns dos resultados positivos no contexto educacional, mas como todas as mudanças de paradigmas é algo complexo no campo educacional, pois há uma tendência naturalizada em resistir às mudanças. A Educação das Relações Étnico-Raciais tem a intenção de transcender as limitações das escolas e ampliar as representações positivas dos negros a todos os espaços sociais.

## CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A realidade sofrida pela população negra bem como as intensas reivindicações dos movimentos negros, foram preponderantes para a organização de intensos movimentos em prol de reconhecimento e valorização de sua cultura. E nessa luta por igualdade de direitos os negros estão avançando nas conquistas e na ocupação dos espaços. De acordo com as autoras Silva e Barbosa (1997, p.45) é importante salientar a luta dos negros pelo direito à igualdade, apontando o Movimento Negro Unificado<sup>27</sup> (MNU) e sua importância nesta valorização.

A construção da nossa liberdade enquanto povo não pode ser dissociada da construção da nossa identidade". "Temos de considerar e estimular a nós e a nossa militância a desenvolver outras formas de manifestações da consciência negra dentro e fora do MNU. Só assim daremos conta da tarefa que a história nos colocou: conduzir nosso povo à libertação.

As lutas nos meios políticos buscam reverter o processo e propiciar igualdade de direito, de maneira a incluir de forma consistente e efetiva, onde seja valorizada a história e cultura afro-brasileira, através da Lei. 10.639/03.

A luta pelo respeito e reconhecimento da cultura negra, por relações de trabalho mais justas e dignas, pela igualdade de direitos sociais a homens e mulheres de diferentes segmentos étnico/raciais, pelo acesso, permanência e êxito do povo negro à educação tem se constituído como um marco na história e nas reivindicações da comunidade negra. É preciso que as diversas organizações do movimento social, os pesquisadores e os profissionais da educação considerem a importância e a especificidade da luta do povo negro. (SILVA, BARBOSA 1997, p.19),

Na visão das autoras, observa-se que os movimentos sociais com suas reivindicações lutam pela igualdade racial, apontando com ênfase o acesso e permanência dos negros nos espaços sociais. Posto isso, as ações conjuntas dos movimentos negros culminaram em vitórias através de legislações específicas que agora somam em favor deste grupo étnico, as quais debatem significativamente na transformação da realidade até então vivenciada. Quanto à articulação dos movimentos negros, nas últimas décadas culminaram com reivindicações de políticas públicas, objetivando a equidade social da população negra. Esta junção de ações afirmativas prioriza ascensão social e a ocupação de espaços sociais. Ainda, à legislação, quanto à interpretação a autora Romão (2005, p.11) discorre: "Em tempos atuais, quando se

---

<sup>27</sup> Segundo a Fundação Cultural Palmares, Movimento Negro Unificado é uma organização que luta pela libertação do povo negro. Desde 1978 vem combatendo ao longo de sua história todas as manifestações preconceituosas praticadas contra africanos na África e na diáspora. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?tag=movimento-negro-unificado-contra-a-discriminacao-racial-mnu>

discute a implementação da Lei 10.639/03 ainda se faz necessário à busca por respostas sobre como foi o processo de acesso do negro à escolarização. Afinal, “como o negro chegou à escola”?

Tendo em vista como ocorreu o processo de inclusão do negro no espaço educacional e a falta de política pública que de fato inserisse-o numa perspectiva de igualdade. A autora aponta a pertinência desse questionamento, associando essa perspectiva à criação da lei 10.639/03:

[...] um dos aspectos relevantes que nos traz a Lei 10.639/03 é o do restabelecimento do diálogo, rompendo-se o monólogo até então instituído, que trazia por referencia o falar e o fazer escolar com base em um único valor civilizatório. A lei, portanto, rompe com a ideia de subordinação racial no campo das idéias e das práticas educacionais, e propõe desconceituar, pela escola, o negro, seus valores e as relações raciais na educação e na sociedade brasileira. (ROMÃO, 2005 p.12)

Com sua efetivação a lei propiciou um avanço mais amplo no enfrentamento dos conflitos sociais no que se refere à inclusão. A história do negro, a exclusão, os movimentos de resistência e a própria inclusão devem ser considerados no processo de escolarização de todos os cidadãos, contribuindo e influenciando para minimizar os conflitos étnico-raciais. Nesse contexto Romão (2005 p.12) aponta:

Contribuirá para isso conhecer a história da educação do negro brasileiro, em seus aspectos de exclusão, resistência e inclusão, com o exercício de seus direitos. A história da educação do negro é a história de um conjunto de fenômenos. Parte da concepção do veto do negro; percorre os caminhos da articulação de consciência dos seus direitos; ressignifica a função social da escola, recupera os movimentos, no sentido de organizar suas experiências educativas e escrever uma história social da educação do negro; e revela imagens que não conhecemos, embora os indicadores sociais e educacionais nos dêem muitas pistas acerca da moldura do quadro.

Assim, as mudanças nas políticas públicas bem como as articulações dos movimentos negros vêm atuando de forma consistente no processo de reversão das desigualdades sociais dos negros e afrodescendentes, buscando mudanças de suas condições sociais, com ações aplicadas principalmente nos espaços políticos com aspirações de resultados significativos no processo de inclusão social.

No entanto, a desigualdade social, resultado do processo de negação da cidadania pelo próprio Estado, é um fato que precisa de muita atenção e entendimento para ser combatida, uma vez que essa prática foi replicada socialmente quase que de forma dissimulada. Deste ponto de vista, vários são os espaços sociais onde essa luta deve ser travada, a educação é um dos ambientes mais favoráveis para que estas mudanças aconteçam, não sendo a escola a única responsável nessa transformação, mas uma junção de ações, que entrelaçadas venham cumprir seus papéis na sociedade.

Gadotti (2007, p.11) expõe sua visão a respeito da educação, num contexto de aliança entre escola, família e sociedade:

A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ela depende da sociedade e, para se transformar, depende também da relação que mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população.

O autor define o a importância da sociedade na ruptura das desigualdades, seu posicionamento diz que a educação deve estar aliada com as demais instituições sociais. Isso não significa que somente ela tenha essa responsabilidade, mas que por meio dela as melhorias na condição social podem efetivar-se de forma mais abrangente.

Corroborando como os motivos que condicionaram a criação da referida lei, destaca-se o trabalho desenvolvido pela professora Petronilha Beatriz Gonçalves que integrou como relatora a comissão que elaborou o parecer CNE/CP n.º 3/2004 que documenta a regulamentação da lei 10.639/2003 e estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos termos do Artigo 26 A da Lei 9394/1996 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Definindo o através do documento o direito à igualdade de condições a cidadania e a garantia de direito a história e cultura dos negros que também compõem a nação brasileira também garantindo o direito a diferentes fontes de cultura nacional a todos os brasileiros.

Este documento traz referência que explicita as ações racistas presentes no Brasil, e que continuam a inferiorizar os negros e impedem o acesso destes, estas ações tem estado em nosso país desde o período da chegada forçada dos negros. Assim o relatório aponta caminhos que devem ser percorridos com a finalidade de mudar a realidade dos negros no nosso país, o material propõe como deve ser trabalhado especificamente na educação em todos os níveis de escolarização por ser um ambiente favorável para transformação.

Ao discorrer sobre o papel da escola na vida cidadã, Lima e Trindade (2009, p. 34) concluem que ela é capaz de tornar o sujeito autônomo, possibilitando mudanças no contexto social:

[...] a educação escolar, além de possibilitar o acesso dos seus sujeitos aos códigos escritos, tem a incumbência e a possibilidade de modificar mentalidades, favorecer a construção de uma autonomia crítica e livre de atitudes discriminatórias e de hierarquização predatória.

O enfrentamento e eliminação de quaisquer situações de discriminação e preconceito devem ocorrer no espaço escolar a partir da Educação Infantil e em todos os níveis posteriores, uma vez que a educação ocupa importante papel para formação da vida cidadã dos indivíduos. Corroborando com estas discussões, o Ministério da Educação afirma:

Nos primeiros anos de vida, os espaços coletivos educacionais que a criança pequena frequenta são privilegiados para promover a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo. As crianças deverão ser estimuladas desde muito pequenas a se envolverem em atividades que conheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais na construção da história e da cultura brasileiras. (BRASIL 2009, p.10)

Tendo em vista que os espaços educacionais é um dos mais indicados para a ruptura da lógica racista e discriminatória, é fundamental que todos os envolvidos na prática educativa estejam devidamente abertos ao diálogo que demandam as questões étnico-raciais. Portanto, as ações conjuntas e contínuas dos movimentos negros e todos que somam nessa luta em prol de respeito aos negros e seus descendentes, estão embasadas na área educativa por legislações específicas que dão suporte permanente ao tema, visando a transformação social no que tange a discriminação dos grupos étnicos.

Assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, objetiva subsidiar a práxis pedagógica em todos os níveis da Educação brasileira procurando valorizar e destacar as influências africanas na formação da sociedade brasileira destacando-se os aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos. (BRASIL. Ministério da Educação, 2014).

Para Castro (2002, p.39) as culturas afrodescendentes devem ser aprendidas “[...] dentro do princípio da diversidade, já que, em função dos diferentes grupos culturais africanos que aportam no território brasileiro, se desenharam aqui modelos diferenciados de culturas” [...], como resultado do processo de reconhecimento e valorização da cultura negra.

Para Hasembalg (1991, p. 46) a sociedade brasileira ainda faz seleção das classes de acordo com raça de pertencimento do cidadão, colocando-os em posição de superiores ou inferiores:

Ser negro ou ser mestiço significa ter uma maior probabilidade de ser recrutado para posições sociais inferiores. Isto, numa estrutura social que já é profundamente desigual. Então, no meu entender, o vínculo entre raça e classe é exatamente esse: raça funciona como mecanismo de seleção social que determina uma medida bastante intensa qual a posição que as pessoas vão ocupar.

Essa hierarquia social reflete diretamente na inter-relação que os cidadãos têm com os demais grupos, a vulnerabilidade e a desigualdade como são faces cruéis do racismo impregnado na sociedade. Baseando-se nas autoras Scherer-Warren e Passos (2014), ao adentrarem a temática juventude negra e desigualdades, indicam que as pesquisas têm apresentado indicadores que contribuem para a compreensão da realidade da juventude do Brasil, tais indicadores revelam a situação de diversos segmentos, entre eles educação, mercado de trabalho, saúde, segurança e cultura. A partir da seguinte análise podem-se estabelecer parâmetros comparativos das variações e também das proporções atuais, bem como comparativos estabelecidos com um intervalo de dez anos.

Observa-se que os números disponibilizados de acordo com o IBGE, quando se estabelece um comparativo entre os anos de 2000 e 2010, além de perceber um aumento na populacional em geral, há também um aumento expressivo na proporção de pessoas com autodeclaração das raças preto e parda, estas somadas chegam a uma marca que ultrapassa o 50% da população brasileira. Houve um aumento superior a 6% no período de uma década, os dados também apontam para uma diminuição da proporção de pessoas brancas em relação à soma entre os negros e pardos. Na tabela nota-se ainda que as populações que se autodeclaram indígena, bem como a amarela não alcançaram a 1% da população.

Tabela 2. Censo demográfico com dados populacionais de 2000 e 2010

<b>Raça/Cor</b>	<b>Censo 2000</b>		<b>Censo 2010</b>	
Preto	6,21%	10.554.336	7,52 %	14.351.162
Pardo	38,45%	65.318.092	43,41%	82.820.452
Branca	53,74%	91.298.042	47,50%	90.621.281
Amarela	0,44%	761.583	1,10%	2.105.353
Indígena	0,43%	734.127	0,43%	821.501
Sem declaração	0,71%	1.206.675	0,01%	36.051
Total da população		169.872.856		190.755.799

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>

Quando analisamos especificamente os dados populacionais em uma década entre 2000 e 2010 há um crescimento populacional da autodeclaração dos negros neste espaço de uma década cresceu de forma significativa, em proporção similar há uma redução nos dados das pessoas que não declaram raça, (sem declaração), na proporção de pessoas que se declaram brancas houve uma pequena redução, que demonstra que a

diminuição destes grupos migrou para o grupo de negros e pardos. As ações afirmativas e as lutas dos movimentos sociais, assim a junção de todas estas atividades principalmente as articulações de políticas públicas, favoreceram a ampliação e reconhecimento na valorização da história e cultura africana, encaminhando esta população para que cada vez mais se sintam parte constituinte da sociedade.

Para uma aproximação destes dados com esta pesquisa, vamos contextualizar a realidade expressa no município de Foz do Iguaçu, especificando a dimensão da população a qual fora declarada no IBGE (2010), apresentada na introdução deste trabalho, quando num total de 256.088 habitantes, somados a população negra e parda alcançam aproximadamente 35% enquanto pouco mais de 63% se declararam brancos.

A autodeclaração deve ser valorizada e incentivada, desta forma esses avanços devem ser ampliados, pois são resultados de uma série de ações que objetivam a inclusão social do negro, fortalecendo os movimentos em prol de igualdade social. As lutas de resistência também devem ser evidenciadas, pois objetivam igualdade de direito, tais como acesso ao ensino superior e vagas em concursos públicos, apoiados por ações e políticas afirmativas que reconheçam e transformem a realidade excludente vivenciada pelos negros na sociedade.

Assim, no Brasil o ser negro assume característica peculiar que está centralizada na negativa de sua existência, resultado da tentativa de apagamento da cultura negra, inferiorizando o negro em relação aos brancos durante um longo período histórico. Como aponta Gomes (2002, p.171), “construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros”. Desta maneira, a grande intencionalidade dos negros na contemporaneidade é o fortalecimento e a ampliação da autoaceitação de sua negritude e com plena igualdade de direitos, dando visibilidade e força para romper com a invisibilização da imensa quantidade de negros/afrodescendentes presentes no Brasil, que de acordo com o IBGE (2010) é superior a 52% de toda a população do país.

Essas mudanças quanto ao fortalecimento dos grupos étnico-raciais é um desafio maior entre os jovens negros, muito embora “ser negro” seja um desafio enfrentado por todas as idades, então por que do desafio entre os jovens? Respondendo ao questionamento, verifica-se que os jovens negros sempre foram excluídos dos espaços educacionais, limitando as possibilidades de trabalho e conseqüentemente a emancipação social do negro. As autoras Scherer-Warren e Passos (2014, p.89)

discorrem sobre a disparidade vivenciada pelos jovens negros em relação aos jovens brancos no que diz respeito ao acesso à educação e oportunidades sociais: “Quando focalizada a questão da escolaridade dos jovens negros, vamos encontrar dados perversos, na maioria das vezes, são marcados pelas desigualdades, quer seja no acesso, quer seja na permanência ou no sucesso, configurando menores oportunidades sociais para a juventude negra.”

Dado o exposto pelas autoras observa-se que o fortalecimento dos grupos negros, no sentido de entender que estes espaços pertencem-lhes, deve ser cada vez mais estimulado. E esse é um processo que precisa estar relacionado à educação, evidenciando que cada avanço que esse grupo conquistou foi resultado da luta de muitos idealizadores que, organizaram-se para lutar pelo reconhecimento da cultura negra e minimização da discriminação racial.

Verifica-se ainda que desde 2004 (ano em que foi publicada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana), passaram a serem produzidos conteúdos e materiais pedagógicos, por exemplo, “a África entre nós”<sup>28</sup>, que contribuem para a formação inicial e continuada do professor. De acordo com Pereira (2007, p.62):

A inclusão de temas referentes às culturas africanas e afrodescendentes nos currículos escolares representam, em primeira instância, o estabelecimento de políticas afirmativas que permitem à sociedade brasileira reconhecerem sua dívida para com os africanos e seus descendentes.

Para o autor é imprescindível que a temática da cultura africana seja amplamente referenciada nos materiais didáticos. Sendo assim, as diversas produções de materiais bibliográficos trazem oportunidades de leituras diversificadas que enriquecem os debates étnicos raciais, e corroboram para o conhecimento da importância do negro. Estes materiais produzidos abordam a temática na perspectiva de reconhecimento e valorização dos negros na construção do país. Ainda convém lembrar que este tema deve ser discutido nas bases curriculares dos projetos pedagógicos, tendo em vista que o mesmo precisa ser discutido com toda a comunidade escolar. A inclusão é passível de ser

---

<sup>28</sup> NEAB – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Paraná. Curso EaD de qualificação profissional em educação das relações étnico-raciais.

Livro didático A África está em nós - “africanidades paranaenses” coordenado pela socióloga Marcilene Garcia de Souza é o primeiro livro didático regionalizado voltado para educandos(as) do ensino fundamental que se dedicou a trabalhar exclusivamente sobre a história e contribuição dos africanos e seus descendentes no Paraná.

Livro didático A África está em nós - História e Cultura Afro-Brasileira - Africanidades Catarinenses – Coordenado pela professora Jeruse Maria Romão.

implementada, uma vez que a escola se empenhe em encontrar meios de repensar o currículo de forma inclusiva e diferenciada. Nesse sentido, muitos educadores e equipes pedagógicas precisam urgentemente estudar suas ações educacionais, buscando mudanças para atender os estudantes que necessitam ter direito a inclusão.

#### 4.1-EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

A educação deve estar pautada nas necessidades e nas particularidades que compõem a diversidade cultural existente no Brasil, pois o respeito à diversidade é uma forma de promover a inclusão, voltada para a desconstrução do preconceito, do racismo e da discriminação racial. Compreendendo a educação como matriz nesse processo, capaz de transformar e estruturar fatores históricos que impulsionaram a diferença social, numa relação hierárquica entre negros e brancos.

A autora Romão (2005, p. 17) salienta que a história da educação do negro sempre foi excludente e propõe uma reflexão sobre os valores culturais instituídos socialmente:

A escola como um não lugar para os negros constitui-se pela invisibilidade, pelo esquecimento. E também pelas políticas de negação do reconhecimento direito às diferenças. A história da educação do negro traz para o nosso convívio determinações históricas de exclusão. Mas, também, traz possibilidades pelas identidades que revela, pelas formas de resistência cultural, pela tradição da história resguardada pelas práticas educativas populares, pelos valores ancestrais perpetuados pela memória dos mais velhos. Que não falam só do passado, uma vez que têm instruído gerações a partir de suas ideias e experiências de um passado que vive e se perpetua em nosso presente. E que propõem refletir sobre o currículo da vida, sobre as relações da educação das pessoas para com elas, para com outros e pra a preservação de seu legado.

A autora considera que a partir da educação étnico-racial é que se resgatam os valores nunca antes atribuídos aos negros. Para ela o processo educativo deve ir além da história propriamente dita, devem-se resgatar os valores culturais que fazem parte da história do negro. A educação e as relações Étnico-raciais devem ser construídas no espaço escolar para inserir socialmente todos os envolvidos. No entanto, quando nos perguntamos qual o objetivo da educação das relações Étnico-raciais, a resposta se baseia na instituição de inclusão social e transformação, tendo em vista a inferiorização praticada contra os negros.

A prática educacional feita com coerência condiciona mudanças na sociedade, considerando-a constituinte da subjetividade do processo de humanização. Esta deve ser

dotada de autonomia além do que, esta prática deve assumir em conjunto com os demais espaços sociais a responsabilidade de mudanças no que tange a inclusão, a igualdade e respeito a todos os cidadãos que a compõem.

Tais paradigmas são mencionados por Gadotti (2007, p.42), no que diz respeito ao ato educativo, que a educação vai além da sala de aula, ela precisa acompanhar nosso cotidiano, tornando o sujeito crítico e ativo no posicionamento social:

Educar é sempre impregnar de sentido todos os atos da nossa vida cotidiana. É entender e transformar o mundo e a si mesmo. É compartilhar o mundo: compartilhar mais do que conhecimentos, idéias... compartilhar o coração. Numa sociedade violenta como a nossa é preciso educar para o entendimento. Educar é também desequilibrar, duvidar, suspeitar, lutar, tomar partido, estar presente no mundo. Educar é posicionar-se, não se omitir.

E para que isso seja possível, é determinante entender o que está acontecendo na da educação e na sociedade como um todo, e considerar que o país possui uma grande diversidade cultural e que a escola agrupa esses seres humanos, devendo ali ser um espaço laico e de respeito, não fugindo a regra para os demais espaços sociais. Assim, para que este modelo torne-se real uma série de ações precisa ser analisada, pois o conhecimento que é transmitido sobre o continente é uma série de invenções preconceituosas, mentirosas, totalmente pejorativas, tornando desnecessário replicá-los novamente. No que diz respeito ao reconhecimento do negro Gomes (2001, p.89) coloca que:

[...] ser negro é tornar-se negro. O conhecimento dessas questões pode nos ajudar a superar o medo e/ou desprezo das diferenças raciais ainda presente na escola e na sociedade. Entender essa complexidade é uma tarefa dos/as profissionais da educação. É tarefa de uma escola que se quer cidadã e, por isso mesmo, não pode deixar de incluir a questão racial no seu currículo e na sua prática.

A educação étnico-racial apresenta inúmeras possibilidades para a superação das condições dos negros e seus descendentes, mas há que se desvencilhar das amarras históricas, transformando a prática educacional para que não acompanhe os desígnios comumente replicados na sociedade. As mediações em torno da educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, devem permitir que todos os educandos envolvidos consigam se identificar diante da realidade histórica vivenciada pelos negros, compreendendo criticamente suas contribuições e de seus descendentes. Por isso, destaca Santana et al. (2013, p.120):

[...] os educadores e educadoras brasileiros, de qualquer pertencimento étnico-racial são convocados a construir novas posturas e práticas pedagógicas e sociais. Dentre elas destacamos: o desenvolvimento de inquietude epistemológica e política, o inconformismo diante das desigualdades e aposta no processo de emancipação social.

Com estas perspectivas a educação tem por obrigatoriedade apontar as diferenças observadas no contexto social que inviabiliza a ascensão igualitária nos espaços sociais de maneira justa para com as questões étnico-raciais. Assim entendendo que o comportamento discriminatório e racista é ensinado socialmente. Partindo desta ótica, a educação como prática libertadora destes estereótipos tem a possibilidade de apontar e construir uma sociedade livre destes estigmas historicamente transmitidos através da sociedade. O autor Gadotti (2007, p.39) em uma de suas obras descreve que “a escola cidadã é o resultado de um movimento crescente de renovação educacional [...]”.

E a mudança nas instituições educacionais no quesito acesso aos negros e sua cultura, com uma reflexão crítica da participação dos negros na construção do Brasil como um todo, podem criar uma condição de inclusão social deste grupo no meio escolar, através das ações afirmativas e a legislação que estrutura este trabalho.

A promoção de discussões sobre a cultura negra na escola, orientadas pela Lei 10.639/03, possibilita que todos os alunos reconheçam as distintas identidades e diversidades culturais presentes neste país. Portanto, cabe aos professores de todas as disciplinas curriculares reconhecerem a pluralidade cultural brasileira e suas origens, promovendo o reconhecimento entre as diferentes etnias bem como a importância e necessidade de respeitá-las. Em sua obra, Gomes (1996, p. 88) aponta que a mudança de identidade só é possível devido a um processo, “[...] é um dos fatores determinantes da visão de mundo, da representação de si mesmo e do outro”.

Isto é, todas as transformações e mudanças são difíceis uma vez que no campo educacional há uma questão bastante complexa que está expressa no modelo tradicional. Este tradicionalismo favorece de forma significativa a manutenção dos negros e seus descendentes em condições de explorado. Observamos que na atualidade de acordo com as autoras Scherer-Warrem e Passos (2014, p.95):

O breve retrato aqui apresentado sobre as desigualdades a que estão submetidas as juventudes instiga a se repensar o lugar da juventude negra nas atuais políticas públicas e questiona os limites da abrangência das políticas universalistas, na medida em que estas não conseguem atingir os negros.

Assim também, a transformação desta realidade é uma barreira cercada de dificuldade, o próprio modelo tradicional tenciona fortemente para que estas situações sejam mantidas, os próprios materiais didáticos utilizados como apoios pedagógicos que sempre contribuía para a permanência das discriminações e preconceito dentro das

escolas corroboram para a contínua discriminação de determinados grupos estigmatizados.

A educação precisa de transformação para que os conceitos errôneos arraigados possam transcender para uma nova perspectiva de superação na qual os diferentes grupos étnico-raciais possam ser vislumbrados, como indivíduos que tem direitos igualitários de acordo com suas diferenças. Segundo a autora Hooks (2013, p.56) é necessário “fazer da sala de aula um contexto democrático no qual todos sintam a responsabilidade de contribuir é um objetivo central da pedagogia transformadora”, Mas para que esta ruptura seja consolidada há que pensar na prática docente, na constituição do próprio currículo, que esse seja pensado a partir das diferenças, que o compromisso primordial paute-se na equidade das diferenças com a finalidade de inclusão dos grupos marginalizados.

Nessa perspectiva os autores Moreira e Silva (2014, p.49) afirmam:

[...] os conflitos acerca do que deve ser ensinado são agudos e profundos. Não se trata “apenas” de uma questão educacional, mas de uma questão intrinsecamente ideológica e política. Quer reconheçamos ou não, o currículo e as questões educacionais mais genéricas sempre estiveram atrelados à história dos conflitos de classe, raça, sexo e religião, tanto nos Estados Unidos quanto em outros países.

De fato, toda a transformação e mudanças são naturalmente difíceis, no campo educacional é muito mais complexo, pois há muitas questões externas que estão diretamente relacionadas com a educação e trazem impactos significativos para as relações e funcionamento do processo educativo. Para que as escolas possam tratar de forma igualitária os diferentes grupos, preparando-os para enfrentamento dos conflitos é necessário o enfrentamento de uma série de resistência, a maior delas é a possibilidade de grupos que são amplamente discriminados passem a ser visto pela comunidade escolar como cidadão de direitos iguais. Assim, Hooks (2013, p.18) nos remete a refletir “[...] a visão constante da sala de aula como um espaço comunitário aumenta a probabilidade de haver um esforço coletivo para criar e manter uma comunidade de aprendizado”.

Todas as mudanças só ocorrem em função de várias ações, pois o modelo hegemônico de dominação tende a se manter constante e a ruptura só é possível ocorrer em função de uma soma de forças contrárias, desta forma os autores Moreira e Silva (2014 p.58) colocam:

Já não é raro encontrar pessoas que, individualmente ou em grupo organizados, estão atuando de forma que podem oferecer importantes

bases para um trabalho “contra hegemônico”, também. Isso deveria dar-nos algum motivo para o otimismo [...].

A preparação para o posicionamento frente aos conflitos étnicos condicionam resultados favoráveis, e a junção de forças em prol de objetivos comuns nas lutas contra os modelos hegemônicos de controle e dominação deve ser estimulada, uma vez que buscam igualdade de direitos e reconhecimento pela sociedade que sempre massacrava os negros. Assim, a autora Veiga (2012, p.54) em sua obra faz considerações sobre a ação educativa na sociedade, segundo ela:

A educação, como prática formal, torna-se ensino, praticado por professores em escolas. Mas a sociedade não é um tecido homogêneo. É uma arena de conflitos, com classes que se opõem. Entre os bens em disputas está a educação. Num primeiro momento, é a educação como um todo que se almeja. Depois, quando ela se espraia pela sociedade, são certos níveis que passam a ser disputados. Mais adiante, já não se luta por níveis, mas por graus qualitativos e de conteúdo.

Para a autora a educação tem que conviver com os conflitos que são oriundos de demandas das diversidades que a compõem, mesmo que esta convivência tenha sido de forma verticalizada no passado, pois estes grupos minoritários eram praticamente inexistentes quanto a fazer parte do processo, na construção do currículo e sua própria representatividade no espaço escolar. Felizmente as lutas e a união destes grupos na busca por direito e representação política no espaço educacional trazem novas possibilidades, e algumas mudanças já visíveis que precisam de continuidade, considerando que a partir da promulgação da Lei 10.639/03 somou-se a esta perspectiva, condicionando um direcionamento uniformizado e contínuo no cenário nacional.

Na visão de Veiga (2012, p. 47) não é possível dissociar o aspecto pedagógico do aspecto social no contexto educacional, assim o ensino precisa ser analisado numa perspectiva de contexto no qual uma série de elementos se entrelaçam e estão ligados com a estrutura do processo geral, o autor aponta:

No processo escolar, o pedagógico e o social necessitam ser trabalhados de forma integrativa para não se incorrer na negação do próprio ato educativo. O tratamento simultâneo do pedagógico e do social exige o emprego de uma metodologia processual-dialética o em todo o continuum do processo educativo, que por sua vez assume, também, as características de um “continuum dialético”, que supera o “continuum atomizado” produzido pela dualidade entre a teoria a prática.

Por isso, faz-se necessário que as legislações sejam articuladas com ações práticas. É fundamental que os educadores promovam esse discurso dentro das escolas públicas, propiciando o debate com as equipes multidisciplinares. Para que essas ações possam transcender e preparar todos os educadores e comunidade escolar no discurso

em favor da igualdade étnico-racial, e que este trabalho de pesquisa possa contribuir para melhorar e ampliar o discurso em favor à plena efetivação da Lei 10.639/03.

As responsabilidades da sociedade são inúmeras, a escola como espaço social precisa estar atenta para a realidade, com a conscientização do corpo docente e comunidade escolar para não replicarem os costumes que estão incutidos na sociedade de forma despercebida ou ingênua. Gadotti (2007) descreve o professor não é somente um mediador do conhecimento, ele define-se como um problematizador que interfere diretamente na vivência do educando. Na visão de Hooks (2013, p.51):

Para que o esforço de respeitar e honrar a realidade social e a experiência de grupos não brancos possa refletir num processo pedagógico, nós, como professores – em todos os níveis, do ensino fundamental à universidade -, temos de reconhecer que nosso estilo de ensino tem de mudar [...]

Mudar no sentido de abordar criticamente as situações de conflito existentes para que se possa propiciar mudanças efetivas, deixando para trás um passado histórico de aceitação e invisibilização dessas cruéis diferenças. Uma vez estes educadores atuando nos espaços educacionais não podem estar despreparados para o enfrentamento do debate, com o poder de transformar a realidade escolar e ampliar a abrangência social, como define Gadotti (2007) o conhecimento é uma construção social, estruturalmente ligada ao coletivo.

Assim, como descrito também nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação, aponta a educação como princípio norteador de transformação social:

[...] oferecer uma resposta, na área da educação, à demanda da população afro-descendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade. Trata o parecer de política curricular, fundada em dimensões históricas, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros (BRASIL, 2004, p. 18).

Efetivamente, a função do educador inter-relacionando diretamente com os educandos, fazendo com que seja visto por eles como um indivíduo com potencial de transformação, no exercício de suas atividades pode e deve propiciar alterações no seu trabalho enquanto educador, culminando com potencial ação social. Para Freire (1979, p.72) a realidade opressiva é experimentada como um processo passível de superação, a educação para a libertação deve desembocar na práxis transformadora.

Então, a escola necessita de uma ação coordenada e transformadora que altere a construção do próprio currículo que pauta-se na inclusão das diversidades presente no espaço escolar e das demandas sociais e culturais dos diversos grupos étnicos raciais existentes. Processo este que vem sendo realizado através da consistente formação

estabelecida pelos diálogos das EMs, essas ações conjuntas que ampliam os debates dentro da escola.

Por sua vez, a atividade docente torna necessário para os educadores a denúncia das injustiças, criando meios para mudar a realidade destes que são vítimas de um processo longo de exclusão social. As lutas e os gritos dos que foram vitimizados pela sociedade devem ser apoiados pelos educadores para fortalecer o grito de libertação. O autor Freire (1987, p. 78) nos diz que:

A existência humana não pode ser muda, silenciosa, nem pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novos pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação reflexão.

Portanto, o conhecimento e o discurso dos educadores devem estar comprometidos em manter o apoio e articulação dos grupos excluídos socialmente, é fundamental que estes educadores enfatizem que estes grupos têm seus direitos e que estes são negligenciados. Para adquiri-los demanda lutas em conjunto, em favor de suas necessidades conforme mencionado por Hooks (2013, p.113-114) “como professora, reconheço que os alunos de grupos marginalizados têm aula nas instituições no qual suas vozes não têm sido ouvidas nem acolhidas, quer eles discutam fatos – aqueles que todos nós podemos conhecer -, quer discutam experiências pessoais” [...]. Aqui a autora aponta que o exercício da docência é indissociável da vivência do educando, tornando-os capazes de transmitir uma ideologia justa aos seus alunos.

E todos os educadores devem se preparar para identificar e combater qualquer forma de preconceito, discriminação cometida contra os educandos negros e qualquer outro grupo. Como reafirma Freire (1987, p.19). “A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido; mas homem libertando-se”.

### **CAPÍTULO 3 – ESPAÇOS EDUCACIONAIS: EM BUSCA DO CAMINHO PARA A INCLUSÃO**

A partir das leituras de pesquisadores sobre a questão étnico-racial, em um dos objetivos deste trabalho, analisando a perspectiva da Lei 10.639/03 nos espaços escolares, foi possível realizar um trabalho com a intenção de apontar como a inserção e inclusão da temática racial está sendo empregada nos espaços escolares, bem como a aproximação tanto dos professores quanto dos alunos no que tange a igualdade racial.

A educação é o princípio para transformação dos paradigmas sociais, conforme Freire (1987, p.22), “quanto mais às massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se “inserem”, nela criticamente”. O autor defende que a sociedade tenha o reconhecimento de suas condições sociais, partindo desse pressuposto, possam buscar melhorias em prol da igualdade, minimizando as desigualdades e ampliando seus direitos como cidadãos.

Assim, é fundamental o conhecimento da realidade vivenciada socialmente, dessa forma, esta atividade deve ser inserida também no contexto escolar, buscando dar continuidade na luta pela equidade, de forma unilateral, construindo e consolidando maneiras de superação da discriminação racial. Para tanto, a educação carrega essa responsabilidade de minimização das desigualdades sociais.

De acordo com Scmidt e Stoltz (2006, p.55)

Quando colocamos a educação num mundo em mudanças, não estamos apontando simplesmente as mudanças ligadas às desigualdades econômicas, culturais e cívicas, as quais estão se agravando, também não estamos nos referindo apenas ao fato de todos os povos aspirarem a ter um certo grau de bem-estar, de instrução, de democracia, pois a educação não é um simples assunto filantrópico, de caridade, de bondade ou de nobreza da alma, como durante muito tempo vem se acreditando.

As mudanças às quais as autoras se referem ocorrem na prática social, por meio da desconstrução de uma lógica separatista e excludente. Por esse e outros motivos à pesquisa de campo demonstra dois universos ligados pela ação educacional. No entanto, os apontamentos de cada um, segue uma lógica específica.

Tanto a EM quanto o grupo de estudantes que foram partícipes das atividades desenvolvidas no âmbito desta pesquisa, apresentaram suas expectativas em relação ao tema. As mesmas são diferenciadas, pois os membros da EM apresentaram maior interação com relação às questões étnico-raciais assim demonstram conhecimento, capacidade crítica sobre a temática. Conhecimentos esses adquiridos nos espaços

formativos, por meio de leituras, convívio social e o próprio interesse acerca do tema étnico-racial.

No entanto, a maioria dos estudantes e alguns membros da EM apresentaram distanciamento a respeito da temática. Com o passar das atividades conseguiram apropriar-se de uma nova forma de visualizar os conflitos étnicos, a partir daí tiveram a oportunidade de transformar seus próprios entendimentos acerca do assunto abordado. Oportunidade de transformação que só podem ser apropriadas através das reflexões educativas contextualizadas com a realidade dos grupos étnicos.

Corroborando com o exposto por Freire (1996, p.24):

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade.

Para o autor a prática educacional é valorosa, e esta oportunidade de dialogar sobre as temáticas étnico-raciais, oportuniza uma importante troca de experiências e vivências que são fundamentais na consolidação do trabalho educativo. Isto é, para além do trabalho, como experiência de vida, permitindo que os envolvidos através dos diálogos estabelecidos, ampliem suas convicções acerca dos temas convencionados, com conhecimento adquirido em conjunto, este para reconhecer e enfrentar diversas situações, que podem ser de preconceito e discriminação no espaço escolar.

Esclarecido isso, apresenta-se a seguir a resultante da pesquisa de campo com os grupos em questão. Primeiramente abordaremos os resultados obtidos com a EM, que culminou com acompanhamento das atividades realizadas. Fazem parte das EMs, professores de diversas áreas do conhecimento, agentes I e II, e no colégio Cataratas do Iguaçu, este ano de 2016 dois alunos começaram a fazer parte das atividades desenvolvidas pelo grupo.

As finalidades e objetivos da formação das EMs, foram criadas a partir da Implementação da Lei 10.630/03. Como já mencionado, esta torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira em todas as disciplinas curriculares e em todos os níveis do ensino. Então, a criação e as ações das EMs, apresentam uma abordagem de modo interdisciplinar entre os professores, para discutir e enfrentar os desvios necessários para que a lei seja amplamente respeitada. Porém, o modelo tradicional de trabalhar de forma disciplinar é muito presente na escola, comum nas demais escolas estaduais do Paraná.

Sobre a prática da docência, Hooks (2013, p.174) considera a prática do diálogo o caminho mais promissor nas lutas travadas por diversas classes que buscam diminuir as diferenças raciais, para ela:

A prática do diálogo é um dos meios mais simples com que nós, como professores, acadêmicos e pensadores críticos, podem começar a cruzar as fronteiras, as barreiras que podem ser ou não erguidas pela raça, pelo gênero, pela classe social, pela reputação profissional e por um sem-número de outras diferenças.

Do mesmo modo, as autoras Gomes e Silva (2011, p.20), fazem ponderações a respeito da inclusão da temática étnico-racial no campo educacional, que em muitos casos esta formação se dá devido a sua própria vivência enquanto negro/a. Segundo as autoras:

Apesar de reconhecermos que aconteceram alguns avanços nesse campo, a inserção da discussão sobre a diversidade no campo da formação de professores/as ainda fica restrita o interesse específico de alguns profissionais, cujo investimento se dá devido à sua própria história de vida, pertencimento étnico/racial, postura política, escolha pessoal, desejos e experiências cotidianas que aguçam a sua sensibilidade diante da diferença, trazendo-lhes de forma contundente a importância da inserção dessa discussão na prática escolar.

Assim, reforça-se que o discurso da diversidade cultural está ligado ao resgate da história do negro, tornando indispensável a formação dos professores de forma universal envolvendo todos os educadores, condicionando uma formação continuada que os potencialize a mediar e enfrentar os debates étnico-raciais com coerência e convicção.

Na atualidade há uma retórica negação da existência da discriminação e do próprio racismo, desta forma, todos os atritos dentro da escola não são devidamente enfrentados pelos educadores por uma série de motivos. O despreparo dos professores para o enfrentamento das questões raciais encabeça a lista, este cenário permite que algumas situações tornem-se recorrentes, permitindo que o relato apresentado pela professora torne-se comum na escola, *“dentro de sala de aula confunde-se racismo com bullying, assim o professor tem dificuldade em direcionar a temática”* (A. C. S). *Observa-se esta situação* como uma forma de tangenciar e omitir, evitando refletir sobre o racismo.

Quando se generaliza os conflitos étnico-raciais como bullying diminui-se a responsabilidade para com um tema, isto não significa que o próprio bullying não deva ser discutido dentro dos espaços escolares, mas esta reflexão deve ser contextualizada.

Quanto aos trabalhos das EMs, é direcionado por um coordenador da equipe, podendo este ser tanto um pedagogo quanto um professor. Em Foz do Iguaçu, o NRE conta com a participação da UNILA na realização de cursos de formação de professores para a implementação da Lei. Nos cursos, os coordenadores recebem orientação e

materiais de apoio. Essa capacitação dá suporte para os coordenadores e para as equipes, para que organizem suas atividades e desenvolvam seus planos de ação.

Dentre o proposto no plano de ação elaborado pela EM para execução em 2016 descreve-se: estudo para reconhecimento e valorização étnico-racial, fundamentando-se em autores que discutem o assunto, planejamento e multiplicação de práticas pedagógicas com a disseminação de conhecimentos para todos os segmentos da comunidade escolar.

Além disso, por meio das reuniões com o NRE, as equipes discutem as necessidades de melhoria no processo organizacional, o que é transmitida para a SEED. Este canal tem funcionado desde os anos de implantação das EMs e são várias as transformações implementadas baseadas nas necessidades transmitidas pelos coordenadores.

A respeito do ensino do tema de história e cultura afro-brasileira Romão (2005, p. 60) reforça a necessidade de manutenção das legislações para efetivação concreta:

Parece-me que, para resolver essas questões, é preciso dar dois passos sempre. O primeiro é a lei; o segundo, o estabelecimento de políticas públicas que a efetivem. Quanto tempo decorre entre um passo e o outro definido pela capacidade de intervenção dos movimentos e a permeabilidade que tais intervenções encontrem nos governos. Fundamental é saber que, do discurso de escola sem distinção, chegamos à escola que começa a distinguir para compensar processos desiguais entre a população brasileiras.

Nesta perspectiva, o trabalho em de quem com quem condiciona oportunidade única para que a comunidade escolar bem como os interesses étnico-raciais sejam amplamente discutidos, relacionando quais práticas desenvolvidas, tem tido melhor efetividade quantos aos resultados nos enfrentamentos de conflitos que demandam a escola, que objetiva a inclusão dos diferentes grupos étnicos numa condição de igualdade de direitos.

Os apontamentos sobre situações de inferiorização e preconceitos nas escolas, são observados em todo espaço escolar, uma professora pedagoga relata ter presenciado a seguinte situação, *“Notei nos corredores do colégio uma aluna negra ser estigmatizada pela cor da pele, chamavam-na de tição”*. (K.N).

Na diversidade dos relatos há também enfrentamento destes conflitos por professores/as que integram a EM, neste caso outra professora relata sua intervenção imediata numa situação de discriminação e preconceito, *“Um aluno negro foi xingado dentro de sala de aula, a professora interviu no conflito, estabelecendo uma reflexão*

*acerca do contexto histórico, explicitando a seriedade e a possível criminalização de tal ato". (R. S. M).*

Esta intervenção imediata e firmeza da professora, é fruto de uma formação para estes enfrentamentos étnico-raciais, de forma simultânea à ocorrência destes fatos criando espaço de não permissibilidade a estas ações dentro do espaço escolar. Partindo deste pressuposto, observamos que a formação continuada é o que apresenta a maior abrangência do discurso étnico-racial, fato este que ficou evidente durante o desenvolvimento desta pesquisa, no diálogo estabelecido com a EM, estes embasados por obras de autores que apresentam encaminhamentos para o enfrentamento dos conflitos étnico-raciais. Esta ação reflexiva conjunta na busca de soluções para combater as desigualdades no ambiente propiciam avanços notáveis, pois é possível trocar experiências de atividade bem sucedidas já desenvolvidas por integrantes do grupo, e ainda combinar ações conjuntas em uma perspectiva multidisciplinar que é o objetivo primordial da EM.

Juntando a isso, as autoras Gomes e Silva (2011, p.23) pensam a formação de professores/as para a diversidade como uma prática que precisa ser consciente e entrelaçada à inserção social:

A formação de professores/as para a diversidade não significa a criação de uma "consciência da diversidade", antes, ela resulta na propiciação de espaços, discussões e vivências em que se compreenda a estreita relação entre a diversidade étnico-cultural, a subjetividade e a inserção social do professor e da professora os quais, por sua vez, se prepararão para conhecer essa mesma relação de vida dos seus alunos e alunas. Assim, poderemos possibilitar momentos formadores na escola, nos centros de formação e na universidade em que estejam presentes as reflexões sobre o reconhecimento, a aceitação do outro, os preconceitos, a ética, os valores, a igualdade de direitos e a diversidade. Esses são os componentes essenciais à educação.

Essa constatação indica que se faz necessário repensar como as formações de professores ainda são insuficientes para o devido enfrentamento dos conflitos étnico-raciais presentes nas escolas, durante e após sua formação universitária. São visíveis o aumento da compreensão dos integrantes da EM dentro de um ano letivo, tornado estes integrantes capazes de perceber o apagamento da história e da cultura negra e ainda propiciando um embasamento para denunciar e articular maneiras de enfrentar esta realidade, para com nosso modelo inicial de formação de professores/as, rompendo com as práticas fragmentadas a respeito do processo inclusivo.

Partindo dessa ótica, o trabalho realizado entre o NRE-Foz do Iguaçu, através do projeto de extensão da UNILA, que atua para articular em conjunto a realização de um trabalho promissor no âmbito da educação étnico-racial, bem como os professores e

demais integrantes da Equipe Multidisciplinar do Colégio aqui pesquisado, evidencia a carência que os professores têm em seu currículo de formação para o enfrentamento das questões étnico-raciais, buscando maneiras e ações eficientes para abordar esta temática e propiciar resultados que possam condicionar o enfrentamento consistente, minimizando as tensões étnico-raciais presente nos espaços escolares. Mesmo com os debates conjunto ainda há dúvidas específicas sobre o enfrentamento destes conflitos, como foi apontada por uma pedagoga referindo-se a ela mesma e aos demais participantes da comunidade escolar, *“Como trabalhar as questões de brincadeiras e apelidos que são racistas, e que estas questões estão presentes com a própria comunidade escolar?”* (A.S)

Estes conflitos tornam-se difíceis de serem combatidos quando há um disfarce categórico com o pretexto de amizade e proximidade entre o agressor e o agredido, utiliza-se da justificativa que ambos são “amigos”, é por isto que brincam dessa desta forma. É fundamental que os professores não se calem que se esclareça que isto não tem a ver com proximidades ou amizade, na realidade é o contrário, é o próprio crime de racismo responsável pela exploração em toda a história, estas ofensas são replicadas desde o próprio período de escravização.

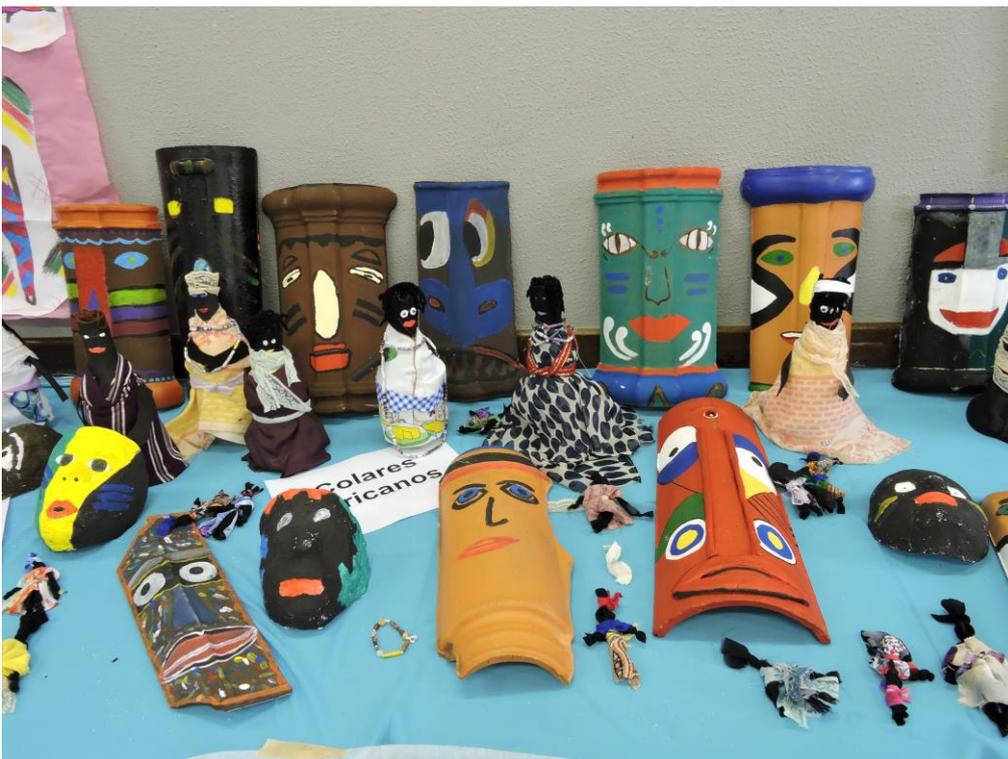
Ainda no que descreve as atividades da EM, essa contribui no processo de reflexão sobre as temáticas étnico-raciais no colégio, na intenção de desconstruir estigmas atribuído aos negros em toda sua história. As atividades realizadas pela EM ocorrem durante todo período letivo, estes professores trabalham atividades pontuais nas suas respectivas disciplinas. É fundamental ressaltar que há vários professores que não são integrantes das EM, mas que também desenvolvem atividades similares, pois são professores que já trabalharam em anos anteriores ou são sensíveis à necessidade destas atividades.

O relato de professores que apontam que não existe alinhamento consistente para o enfrentamento das questões étnico-raciais em toda a comunidade escolar, *“Alguns professores que não são parte da EM não está devidamente engajado com os conflitos étnico-raciais presentes na escola”*. (M.S.N)

Como a instituição das EM foi efetivada há poucos anos e não abarca todos os professores, é fato que muitos dos professores que fazem parte do corpo docente da escola nunca fizeram parte das EMs mesmo em anos anteriores. Assim, torna-se necessário que o trabalho da EM, que tem por finalidade a formação continuada dos professores para as questões étnico-raciais, bem como a formação específica, sejam

implementadas para ampliar o alcance desta formação continuada, podendo atingir todos os professores e educadores que estão dentro das escolas.

Na semana da Consciência Negra (20 de Novembro), tais atividades são voltadas para a valorização da história e cultura afro-brasileira. Foi durante o ano letivo que se deu essa pesquisa e as atividades realizadas no espaço escolar e que foram fundamentais para visibilizar os resultados do trabalho da EM. Foram apresentadas as práticas pedagógicas desenvolvidas em cada segmento durante o ano letivo, contando com a participação de toda a escola. Na disciplina de Artes foi desenvolvida pelos alunos a produção de máscaras com telhas que foram afixadas de forma permanente nos pilares da escola, trazendo um importante representativo da comunidade negra. Assim eles desenvolvem de forma conjunta uma serie de pesquisas e seleção das imagens a ser replicadas nas telhas propiciando uma aproximação dos negros e seus descendentes e os representativos culturais.



Fonte: Acervo do autor

Também os professores de Geografia produziram bandeiras para representar a dimensão geográfica e a diversidade de países do continente Africano, juntamente com suas riquezas naturais, transcendendo a visão difundida, que representava o continente Africano como se fosse um país.

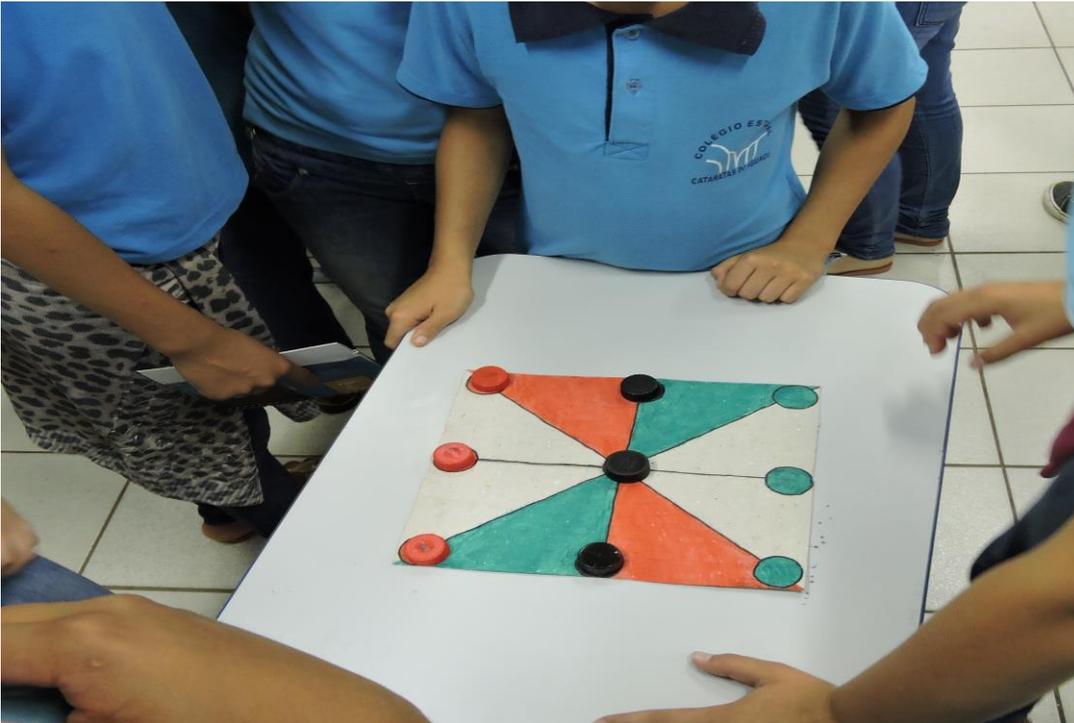


Fonte: Acervo do autor



Fonte: Acervo do autor

Os professores de matemática trabalharam com jogos de origem africana propiciando uma forma descontraída e eficiente de trabalhar a matemática em uma perceptiva lúdica e atrativa, propiciando uma nova forma de reconhecimento positivo do continente Africano, que assim associa-se aos descendentes negros no país uma nova possibilidade baseada no reconhecimento das singularidades e no respeito às diferenças.



Fonte: Acervo do autor

Todas estas atividades conjuntas coordenadas pela EM envolveu toda a comunidade escolar com o objetivo de efetivar um plano de ação definido anualmente pela própria EM, onde são analisadas as atividades dos anos anteriores para que haja uma readequações para o plano de ação do ano seguinte, sendo feita a fim de alcançar melhores resultados na Implementação de Lei 10639/03 para que a História e Cultura Afro-brasileira sejam vistas e reconhecidas de maneira positiva, ressaltando que todas estas atividades são desenvolvidas durante todo o ano letivo podendo melhorar as condições de inclusão dos negros nos espaços escolares.

Em um dos relatos observa-se uma professora que descreve a necessidade que os próprios educadores sentem em abordar e enfrentar a temática de forma conjunta com a comunidade escolar, *“Todos devem trabalhar de forma articulada, dando maior visibilidade para todo o corpo docente sobre as atividades desenvolvidas pela EM, cedendo espaço durante os encontros de formação pedagógica”*. (E.C.T)

Detalhando o que foi trabalhado na “Semana”, pode-se citar a exposição de atividades desenvolvidas durante o ano letivo, apresentação de culinária típica, Seminário sobre a valorização da história e cultura negra e representações de grandes personalidades negras e filmes<sup>29</sup>, relacionados ao tema, apresentação de grupos

<sup>29</sup> “Mãos talentosas, a história de Ben Carson”. O filme retrata a história de Benjamin Carson, um médico negro neurocirurgião dos Estados Unidos. Disponível em:

culturais<sup>30</sup> atuante na cidade e apresentação de oficinas (confeção de bonecas Abayomi<sup>31</sup> e demonstração do uso do turbante<sup>32</sup>).

Nesta edição houve uma atividade diferenciada com a realização de um desfile demonstrando a cultura na vestimenta da comunidade negra, este foi disponibilizado para professores e comunidade escolar uma oportunidade de descontração, propiciando maior interação entre todos, as atividades e apresentações realizadas atingiram positivamente seus objetivos, pois contaram com uma parcela significativa dos integrantes da comunidade, condicionando uma interação entre as atividades realizadas na escola.

Nesse contexto, observa-se que para a superação do nosso passado histórico é fundamental que os nossos jovens tenham uma representação positiva de sua cultura e de seus costumes, assim apresentando os aspectos positivos dos negros na construção do país, nas suas produções literárias, nas ocupações dos espaços de poder, mudando, a perspectiva histórica de negação.

Na opinião de Scmidt e Stoltz (2006 p. 20,21):

A identidade conferida pela cidadania é dada pela pertença, algo mais rico que possuir um passaporte ou ter direito de voltar. O cidadão deve ter consciência de si mesmo como membro de uma comunidade com uma cultura democrática. [...] Esta tendência de interpretação da identidade como inclusão em grupos de pertença é muito mais dinâmica do que estática, devendo ser objeto de debate e redefinição contínuos.

Sendo assim, acredita-se que a educação com seu processo transformador e crítico não pode menosprezar ou anular qualquer cultura ou conhecimento existente no processo de escolarização, este deve ser valorizado de acordo com seu pertencimento. Porém, é imprescindível que estes debates e reflexões avancem para o enfrentamento de todos os envolvidos com as atividades educacionais, condicionando à escola um espaço de respeito mútuo.

Numa análise feita nos encontros pedagógicos em observações na escola, referente aos sessenta e oito docentes atuantes no colégio, sendo estes catorze professores integrantes da EM e demais professores (História, Geografia, Artes,

---

<http://www.emdialogo.uff.br/content/resenha-do-filme-m%C3%A3os-talentedas-hist%C3%B3ria-de-ben-carson>.

<sup>30</sup> Afoxé Ogún Funmilayó é uma organização comunitária de Foz Do Iguaçu, Paraná. Disponível em: <https://www.facebook.com/AfoxeOgunFunmilayoFoz/>.

<sup>31</sup> As bonecas, símbolo de resistência, ficaram conhecidas como Abayomi, termo que significa 'Encontro precioso', em Iorubá, uma das maiores etnias do continente africano cuja população habita parte da Nigéria, Benin, Togo e Costa do Marfim. Disponível em: <http://www.afreaka.com.br/notas/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/>

<sup>32</sup> Um símbolo da resistência e do empoderamento da mulher negra, para o movimento negro surge como um resgate da estética e da cultura africana. Disponível em: [http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2017/02/15/internas\\_viver,689224/moda-por-que-o-uso-de-turbante-pode-ser-apropriacao-cultural.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2017/02/15/internas_viver,689224/moda-por-que-o-uso-de-turbante-pode-ser-apropriacao-cultural.shtml)

Português, Matemática, Educação Física, Biologia/Ciências, Sociologia, Filosofia, Física, Química e Pedagogia) que compõem o corpo docente, apontam que as formações dos professores estaduais não tiveram nos cursos de graduação uma abordagem sobre a questão étnico racial, independente das especificidades de suas formações. Na opinião de Freire (1996, p.39) a formação continuada de professores/as deve ocorrer de forma crítica, pois é dessa forma que evoluímos nas práticas como docentes:

Por isso é que, na formação permanente de professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que se confunda com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela aproximá-lo” ao máximo.

Assim, a formação de professores sobre a temática advém de cursos ou formação continuada, também por leituras particulares e pela própria vivência. As leituras particulares podem trazer grandes compreensões e esclarecimentos com relação às questões étnico-raciais. Entendendo que estas bibliografias apresentam a valorização do contexto histórico dos negros e afrodescendentes.

A partir de agora passamos a abordar os dados referentes ao grupo de estudantes do 3º ano A do Colégio Cataratas do Iguaçu. A abordagem com os dois grupos (EM e educandos) exigiu uma investigação minuciosa, como foi descrito anteriormente, este trabalho passou primeiramente pelo estágio, este definido pelo Programa de Mestrado, que condicionou uma aproximação dos grupos envolvidos na pesquisa, e posteriormente os acompanhamentos junto com a turma de alunos e finalizando com a realização do grupo focal.

Foram vários os assuntos abordados durante as atividades, entre os quais estão a implementação da Lei 10.639/03, contexto histórico da diáspora negra e representatividade no contexto atual, racismo e preconceito, cotas nas universidades, a finalidade da EM na escola. Os questionamentos e o interesse dos alunos em participarem efetivamente das atividades, deixaram visível o quão importante é debater sobre diversidade racial no espaço escolar.

Nesse ponto de vista a autora Segato (2004, p.71) salienta:

Os expertos na área de educação são unânimes hoje em afirmar que, em todos os níveis do sistema educativo, uma sala de aula onde convivem alunos de diversas origens étnicas, raciais, regionais, nacionais ou outras é mais apta para o aprendizado. Nela, a convivência plural e a constatação diária da diversidade própria do mundo cumprem um papel importante na formação profissional, pois oferecem uma experiência mais rica e permitem acesso a uma realidade mais complexa.

A negação do próprio pertencimento dos negros foi uma estratégia introduzida com a intenção de inviabilizar e apagar a presença deste grupo do contexto social. No quesito registro de autodeclaração no colégio Cataratas do Iguaçu eram feitos de forma descontextualizada, transmitia-se uma ideologia de negação a negritude consequentemente aumentando o número de pessoas que se autodeclaravam brancas, pois, os estereótipos e estigmas criados e consolidados em torno do negro propiciavam tais situações. Este fato histórico condiciona certa sensibilidade quanto ao tema de autodeclaração, e esta realidade mesmo de forma minimizada ainda acontece no contexto atual, como descrito pela agente educacional, *“Nota-se um constrangimento em responder o questionário de autodeclaração, assim juntamente com os pais os alunos perguntam, na questão cor/raça como eles devem se autodeclarar?”*. (K.R.A). Nestes casos alguns alunos (negros) apresentaram dúvidas ao responder o questionário de matrícula.

A atividade de estágio aqui desenvolvida teve por objetivo aproximar o discurso de uma atividade de ensino de mestrado, sendo priorizado pelo autor o conhecimento da realidade vivenciada pelos educandos do Colégio Estadual Cataratas do Iguaçu e Colégio Estadual Arnaldo Busatto. O trabalho teve duração de três horas aula cada uma das cinco turmas do 3º ano (do período matutino e noturno) selecionadas para participarem. Em ambos os colégios as atividades ocorreram com excelente participação e aceitação dos envolvidos, tanto das equipes pedagógicas, professores que cederam suas aulas, os diretores que observaram as aulas de estágio e principalmente os alunos que colaboraram e participaram efetivamente da atividade de estágio durante a realização das três aulas em cada uma das cinco turmas.

Em semicírculo, adotado para mediações entre os alunos para a abordagem das temáticas de valorização da História e Cultura Afro-brasileiras, incentivando a participação dos alunos nos momentos que os mesmos se sentissem à vontade para participar efetivamente da mediação, como protagonistas de suas visões percepções acerca dos temas trabalhados considerando que cada um é parte fundamental desta mediação.

Neste sentido, foi explicitado por eles que na atualidade não se discute estas temáticas com a frequência necessária, uma vez que estas reflexões não são abordadas pelos professores e discutidas criticamente com as ponderações coerentes com as realidades e desconstruindo os discursos midiáticos e dominantes que se construiu na visão social que é vivenciada atualmente, demonstrando que é fundamental que a escola denuncie todas as situações dos negros e afro-brasileiros e indígenas inferiorizados.

Durante este período também foi perceptível que a visão dos alunos que descrevem que as cotas raciais como uma forma de preconceito, é parte dos discursos e das constantes negações de direitos aos negros e seus descendentes, pois, é o que sempre tem propagado, é fundamental que as justificativas e a discriminação das cotas foram instituídas fundamentadas nas barreiras que impedem a ascensão destes grupos, a fragilidade e a pouca frequência que os discursos críticos sobre as questões étnico-raciais tem-se instaurado nas instituições, minimizando os resultados positivos para a superação dos diversos estigmas presentes nas escolas e na sociedade como um todo. Ficou explícito nessa atividade a necessidade dos debates e reflexões sobre o reconhecimento e valorização dos negros através das efetivações das referidas leis e também a ampliações das ações afirmativas em favor dos negros para a sua ascensão social.

E para além deste contexto, as ações políticas devem priorizar mudanças específicas nos cursos de formação dos futuros docentes, que sejam incluídas nas ementas dos cursos superiores a abordagem de forma consistente e séria das relações étnico-raciais, discriminação e exclusão discutida com os futuros professores que em sua formação superior tenha uma reflexão mais ampla a respeito desses temas, discutindo a realidade da população negra. Desse modo, as ações que objetivam a formação e, capacitações dos professores propiciam de forma expressiva o debate a favor da valorização da história e cultura negra na escola pública.

Posterior ao estágio iniciou-se o trabalho com os quarenta e quatro estudantes (durante o ano letivo foram remanejados e transferidos nove), sendo vinte mulheres e quinze homens, todos residentes na mesma região. Num primeiro momento foi apresentada a Lei 10.639/03 e todos os aspectos que a envolvem. Utilizou-se a íntegra da lei e a reflexão condicionou questionamentos sobre sua criação, o que chamou atenção nesse ponto é a falta de conhecimento sobre ela. Ao discutir a aprovação da legislação e ações afirmativas para a inclusão e valorização da cultura negra, poucos tiveram conhecimento do que significa a lei, mesmo após as reflexões, alguns continuaram contrários às medidas.

Sendo respeitadas essas opiniões, os alunos que resistem no sentido das políticas afirmativas, acreditam estar coerentes com a negação. Explicitando a inflexibilidade à igualdade racial conforme já mencionado neste trabalho, e que se constitui na vivência social destes educandos, na perpetuação de estigmas e o próprio racismo institucional, que torna consistente e presente as situações discriminatórias.

E nesse contexto, os resultados analisados referentes à pesquisa com o grupo de alunos apontou que o racismo velado encontra-se muito presente, protegido pelos disfarces de brincadeiras e supostas amizades, tais insultos inferiorizam a cultura, a cor e as características físicas dos negros. Em um dos relatos transcritos, um dos integrantes aponta: “*Tudo que é associado ao negro é ruim*” (A. B).

É perceptível pela fala da aluna que em sua vivência escolar e social há uma associação negativa a cor negra, e que isto é resultando de uma série de ações orquestradas para dar *status* negativo às pessoas de cor negra, com a criação de estigmas ao longo da história para que esta associação fosse construída e mantida na sociedade até a atualidade, assim a educação contextualizada tem como desafio desconstruir essa triste realidade.

Explicitando que estas ações têm origens racistas e intencionadas, as quais são reconhecidas por eles. Para esses alunos, o racismo está presente no mundo todo, e ainda expressam que “*É difícil eliminar esses atos racistas*”. (P.H).

A esse respeito, as autoras Gomes e Silva (2011, p.23) em sua obra também trazem o questionamento a respeito do racismo velado, “que caminhos construir para reconhecer e valorizar o outro na sua diferença quando vemos essa diferença como uma marca de inferioridade? Como respeitar o outro na sua diferença quando essa não é aceita por ele mesmo”?

É por essas questões que alguns autores apontam a necessidade de investir na educação étnico-racial como meio de superação para a desigualdade racial, valorizando os aspectos culturais existentes na sociedade. Ainda citando Gomes e Silva (2011, p.24):

Diante da realidade cultural da educação e da escola brasileira e do quadro de desigualdades raciais e sociais do Brasil já não cabe mais aos educadores e às educadoras aceitarem a diversidade étnico-cultural só como mais um desafio. A nossa responsabilidade social como cidadãos e cidadãs exige mais de nós. Ela exige de todos nós uma postura e uma tomada de posição diante dos sujeitos da educação que reconheça e valorize tanto as semelhanças quanto as diferenças como fatores imprescindíveis de qualquer projeto educativo e social que se pretenda democrático.

Além disso, ao perpassar a questão da complexidade das diferenças raciais e culturais, explicitando as funcionalidades das legislações que compõem a temática, no campo educacional é fundamental o entendimento que só a existência da lei não garante sua efetivação, seja de forma imediata ou em longo prazo. Para isso, são necessárias ações que somem a ela para uma efetiva funcionalidade, pois é imprescindível que todos a conheçam plenamente a lei que fundamenta esse trabalho, e principalmente os motivos que a originaram. Muito além disso, para sucesso no enfrentamento das questões étnicas,

as ações educativas devem ser aprimoradas constantemente, avançando na formação para a diversidade cultural.

Feito isso, a educação com seu processo transformador, é capaz de apresentar um peso na questão inclusiva, conseqüentemente minimizando efeitos da discriminação. A propósito, as atitudes precisam efetivar sua funcionalidade na comunidade escolar de forma conjunta às legislações, condicionando a todos os envolvidos no processo educacional uma ação coordenada em favor da execução da referida lei. Naturalmente, esta deve ser vista em uma perspectiva educacional cujos resultados devem ser criteriosamente analisados, pois, se caracterizam numa continuidade de um processo complexo, interligado com uma série de fatores internos e externos.

Comprovadamente a educação é um espaço privilegiado para a transformação do cenário discriminatório presente ainda nas escolas e principalmente na sociedade. Dessa forma o processo deve ser amplamente intensificado, podendo atuar de forma consistente em todo o período educacional e formativo, nos cursos de escolarização de toda a sociedade brasileira, iniciando de forma permanente já nas primeiras oportunidades de ingresso destes alunos na própria alfabetização. Pois enquanto se molda o caráter destes pequenos indivíduos, é imprescindível que estes tenham professores devidamente preparados para os enfrentamentos das questões étnico-raciais, condicionando a possibilidade de respeito a todos os grupos étnicos de forma igualitária.

Um dos alunos apresenta sua opinião, definindo que em seu entendimento relacionado às questões raciais devem ter início nas primeiras oportunidades educacionais, *“O respeito às diferenças deve ser ensinado desde a infância, pois depois já no ensino médio as convicções já estão formadas”*. (V.S) Estes apontamentos mostram que mesmo que todo o processo de fortalecimento e enfrentamento das questões étnico-raciais tenham tido importantes avanços nos últimos anos, quando analisamos o todo se observa que na escolarização dos indivíduos as intervenções e os debates ainda estão carentes de ampliação.

No entanto, com os avanços observados fica evidente que essas situações foram enfrentadas pela sociedade com árduas lutas, isso é perceptível por outro aluno, no relato de um deles nota-se a discriminação dentro do círculo familiar, *“O meu bisavô era racista, não ficava na presença de pessoas negras”* (P.E.R), fato que para esse mesmo educando é um ato abominável.

Contudo, quando se coloca os avanços em perspectiva de análise das condições atuais entre os negros em contraposição ao grupo dominante, as diferenças são muito

altas. Em outro relato o aluno define a dimensão do racismo no Brasil e o ceticismo para com a extinção da prática criminosa em nosso país e no mundo, “*O racismo está impregnado no mundo todo, não tem como eliminar*” (F.R.G).

A prática histórica de atos racistas criaram uma atmosfera de permissibilidade, condicionado o entendimento social de que tais atos são comuns e replicados pela sociedade, para mudar esta prática e fazer com que deixe de ser naturalizada é importante conhecer e ampliar os meios efetivos já existentes que apontam os enfrentamentos sobre os conflitos étnico-raciais, tencionando para inclusão de todos os grupos dentro de um ideal de reconhecimento e respeito.

Outro aluno na mesma oportunidade, defende a necessidade de medidas mais rígidas e que possam desencorajar e evitar ações dessa natureza, reconhecendo as condições históricas com uma perspectiva de mudança na atualidade, “*Deveriam existir punições mais sérias para atos racistas na escola*” (V.S),

Na sociedade o crime de racismo já é previsto pela Lei nº 7.716/89<sup>33</sup>, no entanto são poucos os casos de condenação pela prática de tal ato, o que contribui para a impunidade e manutenção desse crime. Dentro do ambiente escolar sempre houve omissão em relação a essas praticas racistas, mas após a criação da Lei 10.639/03 as ações conjuntas e a criação da própria EM condicionaram uma mudança nesse cenário, mesmo não contemplando todas as demandas de imediato nesse sentido, tem mudado positivamente a omissão que se observava no passado, havendo uma ação intervencionista com objetivo de rechaçar os atos racistas e preconceituosos bem como a própria discriminação dentro do espaço escolar.

Assim é perceptível que o diálogo e a reflexão sobre a história e cultura negra, quando debatidas, seguindo a lógica do resgate da cultura e reconhecimento social, venham a atingir as expectativas no discurso étnico-racial. Esta afirmativa foi possível observar durante intervenções desta pesquisa, quando uma aluna do 2º ano participante efetivamente da EM, em entrevista individual, fez ponderações a respeito das condições dos negros na inserção social. “*Após a abolição, os negros e seus descendentes foram abandonados e depois explorados por diferentes formas de trabalho*” (B.V.S).

---

<sup>33</sup>

A lei define os crimes resultantes de preconceito racial, determinando a pena de reclusão a quem tenha cometido atos de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Com a sanção, a lei regulamentou o trecho da Constituição Federal que torna inafiançável e imprescritível o crime de racismo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm).

Certamente esta capacidade individual de contrapor a lógica de discriminação, na prática social se constitui presente, quando da convicção ideológica é apresentada por uma aluna ainda na sua adolescência, nos remete as possibilidades de ampliação do discurso, buscando analisar as diferenças étnico-raciais sobre a visão de igualdade.

Estes exemplos permitem acreditar que as mudanças são plenamente possíveis, uma vez ampliados os debates e mediações, instituindo-os de forma consistente e continuada sobre a evidente necessidade de mudanças radicais na forma de ver, conviver com os diferentes grupos étnicos. Para Freire e Guimarães (2003 p.21), a possibilidade e transformação são possíveis e prenunciadas.

De dentro das fragilidades e das contradições é que podem surgir as novas relações que possibilitam estabelecer novas condições de vida, nascida na e da radicalidade humana: a esperança. Intrínseca à nossa natureza de seres sensíveis e pensantes, construindo-nos, ininterruptamente, fizemo-nos, então, seres capazes de projetar o futuro histórico de nossas vidas e o das nossas sociedades. A esperança é, enfim, a capacidade possibilitada pela perene e eterna incompletude dos homens e das mulheres, pois a cada conquista surgem (e devem surgir) novos desejos, novos sonhos, nova realidade. Ela é a maior possibilidade do elo vital entre a África explorada e sofrida e a África sonhada da promessa que todos e todas do mundo – e não só os africanos e africanas queremos, solidariamente.

Assim, se forem ensinados o respeito mútuo e a valorização das diferentes etnias e suas culturas, haverá uma construção gradativa que possa atribuir significativos igualitários aos diferentes grupos étnicos raciais, e uma ampliação desta vertente dentro da comunidade escolar para a vivência atual, contrapondo a replicação do passado histórico que reverbera-se de forma constante dentro da comunidade escolar.

A propósito, sobre medidas adotadas para valorização da história e cultura afro-brasileira na escola, nos relatos dos educandos aqui pesquisados, nota-se que as atividades coordenadas pela EM ganham notória visibilidade na Semana da Consciência Negra, dada o empenho na elaboração de suas atividades. Vale lembrar que muitos estudantes do colégio apresentam-se amplamente envolvidos com as questões étnico-raciais nesse período, pois para esse debate exige empenho, dedicação e formação dos profissionais da educação, e como já mencionado anteriormente, fazer com que todos os professores/as que compõem o corpo docente da escola trabalhem de forma interdisciplinar.

Essa transcurso dá ênfase a explanação do discurso étnico-racial, pleiteando medidas fundamentais para transformação do cenário atual. Sabe-se que esse processo exige união e consistência, conforme menciona Segato (2004, p.69):

Não é possível pensar as cotas simplesmente como uma tentativa de alterar o perfil de injustiça social que prejudica os índices brasileiros ou como um

mecanismo de desenvolvimento socioeconômico através de educação ampliada de setores menos favorecidos da população. Quem compreende as cotas dessa maneira estará reduzindo o fenômeno e deixará de perceber a proliferação de consequências e a disseminação do seu impacto numa variedade de dimensões da vida social.

Portanto, todas as oportunidades de formação continuada são a potencialidade de transformação do cenário excludente no ambiente escolar, para isso é fundamental que os educadores estejam sensibilizados e dispostos com a formação e transformação do cenário atual. Neste sentido, é muito importante que os professores/as com maior caminhada lutem pela aproximação de seus colegas que ainda não estão plenamente empenhados, para que estes venham somar na luta para minimizar as diferenças étnicas presentes nas escolas.

Outro fator importante reflexionado com os grupos foi a respeito das cotas. Estes debates estão presentes no contexto social e na vivência deles, sendo um tema amplamente apontado. O conhecimento que advém dos meios de comunicação em massa trazem uma concepção distorcida condicionando a compreensão de muitos que as cotas são formas de ampliações de preconceitos. Mas após contextualização dessa temática e as justificativas que motivaram a sua implantação bem como a necessidade, sendo que a proporção de negro e afrodescendente não está minimamente representado nos espaços elitistas, como nas universidades públicas, nos concursos públicos etc. Assim, com essa devida apresentação foi possível observar a mudança de entendimento, a princípio o assunto gerou uma ideia homogeneizante entre o grupo de alunos, pois vários expressaram se desfavoráveis às cotas, no diálogo uma das educandas expõe sua mudança de posicionamento, pois a mesma inicialmente era contrária. *“No início eu era contrária as cotas, mas hoje não, vejo que ela é necessária”*. (T. R)

Todavia, adentrando na temática, especificando o contexto da criação do sistema de cotas, esta visa amenizar o contraste social e econômico existente na sociedade entre negros e brancos. A superação para a desigualdade a intensificação para a efetivação do processo de inclusão foram estímulos para a criação de tal medida. Sobre o assunto, Munanga (2006, p.192) traz o seguinte esclarecimento:

Mas qual foi o contexto em que surge a reivindicação por cotas raciais, sobretudo no campo educacional, em nossa sociedade? No século XX, nos anos 1980, a luta do Movimento Negro Brasileiro, no que se refere ao acesso à educação, reafirmava a democratização do acesso à escola para todos: mais escolas, mais vagas na universidade para todos. Porém, à medida que as políticas públicas de educação, de caráter universal, foram implementadas, observava-se que não resultavam em condições de participação igualitária entre brancos e negros. O discurso do movimento e suas reivindicações começaram a mudar.

Assim, a análise e implementação da mesma começou em meados de 2000, como alternativa para minimizar a desigualdade, principalmente no que se refere a espaços educativos, proporcionando o acesso dos grupos étnicos no ensino superior. No entanto, mesmo após os avanços de uma década é necessário que os debates e as justificativas da existência dessa política sejam explicitados nas comunidades escolares e na sociedade, visto que o distanciamento e a ausência de um discurso coerente propiciam contrariedade de uma parcela da comunidade.

Em face dessa realidade o autor Munanga (2006,p.191) discorre:

Um dos motivos dessa confusão é que a discussão em torno dessa temática envolve desconhecimento, incompreensão e manipulação política. Muitas pessoas se colocam contrárias a qualquer tipo de ação afirmativa sem saber exatamente o que significa. Outras usam falsos argumentos apenas para defender a manutenção de sua posição privilegiada na sociedade; há ainda aqueles que distorcem os fatos e afirmam, sem provar, que as ações afirmativas não tiveram resultados positivos em outros países onde foram implementadas, o que não é verdadeiro. E ainda há aqueles que reduzem as ações afirmativas às cotas raciais e dizem que estas poderão gerar mais discriminação.

Na visão do autor a falta de conhecimento leva a sociedade a contrapor-se às ações afirmativas, essa negação está também implícita nos espaços escolares, determinados grupos marginalizados são classificados com apreciações tendenciosas, diminuindo a importância das cotas para esses grupos.

Esta pesquisa evidencia que o diálogo e as reflexões sobre a temática é potencialmente capaz de mudar o entendimento daqueles que sempre tiveram acesso às questões étnicas raciais pautadas na lógica racista e discriminatória. A apropriação de conceitos positivos associados aos negros e seus descendentes trazendo informações que valorizam a cultura, sua história e a importância enquanto sujeito na construção do país, denunciando a necessidade de medidas reparadoras para a inserção social.

As autoras Scherer-Warren e Passos (2014 p. 115) apontam resultados de uma pesquisa feita na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sobre a implantação do sistema de cotas:

Em pesquisa de opinião realizada entre 485 graduandos da UFSC no período de 2011 a 2012, percebemos, entre outros fatores, que uma das principais justificativas apresentadas pelos alunos contrários às cotas de recorte étnico-racial seria o temor de que elas aumentariam a estigmatização de negros e indígenas, pois estariam subestimando a capacidade intelectual destes segmentos da população.

Assim, as ações afirmativas são importantes no sentido de diminuir as desigualdades raciais, já que por exemplo o acesso de jovens negros à universidade até a criação das cotas foi praticamente inexistente. Essas foram implantadas com a intenção de

transformar essa realidade educativa. Entre os profissionais da educação essa ideologia converge em alguns pontos. A rejeição da implantação das cotas observou-se somente na fala de um dos Agentes Educacionais I presente no debate: “*Se você cria a lei de cotas está sendo preconceituoso*”. Esse posicionamento mais uma vez deixa explícito que em decorrência da vivência algumas pessoas que não tiveram uma educação reflexiva venham apresentar uma retórica negativa e de inviabilização da ascensão dos negros a constante abstenção de direitos a estes grupos, pois, é este o discurso transmitido a partir da escravização que ainda é extremamente presente em toda a sociedade que precisa ser alterado.

A autora Segato (2006, p.233) deixa sua visão a respeito das discussões sobre o sistema de cotas: ‘Teme-se e evita-se a discussão do projeto de cotas no meio acadêmico brasileiro porque se trata de um campo de discussões apaixonadas que expõem claramente a persistência de oposições irreduzíveis a respeito do que é positivo para a nação’. Para a autora as discussões de políticas afirmativas esclarecem e demonstram a dificuldade de aceitação dentro do ambiente acadêmico, pois este tende a ser excludente, como consequência de uma vivência permeada por negativas de direitos e imposições que evitam a ascensão e a utilização destes espaços por determinados grupos étnicos.

As cotas para o ensino superior são fundamentais para que os alunos negros possam ampliar suas ações para além do simples fato de uma ocupação de vagas, pois, o fato destes grupos que são marginalizados socialmente estarem ocupando estes espaços, geram ações positivas em favor dos negros, é fundamental que estes cidadãos possam cooperar na luta por direitos igualitários, articulando o debate de forma interna para uma proporção maior de seus pares e que possam gozar das mesmas oportunidades.

Convalidado esta análise Scherer-Warren e Passos (2014 p.116):

[...] em 2012, quatro anos após a entrada dos primeiros negros cotistas na UFSC, o surgimento dos primeiros núcleos de militância de alunos negros da universidade, que, por meio de intervenções, seminários e manifestações artísticas, demonstram claramente ao que vieram: combater o racismo, o segregacionismo e o elitismo operado dentro da universidade.

Então, é nesse longo caminho em direção à igualdade étnico-racial que se soma às ações afirmativas, dando notório destaque para as cotas, apontam para uma contínua transformação em uma realidade ainda excludente, mas que precisam ser melhoradas e ampliadas. Além das melhoras é fundamental a implementação de critérios específicos, para que as cotas sejam direcionadas para os grupos étnicos raciais que lutam para que

estas medidas venham contribuir positivamente para a inclusão dos negros e afrodescendentes e também os indígenas.

Com tais características, é possível observar que há uma enorme necessidade de intensificar estes debates, pois, muitos dos entendimentos até aqui relatados que são contrários a estas ações afirmativas são pautadas nos conceitos que foram construídos socialmente, no período histórico que são replicados de forma subsequente até a atualidade. Os debates reflexivos destas temáticas objetivam a construção de uma imagem diferenciada que possa colocar os negros e suas gerações, em condições de protagonista na própria história.

Dando sequência, na oportunidade de interação investigativa neste espaço escolar no curso desta pesquisa permitiu conhecer situações de discriminação e conflitos étnicos raciais que estão dentro da comunidade escolar, tais atos tendem a ser invisibilizados e amplamente negados, onde é comum e recorrente a negativa da existência de conflitos em decorrência das diferenças étnicas por várias pessoas que estão atuando dentro da comunidade escolar.

Quanto aos alunos é perceptível a necessidade de intensificação dos debates étnico-raciais, ficou evidente que de forma geral os debates e materiais oportunizados para dar aos alunos conhecimento sobre os conflitos raciais velados presentes no espaço escolar, que desfavoreça os negros ainda são poucos trabalhadas. Porém, é fundamental a expansão dos debates, os professores devem trabalhar de forma interdisciplinar para abordar esta temática, e superar o modelo atual, onde os enfrentamentos têm sido feitos por alguns, como os professores de história. E os professores que atuam nas EM, e por poucos outros, que em sua vivência já tenham participado da EM, nas edições anteriores ou que sejam sensíveis à causa de inclusão, em virtude de seu pertencimento a cultura negra ou a sensibilidade para com a temática. No entanto, esta é uma barreira ainda a ser transposta, pois como observado durante a pesquisa não está devidamente consolidado o trabalho interdisciplinar.

Quando trabalhado dentro de sala de aula de forma mais intensa é possível criar uma atmosfera que garante debates, através de uma abordagem direcionada e coordenada por diversos autores, que contemplam nas suas obras um debate que trazem justificativas consistentes e fundamentais, apontando a necessidade das ações afirmativas neste contexto, podendo propiciar a muitos dos alunos que tem oportunidade de conhecer esses materiais a evoluir em sua compreensão do tema abordado.

Nas EM o processo é diferenciado, a maioria dos educadores/as está convicta de que há um grande conflito silencioso. Assim estes educadores procuram meios mais eficientes para enfrentar estes conflitos étnico-raciais e apoiam-se nas ações afirmativas que objetivam a ruptura, com uma abordagem direcionada para que a população negra possa compreender que são cidadãos de direitos, precisando de ações do estado para minimizar as grandes diferenças existentes entre negros e brancos em todos os espaços sociais, concebendo as ações afirmativas como um direito e um dever do Estado.

Tendo a convicção de que a Lei 10.639/03 ampliou a visibilização positiva da população negra, que a formação continuada dos professores traz oportunidades significativas no processo inclusivo, assim as ações que se somam como a própria Lei 11.645/08 e a instituição das EM, com o objetivo de dar consistência e continuidade no processo de formação continuada para os educadores e a comunidade escolar. Além disto, fortalece os docentes para que possam trabalhar de maneira interdisciplinar os conflitos étnicos com uma mesma perspectiva intencionada na transformação do contexto histórico e elevação das condições sociais das populações negras e indígenas.

A formação universitária contempla pouco as particularidades da educação étnico-racial, conseqüentemente a formação continuada é a única forma de suprir essa deficiência formacional. As EMs que realizam importantes trabalhos e tem um número significativo de professores, mas em virtude dos poucos anos de atuação e a demanda de professores não contemplou a todos. Assim ainda é possível se deparar com situações como a que este aluno relatou, *“Nunca discuti em sala com outros professores sobre as questões étnico-raciais, durante uma aula, um professor disse à turma que as cotas são uma forma de preconceito”*. (A. B.B)

Nota-se que a falta de conhecimento sobre a temática condicionam situações de permanência do preconceito, este vindo daquele que instrui é ainda pior, por isso há uma necessidade emergente de fortalecimento destes debates nas escolas, priorizando o respeito e inclusão social de forma consistente e abarcando os envolvidos no processo educativo. Assim se os comportamentos racistas são aprendidos socialmente, o respeito e valorização de todos os grupos que compõem a sociedade também são. Mas para isso é preciso ser amplamente debatido e enfrentado, sendo o espaço escolar propício para a continuação e ampliação deste processo de inclusão e igualdade.

Para tanto, só é possível se houver uma permanente formação continuada dos educadores especificamente para as questões étnico-raciais, evidenciando a possibilidade de mudança no entendimento dos educandos, de forma contextualizada e

justificada a pertinência das questões étnicas, as quais são fundamentais para a transformação do cenário atual dos negros que encontram-se em condições desfavoráveis.

A formação continuada dos professores é um tema que vem sendo abordado há algum tempo por diversos autores, também com uma atenção especial para a diversidade étnico-cultural, com a intencionalidade de transformar o cenário que visa somente preocupações conteudistas, os quais contribuem para manutenção de exploração e inacessibilidades de determinados grupos em todos os espaços sociais.

As autoras Gomes e Silva (2011 p. 11) apontam como intensificaram esses trabalhos por meio da formação continuada de professores/as:

As tentativas de introdução da diversidade étnico-cultural na produção teórica sobre os processos de formação dos professores/as começam a aparecer com mais destaque a partir dos anos 90. Até aquela época não era raro encontrar entre os pesquisadores e pesquisadoras interessados pelo tema uma reclamação constante sobre a ausência de bibliografia específica. Atualmente, embora ainda seja restrito, não há como negar o crescente aumento de pesquisa nessa área, assim como do interesse de pesquisadores/as, professores/as e do mercado editorial.

Estas transformações têm por objetivo romper com as práticas anteriores associadas ao tradicionalismo, propiciando significativos avanços em prol da formação continuada dos professores e a abordagem coerente para com as questões étnico-raciais, com as pesquisas referentes ao tema, contribuindo para a mudança nas perspectivas. Assim corroborando com estes debates dentro das universidades possibilitando um novo entendimento que sobrepõe o discurso hegemônico e mentiroso que todos são iguais perante a Constituição Brasileira, ainda que durante um longo período não tenha sido vislumbrado a presença de negros nas universidades e espaços elitistas, na atualidade estes grupos ocupam estes espaços de forma modesta.

Os trabalhos produzidos e as pesquisas desenvolvidas são fundamentais para a consistência das lutas dos negros, respaldando a ampliação dos materiais que fundamentam futuras pesquisas e servem de apoio para a formação continuada dos professores no que diz respeito aos enfrentamentos das questões étnico-raciais .

As ações somadas que objetivam a formação continuada dos professores e a inclusão dos temas étnico-raciais têm conseguido avanços significativos para o enfrentamento destas questões, ampliando o conhecimento da história e cultura afro-brasileira, o qual ficou notório com a realização desta pesquisa que a Lei 10639/03, a qual contribui de forma expressiva na consistência e continuidade destas atividades inclusivas. A criação das EMs dentro das escolas tem viabilizado e articulado de forma conjunta para

a valorização e inclusão social dos negros e indígenas dentro dos espaços educacionais.

Mesmo ciente de todo este início favorável é indispensável o reconhecimento da longa caminhada a ser superada, pois, quando voltamos nosso olhar em relação aos objetivos que pretendemos alcançar que é simplesmente igualdade de direitos entre todos os grupos étnico-raciais, percebemos que todos estes avanços até aqui alcançados são só alguns passos de uma longa jornada.

Ao analisar a efetividade da referida lei que suscitou este trabalho, verifica-se que a mesma está baseada no reconhecimento e inclusão que vem resultando em uma consistente luta e articulação na busca de elevação de direito dos negros. Nesse sentido a autora Romão (2005, p. 59) descreve:

A Lei nº 10.639 teve como função responder às antigas reivindicações do Movimento Negro, mas com novas preocupações – principalmente com a implantação da mesma. Com isso o governo conseguiu não ser pressionado de imediato pelos movimentos sociais.

As ações articuladas dos próprios negros em prol da transformação da realidade excludente e desigual é relevante para implementação da lei, desta forma novas ações devem se somar a lei, para que suas determinações sejam funcionais e venham atender a todos os objetivos propostos na sua criação, considerando que esta é uma luta política levantada pelos negros que lutam pela ruptura da desigualdade social no país.

As ações afirmativas como a Lei 10.639/03 instigam o debate sobre discriminação, o racismo e suas consequências para as populações atingidas. Dispor de professores preparados para estes enfrentamentos faz com que a busca pela igualdade nos espaços educacionais aconteça de maneira funcional. A autora Romão (2005, p. 59 – 60) aponta a presença de conflitos entre os interesses destes grupos diferentes:

A busca pelas questões de raça nas leis educacionais foi uma tentativa de demonstrar que elas refletem a tensão presente na sociedade. De um lado, políticas que pretendem a permanência do racismo estrutural, revelado ora pela invisibilidade da raça, ora pelo mito da democracia. De outro lado, a luta pelo rompimento desses mecanismos. Análise das leis me permite afirmar que os resultados dessa tensão ainda é tênue e frágil pra dar conta de tamanho da desigualdade a ser enfrentada.

Reconhecer os avanços alcançados em relação as questões étnico-raciais após a implementação da Lei 10639/03, é uma forma de entender que esta avançou a luta dos grupos étnicos na busca por igualdade. A lei é um instrumento positivo que deve ser somado a outras ações subsequentes, atuando de forma organizada para ampliação e fortalecimento dos debates étnico-raciais, assim condicionando um ambiente diferenciado.

Corroborando com o tema a autora Romão (2005, p. 59) faz importantes apontamentos.

[...] souberam os movimentos negros organizados e academia engajada atuar estrategicamente para a organização e a definição de políticas públicas que dessem conta e que as leis não fossem meras letras mortas em papel, mas que ao contrário, ensejasse muitas mudanças. Desde junho de 2004, estão sendo organizado fórum estadual coordenado pela secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidades (SECAD/MEC). Durante o ano de 2004, foram realizados cerca de 20 fóruns em diferentes estados.

As articulações após a implementação da lei são tão importantes quanto a própria aprovação, as ações são funcionais e atingem os objetivos quando estes condicionam um protagonismo positivo dos negros para transformar o representativo do negro. Nesse sentido, a formação dos professores deve ser ampliada dentro do cenário educacional, propiciando uma melhor formação que atinja todos os educadores em uma perspectiva de igualdade entre os diferentes grupos étnico-raciais, podendo ser ampliando para a sociedade em geral. A consistência e permanência destas ações positivas estão intencionadas em propiciar formação continuada para todos os professores e comunidade escolar nas escolas públicas.

Sendo assim, o sucesso no enfrentamento dos conflitos étnico-raciais precisa estar embasado pelas legislações e apoiado pela instituição de práticas conjuntas que possibilitem a inclusão social de todos os indivíduos. “São, afinal, muitas as possibilidades que as leis educacionais criam ao mencionar a questão de raça e merecem de nós, pesquisadores, uma investigação de que este ensaio apenas começou” (ROMÃO 2005, p. 60).

Cabe aqui considerar o papel da escola no processo de reconhecimento das relações étnicas, seja na formação continuada dos professores ou na prática docente diretamente ligada aos educandos. Considerando uma educação sem discriminação, sem preconceito, respeitando as diferenças e as particularidades de cada um. Além disso, a Lei 10.639/03 em sua plena constituição garante tudo que as ações afirmativas pleiteiam, que as políticas instituídas no país incluam e garantam categoricamente direito igualitário a todos os diferentes grupos étnico-raciais.

Como educador negro com todas as particularidades inerentes à profissão, deposito na educação a confiança de que essa transformação social por todos almejada se torne consistente, considerando uma atuação séria e concentrando esforços para enfrentar os desafios encontrados no campo educacional. Para a inclusão de todos os grupos étnicos ainda há um longo caminho a ser percorrido, e uma das grandes dificuldades referentes às questões étnico-raciais estão pautadas na negação destas diferenças, então reconhecendo que ainda há diferenças a serem superadas é possível

traçar estratégias consistente que corroborem no processo inclusivo.

A educação deve ser entendida em uma perspectiva de processo, as ações positivas aqui demonstradas são direcionamento de medidas que estão sendo efetivas, mas sua plena consolidação está ligada a permanência e ampliação dessas ações, de tal forma que possa unificar e ampliar o número de profissionais da educação no Colégio Cataratas do Iguaçu, para trabalhar de forma interdisciplinar objetivando a implementação Lei 10639/03 e a continuidade das atividades desenvolvidas pela Equipe Multidisciplinar, de maneira a fortalecer as reflexões referentes aos conflitos étnico-raciais presentes na instituição pública, condicionando espaços produtivos para a formação continuada dos professores/as que não tiveram oportunidade de conhecer em sua formação universitária questões específicas relacionadas as questões étnico-raciais.

Ressignificar a história do negro por meio da educação faz com que a inclusão social desse grupo avance em seus objetivos, a valorização da identidade e da cultura negra depende dessa reeducação entre os grupos “negro e branco” que podemos designar como relações étnico-raciais, e toda articulação engendrada no processo educativo deve estar compenetrada com movimentos políticos e sociais.

Construir uma sociedade deveras justa e igualitária começa com a quebra da ideologia hierarquizada que se consolidou em cima do negro durante toda sua história. Nesse aspecto a escola é fundamental para um desfecho satisfatório na emancipação social do negro, o processo educativo tem a oportunidade de transformar o cenário atual, aja visto o início de uma inversão que converge para esta transformação no cenário nacional impregnado com a ambição de conquistar direitos aos que sempre tem sido vitimados.

Me sinto respaldado pelas palavras de Paulo Freire que situa a responsabilidade de subverter-nos a aceitação, como forma de não mais permitir a manutenção pacífica das desigualdades e exploração étnico-racial e de todas as outras formas que vitimizam os seres humanos.

Não junto a minha voz à dos que, falando em paz, falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da “justa ira” dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas. (FREIRE, 1996, p.101)

Nossa obrigação enquanto educadores concentra-se em refletir como estes processos de manutenção das desigualdades estão presentes a tanto tempo na sociedade. Entendendo que a reflexão para a busca de uma solução para a

transformação dessa realidade deve estar pautada em uma abordagem horizontalizada entre os diferentes grupos étnico-raciais, obviamente sozinhos não temos soluções prontas e acabadas, o processo educacional depende de cada um a decisão sobre o respectivo posicionamento frente à educação.

O exercício da docência é único em suas especificidades, quando opta-se por esse caminho é fundamental ter o entendimento sobre a responsabilidade que isso representa, não permitido a neutralidade frente as desigualdades presentes na sociedade, e mais importante, não permitido que a ingenuidade ou desconhecimento prevaleça sobre as ações adotadas, assim para o exercício pleno da docência os professores/as devem estar convictos do seu papel junto as transformações sociais.

As ações conjuntas como parte do processo de transformação social no contexto educacional, devem considerar a experiência no exercício da docência e a dimensão transformadora que se objetiva alcançar. Quanto a realidade social camuflada, precisa ser desvencilhada de equívocos pretendidos pela massa dominante de naturalizar as desigualdades, como se esta fosse a única forma possível de existência social, e tendo como inspiração Paulo Freire aponta para a responsabilidade e o envolvimento do educador na construção da ideologia social de seus educandos

Não sou superior nem inferior a outra prática profissional, a minha, que é a prática docente, exige de mim um alto nível de reponsabilidade ética de que a minha própria capacitação científica faz parte. É que lido com gente. Lido, por isso mesmo, independentemente do discurso ideológico negador dos sonhos e das utopias, com os sonhos, as esperanças tímidas, às vezes, mas às vezes, forte, dos educandos. Se não posso, de um lado, estimular os sonhos impossíveis, não devo, de outro, negar a quem sonha o direito de sonhar. (FREIRE, 1996, p.144).

A educação tem poder de transformar a realidade social, com possibilidade de superação das diferenças e inclusão dos diferentes grupos. No aspecto político a Lei 10.639/03 somou positivamente para que as desigualdades sociais entre os grupos étnico-raciais sejam minimizadas, o modelo tradicionalista de hierarquias sociais são passíveis de serem superados, entendendo que vivemos em uma sociedade mutável.

Nesse contexto o sucesso para inclusão social está pautado nas ações transformadoras que estão ligadas a educação, estas ações deve-se mudar o cenário que os indivíduos possam viver num contexto de igualdade de direito, e cada pessoa venha alcançar seus objetivos de qualquer natureza da sua escolha, seja emancipação profissional, social e intelectual livre de predefinições sociais, que na atualidade estão ligadas as suas origens de pertencimentos limitando as pessoas de acordo com a suas origens.

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Início esta conclusão referenciando autores que embasaram este trabalho a exemplo de Munanga, Nascimento e Romão, Silva entre outros que vêm contribuindo de forma expressiva no processo de educação étnico-racial, trazendo conhecimento impar para o direcionamento e os enfrentamentos dos conflitos étnicos, propiciando aos educadores entendimento sobre a realidade do negro no Brasil, e como as questões étnicas são abordadas na atualidade.

Enquanto estes autores participaram na luta pela inclusão no campo educacional, enfatizo o trabalho consistente de Abdias Nascimento no Senado Federal, além de sua participação conjunta em movimentos de resistência, culminando com importantes representações para a cultura negra como a criação do TEM. Sua luta transcende o próprio reconhecimento das condições sociais dos negros e seus descendentes, buscando ações reparadoras por meios de ações afirmativas para inclusão da população negra na sociedade, bem como a melhoria de suas condições sociais.

No primeiro capítulo apresentou-se a diáspora negra na América-Latina, a dispersão desse grupo a partir do continente africano. Como se deu a inserção do negro em território brasileiro, suas condições de chegada como escravizados e as articulações de resistência na luta contra o regime escravista. Enfatizando as amplas proporções de movimentos de resistências, dando ênfase aos quilombos e seus feitos na busca pela liberdade.

Salientou também, a importância e a grandiosidade do Quilombo dos Palmares e do maior líder das comunidades quilombolas, “Zumbi dos Palmares”, que é um dos símbolos dos Movimentos Negros, bem como sua representatividade simbólica na valorização da história e cultura brasileira, evidenciando sua história e lutas em prol da liberdade, reconhecimento, respeito à igualdade étnico-racial.

No segundo capítulo foi abordada a educação étnico-racial e sua pertinência para conhecimento e denúncias da segregação racial, refletindo sobre as condições sociais a que se encontram os negros em nosso país, a partir da realidade mediar a inclusão social no contexto educacional e social, propiciando debate da necessidade de melhorias e ampliação das ações afirmativas para acelerar e ampliar as transformações, demonstrando que se faz urgente a abrangência para a inclusão de maior número de pessoas negras nos distintos espaços sociais.

Estas reflexões sobre os temas étnicos raciais propiciam uma proximidade entre todos os envolvidos na área educativa, favorecendo o diálogo e construindo os caminhos para a inclusão social. Pois, toda a construção conjunta em consonância com as legislações constroem um direcionamento para a mudança no contexto social das questões étnicas.

Ainda, mostrou-se necessário ampliação e melhorias na formação continuada dos professores/as e educadores/as envolvidos diretamente na educação, intencionando reconhecerem de forma contextualizada o negro como sujeito histórico, as necessidades que condicionaram a instituição de ações afirmativas e a implementação de legislações que culminam na inclusão social dos grupos étnicos que são marginalizados.

No terceiro capítulo apresentou-se os dados apropriados durante a pesquisa e reflexões a respeito da temática étnico-racial trazendo os resultados finais desta atividade, detalhando a atuação da Equipe Multidisciplinar do Colégio Estadual Cataratas do Iguaçu nas reuniões e suas ações abrangendo toda a escola com a finalidade de cumprir como o plano de ação elaborado de acordo com a perspectiva da Lei 10.639/03, sendo este plano elaborado e aperfeiçoado a cada ano letivo. Apontou-se também os resultados das atividades com os alunos do 3º ano, e as interações e inter-relações sobre os entendimentos das questões étnico-raciais, como tem sido abordado essas questões no cotidiano escolar, nas diferentes disciplinas e durante o ano letivo contando com a organização das atividades pela Equipe Multidisciplinar.

Demonstrou-se que a escola se constitui como um cenário com amplas possibilidades de transformação no item exclusão social, que se configura muito presente mesmo na atualidade. Pontuando que a continuidade de uma política consistente no quesito reconhecimento e inclusão é capaz de transformar ideologias de hierarquização entre grupos, dando espaço para uma nova forma de socialização onde a equalização seja fator primordial.

A apresentação da temática e envolvimento dos alunos na pesquisa evidenciou que o preconceito e atos racistas não são amplamente enfrentados no ambiente escolar. A falta de conhecimento crítico sobre o assunto promove a naturalização destes atos. No entanto, a partir do momento que a escola assume seu papel neste diálogo, definindo encaminhamentos coerentes para o enfrentamento destes conflitos étnico-raciais, propicia-se conhecimento sobre a importância do tema e há transformação no entendimento desses alunos, pois socialmente estes veem a realidade do negro de forma

distorcida e internalizada a replicarem os conceitos de submissão construídos desde o período colonial.

A formação continuada dos professores no enfrentamento de assuntos étnico-raciais, introduz a perspectiva de reflexão aos alunos a entenderem a realidade dos diferentes grupos étnicos no contexto escolar. E isto oportuniza uma visão diferenciada do contexto social no quesito igualdade racial.

Dessa forma, as atividades desempenhadas pela EM condicionam um ambiente favorável para debater as questões étnico-raciais. As experiências e vivências anteriores no campo educacional e social demonstraram diferentes níveis de compreensão e entendimento acerca da temática. As oportunidades de debate propicia um crescimento e um maior conhecimento para enfrentamento coletivo, nesse sentido, são valorosas as trocas de experiências entre os educadores. É fundamental ressaltar a importância do trabalho realizado pela EM, as reuniões reflexivas referente a busca de práticas e ações que buscam a transformação da realidade vivenciada pelos diferentes grupos étnico-raciais.

Assim enfrentando o desafio transformador de trabalhar de forma interdisciplinar para romper com o modelo tradicionalista presente na escola. No entanto, como apontado pelos participantes da pesquisa é preciso ampliar o espaço disponibilizado para as EMs, para dar maior visibilidade de suas ações dentro do espaço escolar, para que toda a comunidade escolar possa acompanhar de forma continuada as ações por elas coordenadas durante o ano letivo.

Estas trocas de experiências contribuem de forma ímpar para condicionar no futuro uma escola inclusiva. A pesquisa evidenciou a importância da aprovação da Lei 10.639/03 e as medidas sucessivas após sua promulgação, definidas como ações afirmativas que somadas fortalecem e contribuem para os avanços nos debates, com objetivo da inclusão dos negros e seus descendentes juntamente com os indígenas que foram inclusos na mesma perspectiva através da Lei 11,645/08. Ressaltando que os avanços tornam-se efetivos e abrangentes, quando as legislações e ações afirmativas se entrelaçam com a intencionalidade dos educadores envolvidos e comprometidos com o mesmo objetivo de construir um futuro diferente para os negros, que ainda hoje se encontram em condições desiguais, rompendo com as diferenças e contribuindo para os avanços no campo educacional e social.

Este início de mudança já permite vislumbrar uma transformação no cenário atual que a cada dia tem evoluído positivamente para ampliação de direitos adquiridos pelos

integrantes da comunidade negra, que avançam na busca por igualdade de direitos, assim ocupando espaços sociais, articulando meios para ampliar desses direitos.

A pesquisa propiciou-me uma oportunidade ímpar de ampliação do entendimento referente às questões étnico-raciais. Como educador negro assinalo que é indispensável o conhecimento crítico a respeito do tema, assim como ações desenvolvidas pela comunidade acadêmica. Ao longo dessa pesquisa, com cada leitura realizada a avidez de colocar em prática toda nova informação teórica inspirou-me a continuar esse trabalho muito além dessa pesquisa. Com a intencionalidade de dividir com aos demais colegas de profissão, o que digo ainda ser pouco conhecimento sobre a temática, o anelo em ser partícipe desse processo transformador que a educação dispõe. Que a incessante busca pela formação continuada dos professores e a ampliação do diálogo das questões étnico-raciais seja mais um fator propulsor no enfrentamento dos conflitos étnicos, como educador almejo uma educação de fato inclusiva que ascenda a todos os grupos em uma perspectiva de igualdade.

Dessa forma, foi possível alcançar os objetivos propostos no trabalho, apontando no processo que a transformação de uma realidade histórica pode ser vista e entendida de forma diferenciada, além de apontar avanços que culminaram das lutas dos grupos étnicos, com isso produzindo um material que venha somar de forma qualitativa para o enfrentamento e discussões étnicos raciais.

Para fortalecer as ações positivas que somam em favor da inclusão social este trabalho será devidamente apresentado para EM 2017 do colégio pesquisado e comunidade escolar, com a finalidade de conhecimento dos resultados, e apreciação de como o trabalho poderá contribuir para os objetivos da EM e de toda a comunidade escolar e ainda incentivar e fundamentar posteriores atividade de pesquisa com objetivos similares.

Finalizamos esse trabalho com a convicção de que inclusão é possível, uma vez pensada de forma conjunta e consistente, com o compromisso de reparação, de valorização e melhorias no contexto das diferentes etnias que compõem a diversidade étnico-racial brasileira. E discutir sobre o assunto é substancial para a finalidade de inclusão e ampliações de políticas públicas dentro do Brasil, para transformar de forma definitiva esta realidade, propiciando aos grupos que foram e ainda são estigmatizados uma inclusão plena nos espaços escolares e sociais, entendendo que todas as diferenças que são constituintes do país e no futuro possam dizer que todo o diferente grupo étnico aqui residente, que condiciona ao nosso país uma aparência fenotípica diferente, e assim

esta diferença fenotípica se restrinja unicamente a aparência e não mais motivos de hierarquização de uns em detrimento de outros este asseio de igualdade de direito é uma busca dos negros, indígenas e dos grupos invisibilizados que acreditam que a educação é o principal caminho para apropriarmos destes objetivos. .

## REFERÊNCIAS

ALMADA, Sandra. **Abdias Nascimento**. São Paulo: selo Negro, 2009.

ANJOS, R. S. A. **Cartografia e Quilombos**: Territórios Étnicos Africanos no Brasil – Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. International Journal of African Studies, Porto Portugal, p. 337 – 355, 01 nov. 2007.

\_\_\_\_\_. **Cartografia e Cultura**: Os Territórios das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil. In: VII Congresso Luso-Afro-Brasileira de Ciências Sociais – Sessão 12, 2004, Coimbra – Portugal.

BENTO, Maria. A. S. **Cidadania em preto e branco**: discutindo as relações raciais. São Paulo: Ática, 1999.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição. (1850). Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm)

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: mar.2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília. DF: MEC/SECAD; SEPPIR2004.

CÉSAIRE, Aime: **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução por, Noémia de Souza. 1 ed. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1978.

COSTA, Emília Viottida. **Da Senzala à Colônia**. 5 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DEMO, Pedro. **Pesquisa, princípio científico e educativo**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. Org. de Omar Ribeiro Thomaz. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2004. 477 p.

DRESCHER, Seymour. **Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo.**, São Paulo: Editora UNESP, 2011. 736p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; GUIMARAES, Sérgio. **A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007. 111p.

GOMES, Nilma Lin. MARTINS, Aracy Alves. (Orgs). **Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade**. - 2. Ed. – Belo Horizonte. Autêntica, 2006. 296 p.

GOMES, Nilma Lino. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (Orgs). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 3 ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011. (Coleção Cultura Negra e Identidades)

GOMES, N. L. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte**. 2002. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade**. In: Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. CAVALLEIRO, Eliane. São Paulo: Summus, 2001.

\_\_\_\_\_. **Escola e Diversidade Étnico-Cultural: Um Diálogo Possível**. In: Dayrell, J. (Org). Múltiplos Olhares Sobre Educação e Cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

GOMES, Nilma Lino. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (Orgs). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores** – 3. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos Focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Paidéia, 2003.

HALL, Stuart. **Da diáspora – identidades e mediações**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HARRIS, J.E. A diáspora africana no Antigo e no Novo Mundo In: UNESCO. **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII** / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília : UNESCO, 2010. 1208 p.

HASENBALG, Carlos A. **Desigualdades sociais e oportunidade educacional: a produção do fracasso**. In Cadernos de Pesquisa, nº 63, nov. 1987, p.24-26.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como pratica de liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo. 2013. Editora Martins Fontes.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 23. ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. 117 p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARINGONI, Gilberto. **O destino dos negros após a Abolição**. Desafios do Desenvolvimento . Brasília, p.34 – 42, 01 dez. 2011.

MILLER, Joseph C. **O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos**. Afro-Ásia, Bahia, n. 19/20, 1997.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014. 173 p.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africana no Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.

\_\_\_\_\_. GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

\_\_\_\_\_. (Org). **Superando o Racismo na escola**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. 2 ed. Brasília. Rio de Janeiro: Fundação Palmares. 2002, 362 p.

OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Brasil. Ministério da Educação, 2006. 264 p: il.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica – História**. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>. Acesso em out.2016.

PEREIRA, Edmilson de A. **Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescentes e educação**. Coleção Educação em Foco. São Paulo: Paulo: Paulinas, 2007.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante do malês em 1835**. 3.ed. ver. e ampl. São Paulo: Companhia de Letras, 2012. 664 p.

ROMÃO. Jeruse (Org). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

\_\_\_\_\_. **Livro didático a África está em nós - História e Cultura Afro-brasileira - Africanidades Catarinenses – 3º edição**. Editora Grafset.

SANTANA, José Valdir Jesus de *et. al.* **Cultura, Currículo e diversidade étnico racial**. Rev. Praxis Educacional, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção**. 2ª Ed. São Paulo; Editora Hucitec: 1997.

SEGATO, Rita Laura. **Cotas: por que reagimos?**. Revista USP, São Paulo – SP, v. 1, n.68, 76-78, 2006.

\_\_\_\_\_. **Por que reagimos às cotas?**. O público e o privado, v. 3, p. 1, 2004

\_\_\_\_\_. **Raça é Signo**. In: Amaral Jr; Aécio; Burity, Joanildo (Org). **Inclusão Social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social**. São Paulo: Anna Blume, 2006.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. BARBOSA, Lucia Maria de Assunção. (Orgs). **O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do movimento negro**. São Carlos: Ed. da UFSCar, 1997. 104 p.

SCHERER-WARREN, Ilse. PASSOS, Joana Célia dos (Orgs). **Relações étnico-raciais: os controversos caminhos da inclusão**. Florianópolis: Atilênde, 2014.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora ; STOLTZ, Tania (Orgs). **Educação, cidadania e inclusão social**. Curitiba: Aos quatro Ventos, 2006, 208 p.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A emancipação dos escravos**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). **Didática: o ensino e suas relações**. 18 ed. Campinas: São Paulo, 2012. (Coleção Magistério: Formação e trabalho Pedagógico)